



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO (CEPAE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO BÁSICA (PPGEEB)

JOCELANE BATISTA RABELO

**Projetos de militarização de escolas públicas no estado de Goiás:
um olhar sobre a cidade de Goiânia**

GOIÂNIA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Jocelane Batista Rabelo

3. Título do trabalho

Projetos de Militarização de Escolas Públicas do Estado de Goiás: um olhar sobre a cidade de Goiânia

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Roberto Gonçalves, Professor do Magistério Superior**, em 10/03/2023, às 10:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jocelane Batista Rabelo, Discente**, em 13/03/2023, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3574948** e o código CRC **EE36D47E**.

JOCELANE BATISTA RABELO

Projetos de militarização de escolas públicas no estado de Goiás:
um olhar sobre a cidade de Goiânia

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica.

Linha de Pesquisa: Práticas escolares e aplicação do conhecimento.

Orientador: Prof. Dr. Glauco Roberto Gonçalves.

GOIÂNIA

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rabelo, Jocelane Batista
Projetos de Militarização de escolas públicas do Estado de Goiás
um olhar sobre a cidade de Goiânia [manuscrito] / Jocelane Batista
Rabelo. - 2023.
CLXXXVIII, 188 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Glauco Roberto Gonçalves.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Centro
de Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), Programa de Pós-Graduação
em Educação, Goiânia, 2023.

Bibliografia. Anexos. Apêndice.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas,
lista de figuras, lista de tabelas.

1. PROJETOS DE MILITARIZAÇÃO. 2. ESCOLAS PÚBLICAS. 3.
GOIÂNIA. 4. EDUCAÇÃO. I. Gonçalves, Glauco Roberto, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO E DO PRODUTO EDUCACIONAL

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano 2023, às 14:00 horas, via teleconferência, foi realizada a **Defesa da Dissertação** intitulada **Projetos de Militarização de Escolas Públicas do Estado de Goiás: um olhar sobre a cidade de Goiânia**, e do Produto Educacional intitulado: **MATERIAL INFORMATIVO: PROJETOS DE MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM GOIÁS**, pela discente **Jocelane Batista Rabelo**, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em Ensino na Educação Básica. Ao término da defesa, a Banca Examinadora considerou a Dissertação e o Produto Educacional apresentados **APROVADOS**.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica.

Proclamado o resultado, o(a) Presidente encerrou os trabalhos e assinou a presente ata, juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Glauco Roberto Gonçalves (CEPAE/UFG) –presidente,

Prof. Dr. Danilo Rabelo (CEPAE/UFG)(UEG) – membro externo,

Prof. Dr. Rafael Saddi (UFG) -membro externo,

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Rabelo, Professor do Magistério Superior**, em 24/02/2023, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Roberto Gonçalves, Professor do Magistério Superior**, em 24/02/2023, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Saddi Teixeira, Professor do Magistério Superior**, em 28/02/2023, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3548066** e o código CRC **139E4335**.

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa a todos os estudantes e profissionais das escolas públicas, especialmente aos que cruzei em minha trajetória no ensino público. Estudantes que marcaram minha vida e fizeram eu acreditar que é somente através da educação que podemos construir um mundo com igualdade de oportunidades. Aos profissionais, especialmente os professores que me mostraram que educação com afeto transforma vidas. Por fim, dedico ao meu filho, sempre uma inspiração de sensibilidade e amor pelas pessoas e pela vida e meu esposo que além de companheiro de vida e meu grande amor, é também meu companheiro de luta e de profissão.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a muitas pessoas que acompanharam a minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica. Agradeço à minha mãe e ao meu pai, Jorivê Rabelo da Silva e Sueli Batista Rabelo da Silva, por toda a dedicação aos meus estudos e dos meus irmãos. Meus pais que tiveram pouco tempo de escola sempre foram os maiores incentivadores e buscaram garantir aos filhos a melhor formação desde os anos iniciais. Agradeço ao meu marido e companheiro Luiz Augusto, pelas longas conversas sobre a pesquisa, pela escuta diária, pelo apoio incondicional, pela compreensão de minhas ausências, por todo acolhimento, dedicação e amor à nossa casa, a nossa família e a nossa relação. Sem o seu apoio jamais seria possível esse momento que vivo. Ao meu filho, Felipe que sempre respeitou minhas escolhas e minha dedicação ao trabalho e aos estudos, compreendeu de forma carinhosa os momentos que não consegui lhe dar atenção necessária. Felipe trouxe a mim outros significados para vida, me evoluiu em todos os aspectos. Ele me incentiva a ser cada vez mais uma pessoa melhor no mundo e tenho certeza que o mundo se tornou melhor desde que ele nasceu. A minha enteada que sempre foi compreensão e escuta na minha vida. Uma pessoa que com amor e ternura ressignificou minha vida. Ao professor e orientador Glauco que é uma pessoa que tenho grande admiração. Um profissional com grande rigor intelectual, com profundidade e conhecimento, mas ao mesmo tempo, uma pessoa com uma sensibilidade à flor da pele, consegue reconhecer o potencial e estimular da melhor maneira a vivência na pós-graduação. Aos colegas da turma do mestrado 2019/02 e demais colegas, pelos momentos compartilhados nesta jornada, especialmente à colega Kênia pelas trocas de conhecimentos e também as aflições vivenciadas por nós. Agradeço às minhas amigas afetivas, Ana Maria, Ana Paula, Mágda, Neide e Vitória pelas inúmeras vezes que foram pontos de escuta sobre minha pesquisa, minhas vivências, indagações e impressões sobre a educação pública e mais, sobre a vida, a maternidade e tantos assuntos que foram sempre necessários. Agradeço a todos os estudantes que por mim passaram, eles são os responsáveis pela professora que sou e pela pessoa que me tornei, defensora da escola pública, gratuita e de qualidade. Agradeço a todos aqueles que, mesmo não mencionando nominalmente, contribuíram de alguma forma. Meus sinceros agradecimentos. Obrigada!

RABELO, Jocelane Batista. **Projetos de militarização de escolas públicas no estado de Goiás: um olhar sobre a cidade de Goiânia.** 2023. 188 fls. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo apresentar um estudo sobre os projetos de militarização que estão em fase de implantação em escolas na cidade de Goiânia. O estado de Goiás destaca-se quando o assunto é escolas militares devido ao grande número delas. Existem alguns estudos sobre o tema, porém, poucas são as informações e pesquisas sobre os projetos que tornam as escolas militares. Diante disso, surgiu a necessidade deste estudo, fruto da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em ensino na Educação Básica, do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada a Educação, CEPAE, da Universidade Federal de Goiás, UFG) com foco em entender a escola e sua realidade em período anterior à militarização propriamente dita. Aqui, se pretende descobrir como surgem esses projetos de militarização na Assembleia Legislativa de Goiás, quem os propõe, quais critérios levam à escolha das escolas, o porquê desses projetos existirem de forma tão recorrente e o que pensa a comunidade escolar a respeito do tema. O recorte se dará em uma escola na cidade de Goiânia que possui o projeto já aprovado, mas ainda não foi implementado, portanto, a militarização não foi efetivada. A mídia e aqueles que defendem a militarização de escolas públicas o fazem sob dois argumentos principais: o de que as escolas apresentam altos índices de violência e o de que a qualidade de ensino melhora com a militarização. No entanto, dados apresentados nas últimas avaliações da prova Brasil, que resulta no Índice da Educação Básica (Ideb) do estado de Goiás, e dados de outras pesquisas relevantes sobre o tema apontam que a qualidade de ensino em nada se relaciona com a disciplina e, ainda, que o fato de existir uma escola militar em determinado bairro não diminui a violência no local. Desse modo, e partindo dessas afirmações, questionamos a existência de tantas escolas militares nessa unidade federativa. Além deste estudo, elaborou-se um produto educacional, denominado, “Material informativo: projetos de militarização de escolas públicas em Goiás”, voltado tanto para professores como estudantes da educação básica sobre os caminhos da militarização em Goiás.

Palavras-chaves: Projetos de militarização. Escolas públicas. Goiânia.

RABELO, Jocelane Batista. **Militarization projects for public schools in the state of Goiás: an analysis of the city of Goiânia.** 2022. 188 p. Dissertation Thesis (Master Degree in Basic Education Teaching) – Postgraduate Program in Basic Education Teaching, Teaching and Research Applied in Education Center, Federal University of Goiás, Goiânia, GO, 2023.

ABSTRACT

This dissertation aims to present a study on the militarization projects that are being implemented in schools in the city of Goiânia. The state of Goiás stands out when the subject is military schools due to the large number of them. There are some studies on the theme, however, there is little information and research on the projects that turn the schools into military schools. In view of this, the need for this study arose, as a result of research carried out within the scope of the Postgraduate Program in Teaching in Basic Education, of the Center for Teaching and Applied Research in Education, CEPAE, of the Federal University of Goiás, UFG) with a focus on understanding the school and its reality in the period before the militarization itself. Here, we intend to find out how these militarization projects arise in the Assembleia Legislativa of Goiás, who proposes them, what criteria lead to the choice of schools, why these projects have not been implemented in some units so far, and what the school community thinks about the theme. The focus will be on a school in the city of Goiânia that has the project already approved, but has not yet been implemented; therefore the militarization has not taken place. The media and those who defend the militarization of public schools do so based on two main arguments: that the schools have high rates of violence and that the quality of education improves with militarization. However, data presented in the latest evaluations that are used to establish the Índice de Educação Básica (IDEB) of the state of Goiás, and data from other relevant research on the subject point out that the quality of education is in no way related to discipline and, furthermore, that the fact that there is a military school in a certain neighborhood does not reduce violence there. In this way, and based on these affirmations, we question the existence of so many military schools in this federative unit. In addition to this study, an educational product was elaborated, called “Informative material: militarization projects of public schools in Goiás”, aimed at both teachers and students of basic education on the paths of militarization in Goiás.

Keywords: Militarization projects. Public schools. Goiânia.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEE	Conselho Estadual de Educação
Cepae	Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação
CEPMG	Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás
CM	Colégio Militar
CPM	Colégio da Polícia Militar
CPMG	Colégio da Polícia Militar de Goiás
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
OS	Organização Social
PM	Polícia Militar
PPP	Projeto político-pedagógico
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
Saego	Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás
SCMB	Sistema de Colégios Militares do Brasil
Seduc	Secretaria Estadual de Educação
UFG	Universidade Federal de Goiás

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pedido de militarização da escola em estudo	34
Figura 2 – Relatório apresentado na Assembleia Legislativa para militarização de escola pública na região leste de Goiânia	60
Figura 3 – Matéria de O Popular sobre a merenda escolar	89
Figura 4 – Faixa próximo ao Colégio Goiânia sobre a militarização do colégio	109
Figura 5 – Panfleto entregue durante reunião para comunicação da militarização do Colégio Goiânia.....	110

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Colégios militarizados no estado de Goiás	58
Mapa 2 – Escolas militarizadas do município de Goiânia.....	85
Mapa 3 – Distância do Colégio Goiânia ao colégio mais próximo	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Escolas municipais militarizadas em Goiás	32
Quadro 2 – Aproximações e distinções entre SCMB e CEPMG.....	40
Quadro 3 – Matriz curricular de uma escola militarizada	43
Quadro 4 – Colégios implantados e em fase de implantação no estado de Goiás	54
Quadro 5 – Comparativo entre os colégios sob o comando da Polícia Militar em Goiás e os demais colégios estaduais sob o comando da Secretaria Estadual de Educação	88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de escolas públicas militarizadas no Brasil, por Unidade Federativa, em dezembro de 2019	31
Tabela 2 – Número de escolas públicas militarizadas no Brasil, por região geográfica, em dezembro de 2019	31
Tabela 3 – Relação dos quinze bairros mais populosos do município por Censo Demográfico – Goiânia – 1991/2000/2010	84
Tabela 4 – Visão geral dos estudantes sobre o Colégio da Polícia Militar em Goiás	87
Tabela 5 – Quais mudanças você acredita que existirão se a militarização deste colégio for efetivada e ele se tornar uma unidade escolar da Polícia Militar	93
Tabela 6 – Caso o projeto de militarização seja concretizado, irá permanecer no colégio?	94
Tabela 7 – Permanência no colégio após a efetivação da militarização do colégio	99
Tabela 8 – Quais motivos levaram à criação de um projeto de militarização para essa escola	103
Tabela 9 – Perfil dos estudantes atendidos no Colégio Goiânia.....	106

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A PESQUISA COM A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS	17
1.1 O fazer da pesquisa.....	20
1.2 O pesquisador e o senso comum	24
1.3 A experiência com a pesquisa e seus relatos.....	28
1.3.1 A relação do pesquisador com a pesquisa em ciências sociais.....	29
1.4 Colégios militares em Goiás	30
1.5 Estudo da militarização das escolas no Brasil.....	38
CAPÍTULO 2 – MILITARIZAÇÃO E EDUCAÇÃO	47
2.1 Educação e militarização: possibilidades e contradições	47
2.2 O anti-intelectualismo e as escolas militarizadas	50
2.3 O clamor da população: escolas militares ou escolas de qualidade	61
2.4 Concepções da escola “policializada”	62
2.4.1 Comandante A	63
2.4.2 Tenente 1	72
CAPÍTULO 3 – COLÉGIO GOIÂNIA: DO PROJETO À CONCRETIZAÇÃO DA MILITARIZAÇÃO	82
3.1 O Colégio Goiânia e seu projeto político-pedagógico (PPP).....	82
3.2 Um mapeamento importante: escolas públicas na região onde se situa o colégio Goiânia	83
3.3 Os sujeitos da pesquisa: estudantes.....	85
3.4 Entrevistas aos docentes.....	97
3.5 Aspectos socioeconômicos e culturais dos jovens estudantes e participantes da pesquisa.....	106
3.6 A concretude da militarização diante da pesquisa em curso.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	115
Apêndice A – Produto educacional	120
Apêndice B – Instrumento de coleta de dados – questionário aberto/estudantes.....	152
Apêndice C – Questionário	153

Apêndice D – Questionário aberto/professores.....	154
Apêndice E – Ficha avaliadora do produto educacional.....	155
ANEXOS.....	156
Anexo A – Projeto de Lei para militarização de escola estadual	156
Anexo B – Pedido para militarização de escola estadual pelo Conselho Tutelar com abaixo-assinado	160
Anexo C – Trâmite na Assembleia Legislativa sobre projeto de lei para militarização de escola estadual.....	169
Anexo D – Relatório preliminar da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre o projeto de militarização de escola estadual	170
Anexo E – Projeto de Lei para militarização de escolas municipais.....	174
Anexo F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – Pais/Responsáveis	176
Anexo G – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido	178
Anexo H – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – Professores (as) ..	180
Anexo I – Termo de Compromisso.....	182
Anexo J – Termo de Anuência da Instituição	183

INTRODUÇÃO

A realidade contemporânea das escolas da educação básica apresenta-se cada dia mais complexa. As transformações aceleradas dos meios de comunicação trazem uma nova dinâmica para nós, professores, que precisamos acompanhar as inovações tecnológicas e, mais do que isso, criar práticas pedagógicas que deem conta de jovens conectados e informados de acontecimentos a todo o momento e em várias partes do globo. Torna-se um desafio criarmos práticas pedagógicas que atendam à formação integral de nossos alunos, e não somente formarmos mão de obra para o mercado de trabalho.

Pensar nas práticas pedagógicas é imprescindível, porém, precisamos ir além, contextualizar essas práticas e avançar nas análises de qualidade de ensino, sem reduzir a qualidade apenas às metodologias utilizadas pelo professor no processo de aprendizagem. Precisamos pensar em qual contexto nossas escolas estão inseridas, o que os nossos alunos realmente necessitam e quais políticas públicas são verdadeiramente eficientes, e não apenas midiáticas ou espetaculosas.

As escolas públicas constantemente aparecem nos meios de comunicação como alvo de críticas ao apresentarem dados de qualidade do ensino inferiores aos de escolas particulares, quando se consideram exames que medem proficiência e fluxo escolar, a exemplo da famosa e temida Prova Brasil, com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). De acordo com os dados contidos na QEdu, plataforma digital de dados sobre a educação básica no Brasil, a rede pública do estado de Goiás em 2017, nos anos finais do ensino fundamental, teve nota 5,1, enquanto as escolas particulares obtiveram média de 6,2. No ensino médio, a nota final na rede estadual de Goiás foi de 4,3, enquanto a rede particular obteve 5,5. Com esses dados, cria-se uma ideia de maior qualidade de ensino em escolas privadas, porém, esses dados não refletem a realidade das escolas públicas e das políticas nelas implantadas.

A partir da lógica de pensar somente em resultados objetivos – que escondem elementos importantes como estrutura física, formação de professores, condições socioeconômicas ou a falta de estrutura familiar, entre outros tantos elementos que não só influenciam, mas determinam o aprendizado e as práticas pedagógicas nas escolas – temos, hoje, uma tendência à privatização do ensino público e gratuito. Exemplo disso, no estado de Goiás, houve a tentativa de implantação das Organizações Sociais (OS) na educação básica, no ano de 2015.

Essa tentativa de privatização da educação, algo marcante nas políticas neoliberais de extrema direita e conservadoras, não é algo recente. De acordo com Ricci (2019, p. 107):

A educação pública brasileira se tornou objeto de desejos estranhos ao mundo da educação. Nos anos 1990, foi percebida como um grande mercado. Empresas se lançaram na captura das redes educacionais públicas. Começaram prestando assessorias técnicas e cursos de formação. Logo, avançaram sobre a venda de apostilas com conteúdo educacional e cursos de formação. Mais tarde, incluíram equipamentos de informática e programas educacionais. Até que começaram a adquirir escolas particulares e praticamente definir a concepção curricular de muitas redes municipais de ensino.

É nessa lógica da privatização do bem público que surgem as escolas militares da rede estadual de ensino de Goiás, com grande força e aceitação por parte dos governos, e muitas vezes até da população local, ocorrendo independentemente de partidos, mas com maior implementação no governo psdebista do ex-governador de Goiás, Marconi Perillo.

Essas escolas militares contam com recursos públicos advindos tanto da Secretaria Estadual de Educação como da Secretaria Estadual de Segurança Pública, além de contribuição voluntária por parte dos estudantes, tema polêmico e controverso entre os estudiosos de legislação sobre a educação. De acordo com Tavares (2016, p. 57), o Estado não pode sair por aí pedindo contribuições voluntárias, pois a Constituição prevê a gratuidade do ensino em todos os níveis de um escola pública e algo diferente disso é ilícito. Nas palavras do autor,

[e]ste é um estado liberal – democrático, estado liberal democrático tem “receita originária”, quando o Estado aluga um terreno, presta um serviço e isso gera dinheiro, etc. e “receita derivada”, quando o estado multa alguém, ou arrecada tributos. A grande receita do Estado vem de tributos. O modo como esse dinheiro será gasto será discutido pelo parlamento, e o poder executivo irá executar o que o parlamento decidir [...]. O estado não vive, portanto, de contribuições voluntárias. Não existe isso na ordem jurídica. E se ele está, portanto, recebendo contribuição voluntária, isso é uma ilegalidade, porque, por via transversa, você está malferindo o princípio da gratuidade do ensino público.

Além da mudança na captação de recursos destinados às escolas, existem mudanças no que se refere às práticas pedagógicas, visto que a direção da escola e grande quantidade de funcionários são servidores da polícia militar, e não professores com formação específica para trabalharem em escolas. É possível investigar as práticas pedagógicas nos colégios militares e confrontarem com as práticas de escolas estaduais públicas e gratuitas, apesar de que as

instituições militares são de difícil acesso e mais rígidas quanto ao controle de funcionários e alunos, mas não é o que se pretende neste trabalho. Nesta proposta não se tem a pretensão de compreender o ensino nas escolas já militares; aqui, o foco é conhecer o processo anterior à militarização propriamente dita. Intenta-se, então, compreender como se dá a criação de projetos de militarização, como a comunidade escolar recebe ou participa desse processo e quais são as consequências para as escolas com o surgimento desses projetos. A pesquisa aconteceu levando em consideração a realidade de uma escola estadual da região de Goiânia com projeto de militarização aprovado, porém, não efetivado.

De acordo com Veloso e Oliveira (2016, p. 71), a existência de escolas dirigidas pela Polícia Militar remonta ao final dos anos 1990 e encontra-se em expansão desde então. São mais de 30 colégios militares e o estado de Goiás apresenta-se como o estado com maior número de escolas militarizadas no País. Dados mais recentes apontam para 50 escolas militarizadas nessa unidade federativa, de acordo com Ricci (2019, p. 113).

Os números são grandes e podem aumentar se computarmos o quantitativo de escolas com projetos criados e aprovados, mas não implantados. É algo tão impressionante que há o reconhecimento da incapacidade de oferecer funcionários da própria Secretaria de Segurança Pública às escolas com projetos já aprovados. Isso pode ser comprovado pela transcrição de despacho da Assembleia Legislativa sobre a escola a ser investigada:

O veto parcial, protocolado com o **número 110/18**, recai sobre os artigos 2º e 3º, que versam sobre a transformação de unidades (escolares), sendo elas:

- Colégio Estadual Guaciara Augusta da Silva, situado na Rua São Paulo, Jardim Novo Mundo, no município de Barro Alto;
- Colégio Estadual do Setor Palmito, situado na Av. Cristovão Colombo, Jardim Novo Mundo, município de Goiânia.

“Informamos que atualmente contamos com 42 unidades do CEPMG em funcionamento. Outrossim, a manifestação deste Comando acerca da viabilidade técnica e operacional para instalação de novas unidades do CEPMG demandaria a realização de estudos de situação que abrangessem não só as condições das instalações físicas e os recursos humanos e materiais disponíveis no Colégio, mas também as demais condições estruturais e as características e interesses da comunidade em relação à implantação do projeto. De igual forma, é impositivo verificar se a rede de ensino público na região onde se deseja instalar a unidade do CEPMG possui condições para atendimento com qualidade dos alunos que não manifestarem interesse em participar do projeto”, explica a Secretaria de Segurança Pública, por meio de despacho ao governador Marconi Perillo. De acordo com a justificativa, cabe ressaltar que grande parte das unidades em funcionamento ainda apresenta déficit de efetivo policial militar, vez que das 707 Funções Comissionadas de Administração Educacional Militar (FCEM), criadas exclusivamente para convocação de policiais militares da “Reserva Remunerada” para atendimento das demandas do projeto, apenas cerca de

40% (quarenta por cento), ou seja, 283 (duzentas e oitenta e três) foram preenchidas. (GOIÁS, 2018).

Nesse contexto de criação de projetos de militarização, surge o interesse de compreender como esses projetos são criados, a partir da realidade de uma escola em Goiânia que está com a militarização em andamento desde a aprovação na Assembleia Legislativa do estado.

Como professora da rede pública há mais de 10 anos e vivenciando essa prática dos governos em militarizar escolas públicas no estado de Goiás nasce essa vontade pessoal de compreender qual é a motivação dessa política para nossas escolas. Aparecem perguntas como: seria realmente um interesse da comunidade a implantação de uma escola militar? Seria esse o caminho desejado pela comunidade escolar? Quais argumentos, supostamente, legitimam a militarização nos projetos? A partir da criação desses projetos, quais expectativas geram na comunidade, ou não há nenhuma expectativa? E qual seria o modelo de escola que essas comunidades almejam? É o modelo militar ou não? Quais seriam as mudanças que gostariam na escola com a futura implantação?

Os argumentos que aparecem de forma recorrente para a militarização de escolas públicas têm como base dois principais, de acordo com Veloso e Oliveira (2016, p. 72) em seu trabalho intitulado “Nós perdemos a consciência? Apontamentos sobre a militarização de escolas públicas estaduais de ensino médio no estado de Goiás”. O primeiro refere-se à redução da violência e o segundo, à melhoria de ensino e estrutura da escola. Cabe questionar se realmente a violência se encerra com a presença de militares dentro do ambiente escolar e se há melhorias no ensino devido à militarização propriamente dita ou, ainda, se isso relaciona-se a um conjunto de recursos advindos com a mudança do modelo de escola.

Em artigo publicado no acervo digital de Segurança Pública do estado de Goiás, Silva e Araújo (2018) afirmam, a partir de pesquisa feita com alunos do ensino médio de escolas militares, que de fato a militarização escolar pode resolver o problema da violência e que devem ser revistos somente os pontos que causam entraves à matrícula da parcela mais pobre da sociedade em tais instituições.

O objetivo geral do trabalho será o de compreender os projetos de militarização das escolas públicas no estado de Goiás a partir da realidade de uma escola com projeto em andamento na cidade de Goiânia.

Os objetivos específicos intentam dar conta de entender como se dá a escolha das escolas que serão militarizadas, como e por quem são elaborados esses projetos, quais

critérios são levados em conta na elaboração, se a comunidade participa da elaboração, como participa, quais as percepções da comunidade (alunos, professores e pais/responsáveis) sobre a militarização, bem como compreender como será a implantação dos projetos.

A pesquisa foi desenvolvida em uma escola na cidade de Goiânia, com um projeto de militarização proposto na Assembleia Legislativa de Goiás, porém, ainda não efetivado. Inicialmente, fizemos uma revisão bibliográfica sobre colégios militares, especificamente relativa ao caso do estado de Goiás, que aparece no cenário nacional com destaque pelo número grande de escolas militarizadas. Também realizamos um estudo sobre o processo de militarização no Brasil, se esse é um fenômeno específico e particular de Goiás ou se é tendência no País.

Após o levantamento bibliográfico da militarização de escolas públicas, elaboramos uma pesquisa para conhecimento de como se dá a implantação dos projetos de militarização, com vistas a entender como os projetos foram criados, por quem, com quais objetivos e como a comunidade participou, ou não, da sua criação.

Em seguida, investigamos a realidade da escola no contexto da militarização: como os alunos, pais ou professores percebem essa militarização, quais expectativas possuem, se aprovam ou não os projetos. Essa investigação será feita a partir de questionários, entrevistas e rodas de conversa com a comunidade. Procuraremos entender e buscar quem é o responsável principal pela militarização da escola pública, ou seja, o autor ou autora dos projetos de militarização.

Logo após essa etapa, produzimos este texto, com os apontamentos e conclusões a partir de tudo que foi investigado. Ademais, pretendemos, aqui, construir, além da dissertação, um produto educacional que será um material informativo sobre as etapas de militarização de escolas públicas voltado para professores e alunos da educação básica. Esses são os maiores afetados pela militarização e os que mais precisam de informações sobre o tema.

CAPÍTULO 1 – A PESQUISA COM A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS

“Muitos querem, mas não podem / Nós queremos e podemos / Nós somos nós e o resto é o resto / Brasil acima de tudo, abaixo de Deus.”
(apud GRELLET, 2021)

As frases escritas na epígrafe inicial deste capítulo fazem parte do discurso de um orador durante a formatura de uma Escola Cívico-Militar no Bairro do Rocha, zona norte do Rio de Janeiro. É possível ver que, durante a cerimônia, o orador traz referências ao *slogan* do atual governo federal, demonstrando claramente um discurso ideológico presente na instituição (“Brasil acima de tudo, Deus acima de todos), e ainda reforça a ideia de diferenciação ou privilégio entre alunos da escola militar e os demais quando explicita “nós somos nós e o resto é o resto”. Nos vídeos que mostram a formatura, o orador dita cada frase e cada uma é repetida, em seguida, pelos alunos.

A escolha de iniciar este trabalho por essas frases se deu por entendermos que representam bem o contexto de militarização das escolas. A militarização chega com grande força em todas as regiões do Brasil, com uma concepção ideológica formada sobre educação, e se utiliza de rituais próprios das corporações militares. Cada frase dita é bem problemática e traz inúmeros questionamentos, porém, algo que chama bastante a atenção é a frase que diz “nós somos nós e o resto é o resto”. Essa diferenciação explícita nesse discurso é preocupante, pois entendemos que a educação deve ser vista como direito de todos, e não privilégio de uns.

Essa ideia de que a educação deve ser para alguns, e não para todos, é algo que deveríamos ter superado há anos com a instituição do ensino público e gratuito, que hoje está ameaçado. Teixeira (2007, p. 49) afirmou:

Em face da aspiração de educação para todos e dessa profunda alteração da natureza do conhecimento e do saber (que deixou de ser a atividade de alguns para tornar-se, em suas aplicações, a necessidade de todos), a escola não mais poderia ser a instituição segregada e especializada de preparo de intelectuais ou “escolásticos”, mas deveria transformar-se na agência de educação dos trabalhadores comuns, dos trabalhadores qualificados, dos trabalhadores especializados em técnicas de toda ordem e dos trabalhadores das ciências nos seus aspectos de pesquisa, teoria e tecnologia.

Anísio Teixeira é um importante intelectual brasileiro, que procurou analisar a educação brasileira. Apesar de não ser o autor mais atual sobre o tema, é importante resgatar suas ideias, pois leva adiante o seu legado de pensar a melhoria e a igualdade no ensino,

buscando, com isso, contribuir para minimizar as desigualdades de um País que mantém privilégios à elite e se esquece dos menos favorecidos.

O tempo está propício para resgatarmos esse autor ao vermos surgir com tanta intensidade e frequência a militarização de escolas públicas. Essa militarização não estaria colocando em risco os princípios básicos da educação pública, princípios de gratuidade, igualdade de acesso e permanência, princípios democráticos e de liberdade?

Na Constituição Brasileira encontramos esses princípios:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial;
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida;
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (BRASIL,1988).

Na visão de Anísio Teixeira (2007), a escola pública proporciona uma educação democrática, crítica e emancipadora, que são as bases para a integração e o desenvolvimento social de cada indivíduo. Nesse sentido, ela deve ser necessariamente universal, gratuita, obrigatória, laica e de qualidade e se constituir em política nacional para todos os governos, aparecendo como um direito de todos. Ao transformar a escola pública em militar, questiona-se a gratuidade e a liberdade, pois sabemos da existência de mensalidades, ainda que sejam nomeadas de “contribuição voluntária”.¹

A escolha pelo nosso objeto de pesquisa, os projetos de militarização de escolas públicas, não foi ao acaso, isso porque objetiva-se investigar se os princípios da educação

¹ A contribuição voluntária refere-se a um valor decidido em reunião junto a representantes da escola, dos militares e dos responsáveis. Não a nomeiam de mensalidade, pois se trata de um valor simbólico não obrigatório às famílias. Adiante falaremos mais sobre a contribuição voluntária.

estão garantidos nos projetos de militarização. Além disso, por termos uma trajetória na escola pública como professora há mais de dez anos, a militarização de escolas nas quais já atuamos sempre foi um assunto que nos trouxe muitas inquietações.

O tema desperta curiosidade também por representar o oposto do que entendemos por educação. Desde a graduação tenho lido Paulo Freire e outros autores que defendem a escola pública como espaço para libertação, emancipação e transformação social, porém, a militarização surge na contramão de todas essas ideias, pois se apresenta como uma escola com um público específico que pode pagar tanto a mensalidade – chamada de contribuição voluntária – como o fardamento, possui regras e rituais de hierarquia e de reprodução de problemas sociais – como a exclusão social –, além de representar uma concepção ideológica vinculada ao conservadorismo e à manutenção de classes sociais.

A escola militar é uma instituição com fascínio pela disciplina e por rendimentos quantitativos sobre a aprendizagem, duas concepções também questionáveis em relação aos objetivos da educação. Afinal, a escola serve para disciplinar ou para construir conhecimentos? A aprendizagem deve ser medida apenas por índices qualitativos, que desconsideram uma infinidade de fatores determinantes na aprendizagem? Esses questionamentos perpassam a escolha do tema e do produto educacional desenvolvido neste trabalho.

Por se tratar de um mestrado profissional, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) indica que, além da dissertação, desenvolva-se um produto educacional, que, nesse caso, é um objeto de aprendizagem desenvolvido a partir da pesquisa realizada de modo a contribuir com a prática profissional.

No presente trabalho, apresentamos o produto como um desdobramento da pesquisa realizada. A partir da apuração da expansão das escolas militares e do aumento de projetos de militarizações de escolas públicas, foi pensado em um material voltado aos alunos e professores da rede básica no estado de Goiás, com informações e reflexões sobre a ocupação e o domínio da educação por militares.

Nós, professores, precisamos assegurar nosso espaço de atuação e nosso lugar próprio por formação, partindo do pressuposto de que escola é lugar de atuação profissional de professor. A gestão de uma escola, a coordenação ou a regência de aulas devem ser destinados ao professor, e não à policiais. Não temos professores com formação na educação básica atuando na resolução de questões da segurança pública, pois essa atribuição é de competência da polícia, assim, devemos reafirmar que as questões pedagógicas devem ser pensadas, resolvidas e refletidas por professores.

O encorajamento aos professores da educação básica para assumirem seus papéis na educação e o entendimento do processo de militarização pelos estudantes devem começar pela formação e conhecimento, e daí advém a importância do produto educacional aqui apresentado.

A existência de um material didático e informativo sobre a militarização de escolas estaduais em Goiás é necessária porque temos hoje uma ampla literatura acadêmica sobre o tema, porém, ela nem sempre está acessível aos estudantes da educação básica.

1.1 O fazer da pesquisa

A fim de alcançar o objetivo de investigar se os projetos de militarização das escolas públicas garantem que a educação nas instituições militares continue sendo direito de todos e, ainda, propor que nós, professores, ocupemos de fato o lugar que é nosso, realizamos uma pesquisa documental e uma de campo.

O início das buscas se deu por meio de pesquisa no *site* Google. Empregamos os descritores “escola militarizada”, “projetos de militarização”, “colégio militar”, “colégio militarizado”, “colégio estadual militar”, “colégio estadual militarizado” e “colégio militarizado em Goiás”.

O descritor “militar” não mostrava apenas escolas realmente militares, mas também escolas militarizadas, uma vez que, quando militarizadas, muitas passam a se chamar oficialmente de escola militar. Cabe, contudo, diferenciar esses termos.

Todas as escolas hoje chamadas de Colégios da Polícia Militar de Goiás (CPMG) são colégios militarizados, ou seja, já existiam antes da polícia assumir a sua gestão. Essas instituições foram, portanto, construídas com verbas específicas da educação, e não da segurança pública.

Ao fazer buscas de trabalhos e referências no Google, encontramos, especialmente, notícias publicadas sobre escolas que passariam a ser administradas pela Polícia Militar.

Além da busca na internet, a pesquisa documental foi realizada a partir de revisão bibliográfica em livros, artigos e trabalhos sobre o tema. Para nossa surpresa, apesar de ser um tema em evidência em virtude do grande número de escolas militarizadas no estado de Goiás, e mais, por não ser um tema isolado nessa unidade federativa, mas algo comum em vários locais e diferentes redes – rede estadual, municipal, federal e, recentemente, até na rede privada –, pesquisas específicas sobre os projetos de militarização, no período que antecede à militarização propriamente dita, não foram encontradas.

Os trabalhos existentes se referem às escolas militares já com modelo implantado ou à comparação entre antes de se tornar militar e depois, já militarizada. Há algumas pesquisas sobre a gestão militar em si e reflexões sobre o militarismo na educação.

Dessa forma, o presente trabalho se apresenta importante, pois discute a respeito da escola que passou pelo processo, possui um projeto votado e aprovado na Assembleia Legislativa para ser nela implantada, mas este ainda não foi efetivado. Isso nos remete a inúmeras possibilidades para se pensar a militarização das escolas públicas, sendo as questões principais as a seguir elencadas: o que motivou a criação de tal projeto para determinada escola; o que contém esse projeto, quem elaborou e por que o elaborou; quais mudanças sofrem os alunos, professores e toda a comunidade escolar; quem é o responsável, afinal, pela militarização; e como a comunidade participa de tal projeto. Além disso, mais especificamente falando em escolas que já possuem os projetos, porém, sem terem sido efetivados até o momento, temos por finalidade investigar qual expectativa gera na comunidade, quais mudanças ocorrem na escola, se existe a ciência de alunos, professores e de toda a comunidade da existência desse projeto para tal escola e se existe, ou não, alguma influência desse projeto na rotina da escola ou na escolha da escola pelos alunos. E ainda buscar informações com quem propõe os projetos de militarização de escolas públicas.

Para a pesquisa de documentos e referências bibliográficas, utilizamos o método booleano de pesquisa.

É um desafio cada vez maior produzir conhecimentos. Temos acesso, hoje, a muitas informações e cada vez a mais, porém, a informação por si só não gera conhecimento. Nesse sentido, é necessário obter informações relevantes, no momento certo e a partir da leitura, do entendimento dos contextos, da relação com a realidade e da obtenção de comprovações ou evidências, pois é partir dessas ações que se produz o conhecimento.

O primeiro passo para um pesquisador é a leitura. Na trajetória da produção deste trabalho, após entendermos qual seria nossa investigação, foi preciso nos aprofundarmos em informações sobre o objeto de pesquisa.

As possibilidades de acesso às bases de dados vieram ampliar significativamente a qualidade das buscas; ademais, preparar uma estratégia de busca, bem como selecionar um banco ou uma base de dados a ser consultada para responder a questionamentos – ou mesmo ter acesso a referências –, requer tempo e conhecimentos técnicos para sua operacionalização.

A busca booleana aparece como uma estratégia que possibilita mais aproveitamento daquilo que interessa, além do fato de qualificar a busca, direcionando o interesse do pesquisador aos trabalhos que podem contribuir com seus estudos. Para colocá-la em prática,

utilizam-se os operadores booleanos, que são “and”, “or” e “not”, traduzidos para o português e significando, portanto, respectivamente, “e”, “ou” e “não”. Eles são usados para combinar palavras-chave em uma pesquisa em bancos de dados.

O uso desses operadores pode tornar a busca mais focada, produzindo resultados mais precisos. Sobre os operadores, especificamente em relação ao “or” (ou), enfatizamos que o computador não é um ser pensante como nós, seres humanos, por isso, ao colocarmos algum nome para pesquisa, só será apresentado especificamente o nome solicitado. Por exemplo, ao pedir-lhe uma informação sobre “educação”, ele não pode, por si mesmo, buscar também outros termos sinônimos, como “escola”, “formação”, “ensino”, etc. É preciso que esses termos sejam pedidos de forma explícita.

Assim, para aumentar as possibilidades de conseguir a maior quantidade de informação possível, foi necessário utilizar sinônimos e termos relacionados ou similares ao termo de busca original. Desse modo, foi factível conseguir o maior número possível de documentos, independentemente de qual dos termos foi utilizado na busca. Neste caso, relacionaram-se os termos com o operador “or”.

Então, a partir do exemplo dado sobre educação, utiliza-se “educação or ensino” e amplia-se a busca por trabalhos sobre o tema. Utilizando “or”, todos os registros que contêm um dos dois termos ou ambos irão aparecer. Quanto mais termos ou conceitos combinarmos em uma busca com esse operador, mais registros conseguiremos.

O operador “and” (e) é utilizado para localizar os documentos e trabalhos que simultaneamente contenham dois termos. Quando se utiliza “and”, por exemplo, na pesquisa de “escola militar and escola militarizada”, requeremos que todos os termos ligados por esse operador constem em algum lugar no documento, em qualquer ordem.

Assim ao utilizar “and”, a busca se afunila, pois com esse operador aumenta-se o número de palavras necessárias em determinado documento para que satisfaça o critério de busca. Diferentemente do or, na busca de “escola militar or escola militarizada”, todos os trabalhos que tivessem um ou outro, ou, ainda, que tivessem os dois termos, seriam encontrados; já com o “and”, isso somente aconteceria com os trabalhos que citassem os dois termos juntos, ao mesmo tempo. Assim, quanto mais palavras forem conectadas por “and”, menor será o número de documentos recuperados, como no exemplo citado, em que procuramos por “escola militar or escola militarizada”. Tivemos um número maior de trabalhos com esse conjunto, pois todos os documentos que tivessem escola militar ou escola militarizada, ou os dois termos juntos, apareceram para nossa leitura. Já o “and” diminui a

possibilidade, uma vez que, ao colocarmos “escola militar and escola militarizada”, só apareceram trabalhos que obrigatoriamente tinham as duas citações.

Por fim, o “not” (não), utilizado quando se necessita excluir determinados registros, seja porque se referem a aspectos que já se conhece ou porque, no momento, não interessam ao pesquisador. Por exemplo, se quisermos fazer a pesquisa com “escolas militares not escolas militarizadas”, excluiríamos da pesquisa as escolas que sofrerem processo de militarização; aparecerão, então, somente trabalhos sobre escolas militares nos quais não consta o termo “escola militarizada”. Assim, esse operador exclui todos os documentos que contêm a(s) palavra(s) que vêm depois de not. Limita-se, desse modo, a busca, porque esse operador desqualifica documentos, não importa se eles satisfazem ou não outro critério do estudo.

O breve relato da estratégia utilizada na busca por referências e documentos é importante por traçar a trajetória da pesquisa. Percebemos o quanto as discussões sobre o tema da militarização de escolas públicas encontram-se bem atuais tanto com trabalhos acadêmicos como nos meios de comunicação.

Após levantamento e leitura das referências bibliográficas encontradas tanto no Google, como em livros e materiais impressos sobre o tema, iniciou-se uma próxima etapa, que foi a pesquisa de campo.

A pesquisa de campo aconteceu em quatro espaços especialmente, sendo o primeiro deles a Secretaria Estadual de Educação (Seduc); o segundo, o comando de ensino da Polícia Militar; o terceiro, a Assembleia Legislativa; e por último, o quarto espaço, a escola que possui projeto de militarização, porém, ainda não foi implantado.

Na Seduc, foi feita uma entrevista com o militar responsável pelas escolas militares do Estado, que será apresentada no próximo capítulo. A seu turno, no espaço do comando de ensino foi feita uma longa entrevista com um dos militares responsáveis pela parte pedagógica dos colégios militares, que também será analisada no Capítulo 2. Aqui, chamamos a atenção ao fato de existir um comando especial para colégios militares.

Apesar da afirmação de parceria da Seduc com a Polícia militar para a militarização das escolas públicas, fica clara a presença de diferenciações quanto ao pedagógico pela simples existência desse comando, que é específico para colégios militares, dentro do órgão estadual.

O terceiro espaço, que é a Assembleia Legislativa, foi um espaço bem explorado para buscar leis, documentos e o entendimento de como se dava a aprovação das leis que transformam os colégios públicos estaduais em militares.

Por último, a escola campo de pesquisa não é militar na prática, mas possui uma lei que a transformou em CPMG, assim, existe essa expectativa de se tornar um colégio militar a qualquer momento.

Para resguardar todos os profissionais, alunos e responsáveis inseridos no contexto dessa unidade escolar, chamaremos essa escola de Escola Goiânia, situada na região leste desse município. Assim como todos os demais envolvidos na pesquisa, usaremos nomes fictícios a fim de garantir a não identificação de um ou outro servidor.

Em campo, foram aplicados questionários abertos aos alunos e pais e feitas entrevistas aos professores.

Os questionários aos alunos e responsáveis tiveram por objetivo investigar o que os estudantes sabem do projeto de militarização da escola e, em relação às escolas já militarizadas, como receberam a militarização e se participaram, de alguma maneira, do processo de elaboração do projeto.

A entrevista aos professores tem por objetivo investigar o que os (as) professores (as) sabem do projeto de militarização da escola, o que acham e sabem das escolas já militarizadas, como receberam a militarização e se participaram, de alguma maneira, do processo de elaboração do projeto.

As entrevistas feitas com os militares tiveram por objetivo compreender as concepções e visões de educação desses profissionais que têm ocupado os espaços que antes eram pertencentes apenas aos servidores da educação.

E ainda pretende-se entrevistar o autor ou autora de projetos de militarização de escolas públicas com objetivo de compreender as concepções, intenções e justificativas contidas nos projetos de militarização.

1.2 O pesquisador e o senso comum

Existe um olhar científico, um olhar de pesquisador, isso porque pesquisar não é apenas seguir procedimentos metodológicos. A metodologia é um caminho da pesquisa, porém, para seguir um caminho primeiro precisamos fazer perguntas.

Nessa perspectiva, pensando nas perguntas, é preciso saber fazer a pergunta certa e, quando se tem questionamentos, podemos desenvolver a pesquisa, que se dá por fases. Temos, portanto, várias fases na pesquisa. A fase exploratória é o momento de decidir sobre algo que seja do interesse do pesquisador. Depois, a fase de elaboração do objeto de pesquisa, daquilo que se deseja investigar. Em seguida, na fase que o pesquisador se dedica ao que foi

decidido por aprofundar e descobrir; é nessa fase que surgem as respostas. Nela é preciso manter-se fiel ao que está sendo pesquisado. Por último, o pesquisador deve se afastar do objeto de pesquisa para a escrita do relatório final sobre o que foi pesquisado. Nessa última etapa, a escrita, o estudioso precisa de bastante cuidado e crítica para perceber as qualidades e os defeitos que aparecem na pesquisa (GOLDENBERG, 2004, p. 72).

O grande desafio, atualmente, é estimular a pesquisa, aguçar a curiosidade e o gosto pela descoberta nos alunos e professores. A pesquisa deve estar presente em todas as modalidades da educação, da educação básica infantil ao ensino superior, distinguindo-se, obviamente, entre uma pesquisa no ensino fundamental – com as características próprias dessa etapa – e uma pesquisa como essa, de um programa de pós-graduação em educação básica. A pesquisa de quem está fazendo um mestrado ou doutorado será sempre muito diferente daquela realizada por uma criança do ensino fundamental, porém, ambas cumprem o papel de investigar e de aprender a pensar sobre a realidade ou um problema. Da mesma forma que o conhecimento gerado na academia é diferente do conhecimento do senso comum, mas seria ignorância não reconhecer ou ignorar o conhecimento comum ou a experiência. O analfabeto que não sabe as normas cultas tem seus próprios saberes e deve ser reconhecido e respeitado.

Pedro Demo (2006) traz uma proposta de educação partindo do fato de que primeiro é preciso colocar a pesquisa como princípio científico e educativo. Nas escolas, trabalha-se muito a pesquisa como uma metodologia de ensino, mas é preciso mostrá-la como necessidade, um início, um princípio para a aprendizagem e o desenvolvimento do pensamento. Outro ponto interessante do mesmo autor é a crítica à separação entre ensino e pesquisa, que divide os professores entre aqueles que apenas ensinam e os que somente pesquisam. Aqui, abrimos um parêntese para a importância do programa de pós-graduação do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae), mestrado profissional voltado para professores da rede básica, um dos programas mais concorridos na Universidade Federal de Goiás (UFG), que reafirma as ideias do autor citado sobre o professor pesquisador. A alta procura e, conseqüentemente, a alta concorrência para entrada no programa nos mostra a necessidade que o professor da rede básica sente em continuar sua formação a partir da pesquisa.

O autor sustenta que pesquisar implica influenciar a prática, ou seja, quem ensina deve pesquisar e quem pesquisa deve socializar o conhecimento, ou seja, ensinar. Para ele, “[...] Se a pesquisa é a razão do ensino, vale o reverso, o ensino é a razão da pesquisa. O importante é

compreender que sem pesquisa não há ensino. A ausência da pesquisa degrada o ensino a patamares típicos de reprodução imitativa” (DEMO, 2006, p. 50).

O autor afirma que os objetivos na educação são alcançados quando os alunos se tornam sujeitos capazes de propor, de questionar e de criticar. Deve-se aguçar nos indivíduos, desde crianças, o interesse e o gosto pela pesquisa. O autor faz um paralelo com Piaget, na visão construtivista, mostrando que a gente não produz conhecimento totalmente novo, no sentido de uma construção nova. Na realidade, partimos do que já está construído, do já disponível, do conhecimento que está aí diante de nós e o reelaboramos.

Jean Piaget foi biólogo e, apesar de hoje ser uma referência para os estudos sobre ensino e aprendizagem, não foi pedagogo, tampouco um autor considerado propriamente como um teórico da educação. Seu foco foi entender o desenvolvimento da criança a partir do aspecto espontâneo da inteligência, e não a aprendizagem da criança associada a fatores externos, como o desenvolvimento escolar ou mesmo familiar. Em suas palavras,

[...] é sobre o aspecto espontâneo da inteligência que estudarei, sendo o único do qual falarei, porque sou psicólogo e não educador; e também, porque do ponto de vista da ação do tempo, é precisamente esse desenvolvimento espontâneo que constitui a condição preliminar evidente e necessária para o desenvolvimento escolar, por exemplo. (PIAGET, 1983, p. 212).

O autor é considerado o “pai do construtivismo”, teoria segundo a qual o conhecimento é uma construção pessoal do indivíduo.

De acordo com Piaget (1983), o aluno não se apresenta na escola como um ser vazio, cujo receptáculo deve ser preenchido pelo professor, mas sim como alguém que possui estruturas prévias psicológicas que são formadas ao longo de sua vida. O autor chama esses conhecimentos prévios de esquemas. Assim, quando um novo conhecimento se apresenta ao aluno, ele deve desorganizar os esquemas para que possa se reorganizar e acomodar/evoluir o esquema que se tinha para um novo e melhorado; dessa forma, o aluno assimila o conhecimento. O aprendizado se dá, então, a partir dos processos de adaptação, assimilação e acomodação que, associados, levam à equilíbrio. Esses processos ocorrem ao longo do que o autor chama de estágios de desenvolvimento.

Além dos estágios de desenvolvimento do pensamento lógico, Piaget também descreve e explica a construção gradual e sistemática da constituição da consciência moral. Assim como o pensamento lógico, existem fases no desenvolvimento da moralidade que são sucessivas, podendo alterar seu tempo de duração em cada criança, cada sociedade, porém, sem alterar a sequência.

Assim, nós partimos do que já está construído, do que já está disponível, do conhecimento que está aí, diante de nós, e o refazemos e reelaboramos. O professor deve, então, estimular essa reelaboração do aluno, sendo papel desse profissional incentivá-lo para que, desde criança, possa se expressar, buscar explicações, fundamentar o que faz e o que diz e, ainda, desenvolver a crítica em relação ao que lê e vê. Dessa forma, a pessoa cresce com a capacidade de se posicionar, de desenvolver a criatividade ou mesmo de formular uma teoria sobre a realidade vivenciada.

A aproximação de Pedro Demo (2006) com Piaget (1983) se dá nesse sentido. Se, por um lado, Pedro Demo afirma ser possível educar pela pesquisa, Piaget indicará que toda criança tem potencial para a descoberta, para a pesquisa. Segundo esse último autor, toda criança, em condições normais, é naturalmente curiosa. Talvez as instituições escolares estejam inibindo a curiosidade e o desejo da descoberta, isso porque as escolas se tornaram espaços para a reprodução de afazeres e deixaram de desenvolver esse sentido natural investigativo e descobridor de cada indivíduo. A aprendizagem se volta cada vez mais a um treinamento para realizar avaliações externas e objetivas, e é partir da lógica de pensar somente em resultados objetivos que temos deixado de formar indivíduos críticos e pensantes e de instigar ainda mais a curiosidade das crianças e jovens.

Esse modelo de escola para treinamento está cada vez mais presente especialmente nas instituições públicas e se torna objeto de desejo de muitos. Essa tentativa de privatizar a educação, algo marcante nas políticas neoliberais de extrema direita e conservadoras, não é algo recente. De acordo com Ricci (2019, p. 107),

[a] educação pública brasileira se tornou objeto de desejos estranhos ao mundo da educação. Nos anos 1990, foi percebida como um grande mercado. Empresas se lançaram na captura das redes educacionais públicas. Começaram prestando assessorias técnicas e cursos de formação. Logo, avançaram sobre a venda de apostilas com conteúdo educacional e cursos de formação. Mais tarde, incluíram equipamentos de informática e programas educacionais. Até que começaram a adquirir escolas particulares e praticamente definir a concepção curricular de muitas redes municipais de ensino.

Na lógica da privatização do bem público surgem as escolas militares da rede estadual de ensino de Goiás. Elas chegam com grande força e aceitação por parte dos governos, e muitas vezes até da população local, e ocorrem independentemente de partidos. É um modelo de gestão que vem seduzindo as comunidades escolares não só em Goiânia ou no estado de Goiás; existem outras unidades federativas com números consideráveis de escolas militarizadas, a exemplo de Roraima, e diferentes formas de militarização.

Para entender esse processo precisamos pensá-lo, problematizá-lo e verificar em campo algumas hipóteses. O saber pensar é precedente do saber intervir e é a partir desse entendimento que ocorre a construção deste trabalho e da proposta de produto educacional apresentada como resultado da pesquisa. A proposta de um material didático e informativo sobre a militarização de escolas públicas oferecerá aos estudantes e professores da educação básica reflexões para que construam seus saberes e saibam atuar frente à expansão da militarização.

1.3 A experiência com a pesquisa e seus relatos

A coleta de dados para o presente trabalho se deu basicamente em quatro locais: na Seduc, no Comando de Ensino da Polícia Militar, na Assembleia Legislativa e no Colégio no município de Goiânia que possui um projeto de militarização em andamento.

Entende-se, aqui, que a coleta de dados se dá por meio do falado, apresentado explicitamente, mas também pelo não dito. Assim, torna-se importante refletir sobre tudo aquilo que foi apresentado pelos entrevistados, mas também sobre a não abertura, a resistência, a postura e outras ações que podem indicar mais respostas do que o propriamente dito.

A pesquisa que apresentamos neste trabalho refere-se a um estudo de caso em uma escola em Goiânia que vivencia a transformação de escola pública em escola militar. Sobre essa escola especificamente falaremos mais adiante.

Neste tipo de pesquisa, o estudo de caso, o pesquisador escolhe um “caso” e se propõe a estudá-lo profundamente por ele ser considerado representativo de uma situação. O projeto de militarização da escola escolhida é um caso representativo do processo de militarização das escolas estaduais em Goiás. É uma análise e pesquisa do caso individual de militarização que se aplica ao todo, ou seja, ao processo geral de transformação de escolas públicas em escolas militares, comandadas pela Polícia Militar de Goiás.

De acordo com Yin (2010, p. 23), o estudo de caso é “um dos empreendimentos mais desafiadores na pesquisa”. Esse método teve sua origem no campo da Medicina e constitui, atualmente, uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa no campo das ciências humanas e sociais; teve seus procedimentos convencionados de forma adequada a partir da obra de Robert Yin, nos anos de 1990 do século XX e, segundo ele (2010, p. 39), “[...] o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em

profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes”.

O caso pode ser uma instituição, uma escola, um currículo, um evento, um grupo, uma pessoa, etc. Constitui uma instância provocadora do estudo de mediações que concentram a possibilidade de explicar a realidade concreta (FRANCO, 1990, p. 4). Ademais, é considerado uma unidade representativa do todo e, portanto, capaz de sustentar proposições acerca da realidade desse todo. Nesse sentido, o caso aqui analisado refere-se a um projeto de militarização de uma escola que pode ser usado para explicar, a partir de sua representação, a militarização em outras escolas, com outros projetos.

1.3.1 A relação do pesquisador com a pesquisa em ciências sociais

Goldenberg (2004) fala ser preciso evitar as BIAS, termo inglês comum entre os cientistas sociais, que significa a parcialidade do pesquisador. A autora aponta cominhos para controlá-las, a saber: não escolher as entrevistas a serem relatadas e analisadas na pesquisa, o correto é entrevistar o todo e, depois, fazer comparações entre as entrevistas realizadas, esclarecendo o que é fala do entrevistado e o que é posicionamento do pesquisador. É importante deixar claro os limites existentes na pesquisa, se houve alguém que não participou, por exemplo, e, ainda, mostrar as dificuldades do pesquisador, inclusive pontuando o que não deu certo, além de observar diferentes aspectos, por distintos enfoques.

Uma das grandes críticas às pesquisas qualitativas como a que se constitui neste trabalho é o enraizamento ao modelo positivista. Nas palavras de Goldenberg (2004, p. 53),

[...]grande parte dos problemas teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa é decorrente da tentativa de se ter como referência, para as ciências sociais, o modelo positivista das ciências naturais, não se levando em conta a especificidade dos objetos de estudo das ciências sociais. Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Esses dados não são padronizáveis como os dados qualitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los.

A partir desse entendimento, compreendemos ser preciso cuidado com o manuseio dos dados coletados. Sabemos que há uma grande preocupação de contaminação dos resultados com a personalidade, o viés e os valores do pesquisador. Acreditamos ser possível olhar para o objeto de estudo com responsabilidade e com a consciência de que temos posicionamentos sobre o tema, porém, também temos compromisso com o rigor científico. Reconhecemos a

dificuldade em manter a neutralidade na análise dos dados, mas buscamos anular os pré-conceitos, de tal modo que nosso olhar não seja para julgar, provar ou defender nosso posicionamento, e sim um olhar a partir de dados e referenciais teóricos que nos permitem falar ou escrever sobre a temática.

Durante as entrevistas, percebemos posicionamentos explícitos de entrevistados. Numa primeira conversa, na Superintendência de Segurança Escolar, localizada na Seduc, notamos várias posturas e comportamentos dos entrevistados que consideramos importantes serem aqui descritos, mesmo não fazendo parte do que foi dito na entrevista, e sim como parte do não dito, da postura, do comportamento, do contexto e da situação colocada para realizar a pesquisa.

O não dito diz respeito às diversas facetas da linguagem; perpassa e ultrapassa todo o dito, “[...] é subsidiário ao dito. De alguma forma, o complementa, acrescenta-se” (ORLANDI, 2005, p. 82 apud SILVA, 2009, p. 13).

Desse modo, o não dito constitui parte do discurso, parte da pesquisa e, por isso, justifica-se, aqui, o relato de uma primeira conversa, quer dizer, um primeiro contato para a pesquisa com os projetos de militarização de escolas públicas em Goiás.

1.4 Colégios militares em Goiás

Os colégios da Polícia Militar em Goiás (CPMG) foram implantados a partir da década de 1990, mas sua criação foi decretada na década de 1970. O primeiro Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás (CEPMG) começou a funcionar efetivamente no ano de 1999, no prédio da Academia da Polícia Militar, em Goiânia.

Batizado com o nome de Colégio Militar Coronel Cícero Bueno Brandão, a escola atendia a 440 alunos. Seis meses depois, passou a funcionar junto às instalações do colégio estadual Vasco dos Reis, na região Sul da capital goiana. Somente no ano 2000 a unidade foi transferida para uma sede definitiva, no Colégio Estadual Hugo de Carvalho Ramos, outra escola militarizada pelo governo de Goiás. Mais uma unidade dos CEPMG foi criada em 2007, no Setor Oeste: o Polivalente Modelo Vasco dos Reis é resultado da fusão dos colégios estaduais Vasco dos Reis e Polivalente Modelo de Goiânia.

A partir de 2013, o Estado de Goiás acelerou o processo de transferência das escolas públicas para a Polícia Militar (PM). A Assembleia Legislativa transformou mais de doze colégios em unidades da Polícia Militar em 2013 (ver Tabela 1). Em julho de 2014, foi

aprovada a Lei n. 18.556, alcançando a marca de vinte e sete colégios. Com a Lei n. 18.967, foram transformadas mais sete escolas, no mês de julho de 2015.

Em Goiás, houve uma aceleração na transformação de escolas militarizadas no governo de Marconi Perillo (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), porém, não se trata de uma política exclusiva dele, visto que há militarização em outros estados. Veja a tabela a seguir, elaborada por Santos (2020), sobre o quantitativo de escolas militarizadas no Brasil até 2019.

Tabela 1 – Número de escolas públicas militarizadas no Brasil, por Unidade Federativa, em dezembro de 2019

	Estaduais	Municipais	Total
Bahia	13	66	79
Goiás	60	7	67
Roraima	18	-	18
Maranhão	6	8	14
Amazonas	10	3	13
Tocantins	12	-	12
Mato Grosso	8	-	8
Rondônia	7	-	7
Distrito Federal	10	-	10
Acre	3	-	3
Amapá	3	-	3
Paraná	3	-	3
Pará	1	1	2
Piauí	1	-	1
Brasil	155	85	240

Fonte: Santos (2020).

Podemos notar que o estado de Goiás se destaca pelo número de escolas militarizadas na rede estadual, contudo, outros estados também mostram essa tendência. Na Bahia, há um grande número de escolas militarizadas da rede municipal.

A seguir, outro dado curioso sobre escolas militarizadas por região no Brasil:

Tabela 2 – Número de escolas públicas militarizadas no Brasil, por região geográfica, em dezembro de 2019

	Estaduais	Municipais	Total
Nordeste	20	74	94
Centro-Oeste	78	7	85
Norte	54	4	58
Sul	3	-	3
Brasil	155	85	240

Fonte: Santos (2020).

Apesar do destaque de Goiás, percebemos, na Tabela 2, que a região com maior número de escolas militarizadas é a região Nordeste do Brasil.

A seguir apresentamos um dado que consideramos importante para a análise do que leva à militarização de escolas públicas. Apesar de vermos que foi o governo PSDB, em Goiás, que efetivamente incorporou a militarização à sua política para educação, vemos isso também acontecer em outros governos:

Quadro 1 – Escolas municipais militarizadas em Goiás

	Nome da Instituição	Município	Militarizada em	Gestão	Instituição regulamentada no governo de
1	Escola Municipal Militarizada Olavo Bilac	Indiara	2018	SME/Instituição Privada	Divino Marques de Sousa (PDT)
2	Escola Municipal Militarizada Gercina Teixeira	Piranhas	2018	SME/Instituição Privada	Eric de Melo (PP)
3	Escola Municipal Militarizada Canaã	Quirinópolis	2018	SME/Instituição Privada	Gilmar Alves da Silva (PMDB)
4	Escola Municipal Militarizada Tia Lourdes Acreúna	Acreúna	2019	SME/Instituição Privada	Edmar Oliveira Alves Neto (PSDB)
5	Colégio Municipal Militarizado Professor Divino Bernardo Gomes	Alto Horizonte	2019	SME/Instituição Privada	Luiz Borges da Cruz (PSD)
6	Escola Municipal Militarizada Maria Adelvina	Indiara	2019	SME/Instituição Privada	Divino Marques de Sousa (PDT)
7	Escola Municipal Sabino Mamédio	Moiporá	2019	SME/ONG Guardiões da Vida	Wolnei Moreira da Silva (PSB)

Fonte: Santos (2020).

A partir dos dados apresentados no Quadro 1, questionamos sobre a quantidade de militarizações existentes não só em Goiás, não apenas de um governo, um estado, mas uma tendência dissipada em várias localidades.

Uma indicação do motivo de tantas militarizações no estado de Goiás, durante o governo do Marconi Perillo, seria a retaliação a movimentos de resistência a uma política contrária à defendida pelos trabalhadores da educação.

Santos (2016, p. 27) aponta evidências do uso da militarização como retaliação aos docentes engajados no movimento de resistência contra o desmonte da escola pública na transcrição feita a seguir:


Em relação às questões publicadas sobre os colégios militares, sobre as pessoas que estavam naquele evento em Goiânia, eu disse e repito: nós não podemos ter baderneiros nas escolas, nós precisamos ter pessoas comprometidas com as escolas. Escolas que não estão conseguindo lidar com baderneiros, com pessoas que não estão preocupadas com ensino, com a qualidade da educação, mais preocupadas com seus próprios interesses, essas pessoas precisam de um modelo diferente, de um conceito diferente. E para essas pessoas, talvez a melhor coisa seja a escola militar. Eu alego a convicção de que, nesse caso, a escolar militar é a ideal, é a escola adequada. Porque nela há de se ter disciplina, hierarquia e respeito aos princípios, aos valores, especialmente às pessoas que querem aprender, que não querem saber de debate ideológico, político e mesquinho no âmbito da atividade que está sendo desenvolvida.

Outro motivo que apontamos é a intenção eleitoreira daqueles com pedidos de militarização de escolas, como mostra Oliveira (2016, p. 41):


Se tomarmos a leitura da reação social sobre o processo de implementação das escolas militares, observaremos que sua emergência tem se metamorfoseado em uma moeda eleitoral. Elas emergem como objeto de desejo para prefeitos que têm muito pouco para oferecer no campo da educação (ou talvez não saibam ou, ainda, não desejam), mas, ao mesmo tempo as escolas militares se tornaram uma concessão do Governo em benefício de aliados, apoiadores (é também como uma forma de acomodação do excesso de oficiais militares e de política de fortalecimento de uma instituição desacreditada como a Polícia Militar, todavia, ainda vista como uma forte aliada no jogo político) e, por fim, como o Governador deixou público, uma política de contra-ataque aos movimentos sociais.

Apresentamos a seguir o pedido de militarização da escola em estudo neste trabalho:

Figura 1 – Pedido de militarização da escola em estudo



CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE REGIÃO LESTE
 Avenida do Ouro Chácara: 329 – Jardim Novo Mundo
 Telefones: 3524-1743/1752 E-mail: ctlestegyn@gmail.com



Ofício: 315/06/2017 Goiânia 26 de Junho de 2017
 De: Conselheiro Tutelar James da Silva
 Para: Deputado Estadual Lincoln Tejota
 Assunto: Requerimento de Escola Militar

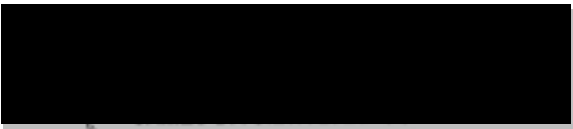
O **Conselheiro Tutelar da Região Leste** senhor **James da Silva** vem através deste solicitar junto a vossa senhoria a implantação de um colégio militar no Jardim Novo Mundo, na região Leste de Goiânia, tendo em vista que este bairro é o segundo maior bairro de Goiânia, e não conta com nenhuma unidade de **colégio militar**, sendo que este é um anseio da comunidade que através de vários moradores vem a muito tempo sonhando com um colégio militar na região.

Diante do exposto resolvemos proceder este ofício com o intuito de provocar a autoridade senhor **Deputado Estadual Lincoln Tejota** para que interceda junto ao **Governador Marconi Perillo** para que a Secretaria Estadual de Educação transforme uma das escolas estaduais já existentes no bairro em um **colégio militar**, ou a criação de uma nova escola, tal solicitação se dá por diversos motivos, tais como:

- * O bairro conta com 5 unidades de escolas estaduais, sendo que nenhuma delas é um **colégio militar**.
- * É a terceira maior população entre os bairros da capital.
- * Sendo que 40% da população do bairro é constituída por jovens e adolescentes.
- * É o segundo maior bairro de Goiânia.
- * Tem um alto índice de violência entre crianças e adolescentes.
- * É um anseio antigo da população deste bairro.

Certo da sua compreensão, contamos com a sua colaboração para a vinda desta unidade escolar para o nosso bairro.
 Segue em anexo abaixo assinado de moradores do bairro

Limitado ao exposto reitero meus votos de estima e elevada consideração e nos disponibilizamos para eventuais esclarecimentos.


 Conselheiro Tutelar (Credencial 11/16)

Em entrevista com professores da escola, foi dito que o pedido saiu do conselheiro tutelar da região, pré-candidato a vereador na época.

Apresentaremos, ainda, no segundo capítulo, a conversa com um comandante que nos atendeu na Superintendência de Segurança das escolas, o qual nos afirmou que a militarização não é feita pela polícia, e sim pela Assembleia. Em suas palavras: “Há pedidos de militarização de prefeitos, vereadores e lideranças políticas diferentes ao governador”.²

² Entrevista realizada em 11 de novembro de 2022, na Superintendência de Segurança, órgão da Seduc.

Para Paulo Freire, educar sempre será uma relação de gente com gente, de adultos com crianças, isso porque “[...] o caráter renovador da educação está no caráter intrinsecamente renovado de toda a relação humana, entre humanos. Formamo-nos no diálogo, na interação com outros humanos, não nos formamos na relação com o conhecimento. Este pode ser mediador dessa relação como pode também suplantá-la” (ARROYO, 2001, p. 47).

Especificamente em relação à prática pedagógica e ao papel do professor,

[...] não é possível ao (à) educador (a) desconhecer, subestimar ou negar os saberes de experiência feitos com que os educandos chegam à escola. [...] partir do saber que os educandos tenham não significa ficar girando em torno deste saber. [...] partir do “saber de experiência feito” para superá-lo não é ficar nele. (FREIRE, 1992, p. 59; 70-71).

O ato de educar não está para o treinamento ou cumprimento de regimentos, normas e ordens disciplinares, tampouco se reduz a isso. O ato de educar encontra-se na formação dos alunos, em conjunto com os conhecimentos, para o pensamento crítico e o desenvolvimento da humanidade em cada indivíduo.

Não existe qualquer prova de que a disciplina é condição para o aprendizado. Ao contrário, tem-se que nem sempre é uma relação direta, quer dizer, alunos quietos e disciplinados nem sempre são os que conseguem aprender melhor. Isso é algo dito no senso comum e numa expectativa de busca de soluções, sem refletir sobre a realidade atual. “Enquanto os professores mostram a necessidade de uma ordenação, de um ritmo sincronizado no desenvolvimento de suas aulas, os alunos rejeitam esses princípios. [...]. Esta nova geração precisa de liberdade de movimentos, de desafios que os impulsionem [...].” (TEIXEIRA, 2010, p. 93).

Para essa autora, os alunos atuais não se enquadram nos modelos disciplinares observados na escola, embasados na obediência aos regulamentos: “Para estes sujeitos, surgidos numa racionalidade contemporânea, parece não haver sentido seguir normas e regras pré-estabelecidas pela Escola” (TEIXEIRA, 2010, p. 93).

A escola que prima pela disciplina e pelos regimentos pode perder o seu objetivo principal, que é o de educar para a formação integral, daí questionarmos as escolas militarizadas. Se essas escolas têm como diferencial, além da estrutura – que só existe por ter diferentes formas de captação de recursos –, a disciplina, então não podemos dizer que são instituições com um ensino diferenciado ou melhor que as demais escolas.

Arroyo (2001, p. 49) destaca que “[a] postura [docente] mais importante será reconhecer que cada educando é gente”. Por sua vez, as relações humanas devem ser pautadas

pelo diálogo, pela sensibilidade e amorosidade. Portanto, as relações dentro da escola pautadas na ordem e hierarquia são questionáveis pensando a educação na perspectiva de Paulo Freire e de outros autores defensores de uma educação mais humanizada e crítica.

A educação, para Paulo Freire, se dá na relação dos sujeitos, mediados pela realidade vivida: “Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1983, p. 79). Essa é uma das mais famosas e célebres frases do autor.

Voltamos à educação nas escolas militarizadas e questionamos como se dão as relações dentro das escolas comandadas pela Polícia Militar. Isso porque os rituais militares são reproduzidos dentro das unidades escolares, inclusive formalizados nos regimentos. Apresentaremos parte desse regimento no capítulo a seguir.

Esses rituais se referem até ao modo como os alunos devem se dirigir a um oficial dentro das escolas, contudo, sua aplicação é questionada nesse ambiente. Não questionamos que eles aconteçam nos espaços próprios da polícia ou com outros oficiais, pois não temos, aqui, embasamento algum para questionar, porém, em se tratando de educação, e com referencial teórico nos autores aqui apresentados e na experiência no “chão” de escola, não consideramos prática apropriada, ou mesmo educativa, às crianças e aos jovens.

Considerando os apontamentos registrados anteriormente, reafirmamos que “[...] cabe, também, à educação a responsabilidade de abrir as portas da mente e do coração e de apontar horizontes de construção partilhada de sociedades humanas mais humanizadas” (BRANDÃO, 2002, p. 22).

Se pensarmos que o objetivo da educação também é o de construir, de forma, partilhada uma sociedade mais humanizada, pensemos em como se dão esses processos de militarização: em Goiás, são apresentados projetos na Assembleia Legislativa por deputados ou seja, são instituídos pela vontade política de governadores. Não surgem na escola por vontade dos estudantes, professores ou comunidade escolar.

De uma forma ou de outra, esses projetos de militarização apresentam-se impostos e de nenhuma maneira partilhados numa construção coletiva. A militarização do ensino por viés hierárquico e disciplinar tem sido uma resposta de governos à violência escolar, aos questionamentos, às críticas e, inclusive, às greves de trabalhadores da educação e tem sido uma ação eleitoreira sobre oferecimento de um ensino de qualidade.

Pergunta-se, então, por que militarizar? Para quem militarizar e por quanto tempo militarizarão o ensino regular no Brasil? Pensemos: uma escola que impõe, e talvez seja tão violenta em suas regras, consegue mesmo acabar com a violência? Tirar professores aptos e

capacitados de dentro da escola para entregá-la a militares que não possuem formação pedagógica pode ser considerado uma resposta a um ensino de qualidade? Sabemos que a educação, hoje, se tornou um objeto de desejo, um vasto campo de disputa econômico e ideológico, e não só os militares adentram os espaços escolares, mas há tentativas de vários atores de nossa sociedade em ocupá-los.

No entanto, vale lembrar, a disciplina não é aprendido; ademais, questionamos, em vários momentos, a qualidade apresentada pelos colégios militares. Além disso, é injusto comparar a estrutura de uma escola comandada apenas pelos profissionais da educação com outra que recebe investimentos e pessoal a mais.

A pesquisa de Neusa Sousa Rêgo Ferreira (2018) aponta nem sempre ser desejo dos estudantes estarem numa escola militarizada: muitos a procuram por terem preferência na contratação de menores aprendizes.

Podemos afirmar, ainda, que precisamos ouvir mais os estudantes, afinal, a escola é deles e para eles e, ainda, devemos incentivar mais a participação da população nas decisões da escola. A transferência da gestão de uma escola é algo que modifica totalmente a sua rotina e pode até modificar o seu público.

Em estudo apresentado por Ferreira (2018, p. 128) em uma escola que teve a gestão transferida para militares, foram constatadas mudanças no alunado atendido, como conclui após pesquisa em campo:

Enfim, com base no exposto, a categorização do “antes” e do “depois” da implementação da “Gestão Militar” no colégio ora analisado apresenta-se com sujeitos – alunos, pais/responsáveis, professores – distintos. Sujeitos que, por acomodação ou por convicção, se sujeitam a este modelo de educação.

Dessa forma, entendemos que a escola deve atender a comunidade e esta, a seu turno, deve participar ativamente nas decisões de como será o ensino ou na gestão.

Paro (2001, p. 57) reforça a necessidade do envolvimento da população no ambiente da escola, argumentando que

[...] a questão da participação da população usuária na gestão da escola básica tem a ver, em grande medida, com as iniciativas necessárias para a superação da atual situação de precariedade do ensino público do País. Diante da insuficiência da ação do Estado no provimento de um ensino público em quantidade e qualidade compatíveis com as necessidades da população, propugna-se pela iniciativa desta no sentido de exigir os serviços a que tem direito.

Na tentativa de compreender os projetos e a militarização das escolas públicas em Goiás, apresentamos brevemente, a seguir, o surgimento das escolas militares no Brasil e suas diferenciações.

Neste trabalho, diferenciamos atentamente o termo escola militar de escola militarizada. Isso porque consideramos a escola militar como aquelas que surgem já como instituições militares. Em Goiânia, não temos nenhuma escola militar, pois todas as escolas sofreram militarização, ou seja, eram instituições que pertenciam à Secretaria Estadual Educação e, de acordo com parceria estabelecida com a Polícia Militar, tornaram-se as escolas chamadas de CPMG.

Defendemos, aqui, o uso o termo escola policializadas para todas essas escolas que sofreram a militarização em Goiás e passaram a ter a gestão feita pela Polícia Militar do estado. O termo policializadas marca a presença da polícia na instituição, começando pelo nome.

Nos diferentes trabalhos pesquisados sobre escolas militares e militarizadas, percebemos que não há uma discussão dos termos de forma recorrente. Nos trabalhos mais atuais já há a distinção de militar e militarizada. De acordo com Santos (2020, p. 84):

Constatamos que a preocupação, por parte dos pesquisadores, em diferenciar as escolas entre militares ou militarizadas, nem sempre aparece nas pesquisas e tende a ser mais presente nas publicações mais atuais. Compreendemos que isso se deve aos fatos de que a militarização de escolas públicas é um fenômeno mais recente que a criação de escolas militares e de que muitas vezes tal classificação não se faz necessária, considerando o recorte do objeto de estudo de determinadas pesquisas.

1.5 Estudo da militarização das escolas no Brasil

Rosa (2012), em um trabalho sobre as pesquisas educacionais nos colégios militares do Brasil, revela haver um pequeno número de ocorrências de pesquisas realizadas em Colégios Militares quando comparado com outras instituições de ensino. Também revelou que o interesse acadêmico-científico por esse sistema de ensino é recente, apesar das instituições de ensino militar no Brasil remontarem ao século XVIII.

Dessas conclusões da autora podemos questionar os motivos que levam a um pequeno número de pesquisas dentro de escolas militares quando comparadas às outras instituições não militares ou militarizadas.

Apontamos a dificuldade em se pesquisar em colégios militares devido à burocracia e ao ambiente fechado próprio das instituições militares, algo que foi sentido desde o início desta pesquisa ao visitarmos o comando de ensino dos colégios militares e a Superintendência de Segurança das escolas, dentro da Secretaria de Educação.

Essa dificuldade não foi apenas nossa, sendo comum relatos em outras pesquisas. Cruz (2017, p. 20):

Esprei por um tempo e finalmente fui recebida com diversas perguntas e comentários pela Comandante Major Donizete Alves Pinto, pela qual fui entrevistada durante alguns minutos. Por fim, ela me questionou diretamente sobre o que eu pretendia fazer no colégio e, quando disse que queria fazer um questionário com algumas turmas e ter acesso ao PPP (Projeto Político e Pedagógico), a comandante autorizou-me com algumas ressalvas: ela precisaria analisar os questionários e estava terminantemente proibido tirar fotos do colégio ou dos alunos. Por fim, ao decorrer da pesquisa, constatei que não poderia fazer os questionários, pois aumentaria a minha demanda e prejudicaria o tempo hábil de escrita.

Ainda, a Comandante relata a preocupação com o teor da pesquisa e com os meios de comunicação:

Tanto no Comando de Ensino quanto no CPMG Hugo de Carvalho Ramos, notei uma enorme preocupação com o teor da pesquisa, sendo citada a reportagem do programa de televisão “Profissão Repórter” como uma reportagem tendenciosa e que havia passado uma imagem negativa dos CPMG. Expliquei que faria um trabalho acadêmico e que minha pesquisa possuiria embasamento teórico e fontes concretas para análise e sustentação de meus argumentos. (CRUZ, 2017, p. 20).

Como já dito, os Colégios Militares no Brasil têm seu início no final do Segundo Império, com a criação do Imperial Colégio Militar, no Rio de Janeiro, em 1889. Antes desse período, as Escolas Militares estavam destinadas somente à formação de quadros para o Exército. A criação do Imperial Colégio Militar origina o Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB).

O SCMB se refere aos colégios sob comando do Exército brasileiro e a diferenciação entre o sistema de ensino do Exército e da Polícia Militar será feita a partir de agora por entendermos que, apesar de algumas semelhanças, são escolas com objetivos e organização bem diferentes.

Diferenciamos os Colégios Militares (CM) dos atuais Colégios da Polícia Militar (CPM) aqui de Goiás e espalhados por vários estados brasileiros. Ligados às Forças Armadas,

os Colégios Militares (CM) compõem o Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB) e são regidos por normas próprias do Exército. Os colégios integrantes do SCMB destinam-se ao oferecimento da segunda fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio para dependentes dos soldados do Exército e das demais instituições militares. Também são aceitos alunos dependentes de civis interessados em seguir carreira militar, por meio de concurso público para o 6º ano do Ensino Fundamental e para a 3ª série do Ensino Médio.

Os CPM não estão vinculados ao SCMB; eles fazem parte da rede pública e são administrados pela Polícia Militar por meio de seu Comando de Ensino, em parceria com as Secretarias da Educação e de Segurança Pública dos estados. Seu público é composto por alunos dependentes de militares, mas também por civis, sem a obrigatoriedade de estes seguirem carreira militar. Para ilustrar melhor as diferenças entre esses dois modelos de colégios militares, um sob o comando do exército e o outro sob o comando da polícia, apresentamos o quadro a seguir:

Quadro 2 – Aproximações e distinções entre SCMB e CEPMG

Colégios Integrantes do Sistema de Colégios Militares do Brasil	Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG)
São administrados pelo Exército por meio do Departamento de Educação e Cultura – DECEX, órgão responsável pela condução do ensino no âmbito do Exército Brasileiro.	São administrados pela Polícia Militar do Estado de Goiás, por meio do seu Comando de Ensino.
Possuem 14 colégios espalhados em diversos estados brasileiros (que oferecem o Ensino Fundamental – II Fase – e Médio) e 10 escolas (preparação exclusiva para as Forças Armadas).	Possuem 46 unidades implementadas em Goiás, segundo atualização de dados em 6 de junho de 2018, junto ao Comando de Ensino da PM de Goiás.
O quadro de professores desses colégios é composto por oficiais do alto escalão do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e por servidores civis do governo federal.	Os professores são, exclusivamente, civis concursados ou contratados pela Secretaria Estadual de Estado de Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás (Seducce).
Possuem caráter assistencial para dependentes em primeiro grau de oficiais das Forças Armadas Militares do Brasil, mas também atendem alunos dependentes de civis.	Atendem tanto dependentes de civis quanto de militares. Até 2017, existia o estabelecimento de uma quota de 50% para cada uma das categorias de estudantes. A partir de 2018, esse percentual deixou de existir nos documentos oficiais emitidos por esses colégios.
O ingresso se dá por meio de seleção escrita (existe registro de curso preparatório com duração de seis meses para os alunos interessados em concorrer a uma vaga nesses colégios).	Até 2015, o ingresso nesses colégios se fazia por meio de seleção – prova – e/ou sorteio. A partir de 2016, o ingresso de novos alunos ocorre por meio de sorteio.

(Continua)

(Conclusão)

Colégios Integrantes do Sistema de Colégios Militares do Brasil	Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG)
Além do oferecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, destinam-se à preparação para a carreira militar.	Não se destinam à preparação para a carreira militar, mas ao oferecimento do Ensino Fundamental (oficialmente da II Fase, embora algumas unidades transferidas para a gestão da PM possuam a I Fase, oferta que vai sendo gradativamente excluída desses colégios) e do Ensino Médio.
Pertencem à Rede Federal de Ensino, mesmo sendo regidos por leis próprias e específicas do Exército.	Pertencem à Rede Pública Estadual de Ensino, cuja gestão é compartilhada entre as Secretarias de Segurança Pública e da Educação.
Este sistema é composto por escolas preparatórias de cadetes e oficiais militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e por escolas que oferecem o Ensino Fundamental (II Fase) e o Ensino Médio.	É composto exclusivamente por escolas da Rede Estadual transferidas para a gestão da PM de Goiás.
Possuem sedes próprias.	Funcionam em prédios que pertencem à Rede Estadual Pública de Ensino goiano.
O ingresso do sexo feminino em seu quadro de alunos só foi permitido em 1989.	O ingresso do sexo feminino sempre foi permitido, desde o funcionamento de sua primeira unidade, em 1999.
São regidos por dois importantes documentos: o Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército e o Regulamento dos Colégios Militares.	A normatização de atividades, condutas, posturas, etc., é feita por meio de um Regimento Interno comum a todas as unidades de CEPMG, cuja matriz é Regimento Interno do Exército Brasileiro.
14.500 alunos matriculados em 2016.	53.000 alunos matriculados em 2018.
O grupo gestor é formado por oficiais de carreira da alta patente militar.	O grupo gestor é composto por oficiais do alto escalão da PM, tenente-coronel, major ou capitão, prioritariamente, da reserva dessa Corporação.

Fonte: Ferreira (2018).

Sobre as diferenças e semelhanças entre os colégios da polícia militar e do exército, explica Ferreira (2018, p. 50):

Apesar das divergências, existem aproximações entre estes dois sistemas: possuem regimento interno que descendem do Exército Brasileiro, fazem uso do fardamento, da disciplina rigorosa, da hierarquia e da subalternidade como elementos presentes no dia a dia da instituição, além do espírito de “corpo” na unidade escolar. Além disso, os colégios que compõem o Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB) são instalados em prédios próprios do Exército Brasileiro e seu alunado, ao se dirigir para eles, já tem conhecimento do modelo militar de educar e disciplinar. Diferentemente, os CEPMG, ao serem implementados, tomam para si prédios que pertencem ao governo do Estado, mais especificamente à Secretaria de Educação do Sistema Público de Ensino e seus alunos e docentes são submetidos a um regime educacional que, muitas vezes, não apoiam, mas que, por razões diversas, acabam sendo obrigados a se enquadrarem nos mesmos até conseguirem remoção para uma outra unidade de ensino na Rede Estadual. Em outras palavras, o corpo do alunado e dos docentes, neste último,

compõem-se a partir da imposição do governo estadual. Do ponto de vista da disciplina, o SCMB segue o rigor do Regimento do Exército, enquanto os CEPMG, apesar de terem seu Regimento Interno constituído a partir das normas do primeiro, são menos rígidos que aqueles, mas ainda assim questionáveis por professores, estudiosos e pesquisadores da área educacional, para quem não se justifica o uso do excesso de disciplinamento dos jovens atendidos nesses colégios, uma vez que não se destinam a formar “tropa” para as forças policiais, diferentemente dos primeiros, que objetivam a preparação para a carreira militar.

Os colégios militares que integram a Rede Pública Estadual de Ensino de Goiás se diferenciam das demais escolas pelo ensino oferecido, pela equipe e pela organização pedagógica, pelo grupo de alunado que atende e pela estrutura física e organizacional que possui. Sua estrutura física é composta por prédios, equipamentos e estrutura geral superior a maior parte das demais escolas que compõem a rede estadual de educação. Isso é esperado, pois, além dos recursos advindos do poder público, que são recursos da educação e da segurança pública, possuem a contribuição voluntária de pais e responsáveis, o que cria condições bem superiores para investimento nessas instituições escolares.

No estado de Goiás, chamamos de colégios militares aqueles comandados pela Polícia Militar de Goiás e, hoje, só temos colégios militarizados, já que nenhum foi criado para ser uma instituição militar desde o início.

Os Colégios da Polícia Militar de Goiás foram criados pela Lei n. 8.125, de 18 de julho de 1976, que regulamentou a organização básica da Polícia Militar e a inserção da Diretoria de Ensino, com funções de planejamento, coordenação, fiscalização e controle das atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização de oficiais e praças. Em 1998, a Secretaria Estadual da Educação concordou com o funcionamento de colégios para, sob a gestão da Diretoria de Ensino, unidade da Secretaria de Segurança Pública de Goiás, oferecer ensino básico. No entanto, esses colégios foram criados em momentos distintos da lei referida e o seu público também foi ampliado, tendo sido legalizados pela Lei estadual n. 14.050/2001, cujos efeitos se retroagiram a 1º de junho de 1999, ocasião em que ocorreu, pela Secretaria Estadual da educação, a formalização para seu funcionamento, sob o Comando da Polícia Militar de Goiás.

Os colégios pertencentes à rede estadual, criados a partir de recurso da educação, podem ser militarizados a qualquer momento. Temos em Goiás, hoje, sessenta unidades de colégios que foram militarizados. Há, ainda, um total de trinta e nove que estão em fase de implantação. O número é grande e pode aumentar, já que os projetos são apresentados na Assembleia sem uma relação ou estudo de rede sobre escolas e sobre as comunidades.

Por serem colégios militarizados, reafirmamos que os colégios militares, apesar de aparecem nas leis como CPMG criados, não foram criados, e sim tiveram sua gestão alterada: policial assume o lugar do professor na gestão, na coordenação disciplinar e em outros cargos que deveriam ser de professores. Assumem a regência de disciplinas, como a chamada “Civismo e Cidadania”.

A seguir a matriz curricular de uma escola já militar da rede estadual de educação em Goiás. Essa matriz, com a disciplina de Civismo e Cidadania, foi informada pelo comandante que nos atendeu no Comando de Ensino do CPMG, explicando que é uma disciplina ministrada por militares.

Quadro 3 – Matriz curricular de uma escola militarizada

	ÁREA DE CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	CÓD	6º	CH	7º	CH	8º	CH	9º	CH	TOTAL
				ANO	ANUAL	ANO	ANUAL	ANO	ANUAL			
BASE NACIONAL COMUM E	Linguagens	Língua Portuguesa	241	5	200	5	200	5	200	5	200	800
		Língua Inglesa	322	2	80	2	80	2	80	2	80	320
		Arte	11	1	40	1	40	1	40	1	40	160
		Educação Física	55	2	80	2	80	2	80	2	80	320
	Matemática	Matemática	124	5	200	5	200	6	240	6	240	880
	Ciências da Natureza	Ciências da Natureza	790	3	120	3	120	3	120	3	120	480
	Ciências Humanas	História	103	3	120	3	120	3	120	3	120	480
		Geografia	98	3	120	3	120	3	120	3	120	480
		Ensino Religioso	1295	1	40	1	40	-	-	-	-	80
	PARTE DIVERSIFICADA	Área Integrada	Estudo Orientado	1180	-	-	-	-	1	40	1	40
Produção de Texto			173	1	40	1	40	1	40	1	40	160
Matemática Aplicada			233	2	80	2	80	1	40	1	40	240
Projeto de Vida			1181	-	-	-	-	1	40	1	40	80
Civismo e Cidadania			1777	2	80	2	80	1	40	1	40	240
TOTAL				30	1200	30	1200	30	1200	30	1200	4800

Fonte: Dados da pesquisa.

No projeto que apresentamos neste trabalho para estudo, vimos as seguintes justificativas – as quais podemos contestar –, apresentadas no projeto de lei votado em Assembleia para transferência de uma escola pública para a gestão da polícia militar. Nos anexos apresentamos todo o projeto e, a seguir, trazemos as justificativas que nele constam:

- 1) A primeira justificativa apresentada no projeto é que o bairro conta com cinco escolas estaduais e nenhuma delas é militar. Contestamos essa justificativa, pois o bairro localiza-se na região leste, que já tem mais de uma escola militar. No

próximo capítulo, apresentamos algumas características do bairro onde se localiza a escola, mas podemos já afirmar que se trata de um bairro com grande população em situação de vulnerabilidade social e as escolas militares representam custos às famílias dos alunos.

- 2) É a terceira maior população entre os bairros da capital. Essa justificativa é curiosa, uma vez que não é possível fazer relação entre número de população e escola militar. As escolas militares não oferecem mais vagas e, como já colocamos aqui, por vezes perdem alunos do bairro. “O público passa a ser distinto, de outros bairros” (FERREIRA, 2018). Outro fato é que, nas escolas militares, há uma preferência pelo ensino apenas diurno, sendo poucas as escolas militares que mantêm o ensino noturno.
- 3) 40% da população do bairro é constituída por jovens e adolescentes. Essa terceira justificativa também aparece de forma curiosa, pois a escola militar não é criada. Aparece essa justificativa com a intenção de dizer que são muitos jovens no bairro que precisam de escola, porém com a militarização não surge uma nova escola e assim mais vagas aos jovens. Por várias vezes afirmamos que ocorre a transferência da gestão e não a criação. Há, na lei, a criação do CPMG, porém, na prática, o que ocorre é uma mudança de gestão, em que o professor dá lugar à polícia. Com isso, ocorre uma mudança de toda a rotina escolar, estrutura, organização e funcionamento.
- 4) É o segundo maior bairro de Goiânia. Para essa justificativa, questionamos a relação do tamanho do bairro com a demanda por escola militar. Novamente, em Goiás e nos últimos anos, o que temos assistido é a militarização de escolas públicas, e não a criação ou a construção de escolas militares que já nascem com objetivos de formação militar.
- 5) Tem um alto índice de violência entre crianças e adolescentes. Justificativa recorrente nos projetos de militarização e nos meios de comunicação, contudo, questionamos o papel da polícia dentro da escola para combater a violência. Se há violência no bairro, ela não deveria estar do lado de fora das escolas, cuidando da segurança, enquanto os professores cuidam do aprendizado? Qual é o real objetivo da escola militar? Ressaltamos, pois, o entendimento de que a escola é um espaço de formação, socialização, interação e de conhecimento.
- 6) A última justificativa é que a escola militar é um anseio antigo da população desse bairro, fato que questionamos. Como foi verificada essa vontade da comunidade?

O projeto traz uma lista, que chamam de “abaixo-assinado pela escola militar no bairro”, mas quem a assinou? Quantos são realmente da escola em discussão? Ademais, colocamos em questão o quanto as escolas militares aparecem como solução, nos meios de comunicação, para uma educação de qualidade. A população quer escola militar ou quer uma escola pública de qualidade?

Por fim, resta-nos refletir sobre os motivos pelos quais a estrutura dos colégios dirigidos pela Polícia Militar é superior à estrutura dos demais colégios da rede estadual de educação. Por qual motivo o governo consegue garantir melhor estrutura aos colégios? É importante ressaltar que a população, vendo as escolas militares com mais estrutura, com mais recursos, acaba sendo seduzida. Além disso, a grande mídia mostra resultados de alunos de escolas militarizadas em exames como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e Prova Brasil, mas não se aprofunda nesses resultados, tampouco questiona quem são os alunos das escolas militarizadas ou mesmo quais os objetivos das avaliações e exames como os citados.

A ascensão de alguns alunos de escolas militares serve para dar certa legitimidade a essas escolas, que são excludentes, desiguais e autoritárias. Afinal, a militarização chega sem consulta aos alunos e à população local.

Os colégios, após militarizados, incorporam o discurso de escola com mais qualidade. Então, perguntamos, qual qualidade? Quais condições elas possuem que são diferentes das demais escolas públicas? Quais recursos possuem? Quem são os alunos dessas escolas?

O público muda com a militarização e muda também a captação de recursos que passa a ser feita, além da junção das verbas da educação e da segurança pública, além das verbas decorrentes de contribuições voluntárias.

1.6 Contra os modelos, um modelo a ser seguido

Neste trabalho, não pretendemos direcionar um modelo de escola a ser seguido, porém, é recorrente nas discussões, especialmente entre aqueles favoráveis à militarização das escolas públicas, que aqueles que são contrários às militarizações apresentam um modelo de escola de sucesso. Podemos afirmar que apenas um modelo não atende as demandas da sociedade que é diversa. E com a pulverização desse nas escolas estaduais de Goiás, podemos dizer que outras escolas, outros modelos não militares, apresentam sucesso quanto à aprendizagem. E são escolas públicas, democráticas e inclusivas.

Apesar de acreditarmos que devemos ter diferentes escolas e, como diria Brandão (1981), “diferentes educações”, arriscamos a apresentar uma escola que tem tido excelentes resultados, inclusive em relação a índices quantitativos como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), tratando-se de uma escola verdadeiramente para todos.

No *site* da UFG, temos um texto em que Pires (2016) apresenta:

O Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae) é a melhor escola pública do Estado de Goiás*. Esta afirmação é do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação, que divulgou ontem, 4/10, o ranking do desempenho das escolas brasileiras no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2015. Com a nota média de 559 dos seus estudantes, o Cepae superou a média das escolas particulares brasileiras, de 556. (PIRES, 2016).

Não apenas em relação aos dados quantitativos, como desempenho no Enem, mas em pesquisa feita sobre a formação e o papel educacional do Cepae, Silva (2010, p. 178) aponta:

Historicamente, o Cepae progrediu em suas propostas pedagógicas, na inclusão e na preocupação com grupos especiais de alunos, na maior participação de pais e mestres tentando compartilhar as diversas questões e nortear de forma mais contextualizada o ato educacional – dever de todos, para além da escola. (SILVA, 2010, p. 178).

E acrescenta:

Como uma escola que permite uma participação mais crítica e fomenta o debate, que diminui a distância entre o professor e o aluno e os torna sujeitos da formação humana e da diminuição das barbáries, ou pelo menos promove a tomada de consciência da realidade que nos cerca, o Cepae atravessa os anos e tenta se adaptar. Deixa marcas na vida dos seus atores e na sociedade goiana. Muito se tem e se pode melhorar, mas suas características *sui generis* tornam essa “fábrica de cidadãos” um lugar de respeito e de compromisso com a educação, onde se delineiam seus limites e suas implicações. (SILVA, 2010, p. 178).

Não nos aprofundamos na organização ou no projeto de educação do Cepae, porém deixamos aqui sinalizado que existem outras possibilidades que não escolas militarizadas, que continuam sendo comandadas por professores, com gestões democráticas e inclusivas.

As escolas militarizadas não conseguem ser escolas inclusivas, para todos os alunos, pois são pagas e não geridas por professores, o que no nosso entendimento é problemático. Os policiais são preparados para o serviço de segurança e os professores para a educação, e assim deve ser.

CAPÍTULO 2 – MILITARIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

Para entender a militarização da educação é necessário partir do entendimento de educação e, então, do que se tem de militarização. A seguir trazemos algumas discussões e comentários sobre a educação e a relação com a militarização de escolas.

2.1 Educação e militarização: possibilidades e contradições

O conceito de educar pode parecer simples e de fácil entendimento, mas não é. Precisamos apresentar algumas concepções que esse conceito carrega.

Há anos a educação aparece como pauta de diferentes interesses, tanto do mercado – com instituições e empresas entrando no meio educacional –, no âmbito político – com diferentes frentes na defesa de diversos tipos de escolas e formas de educar –, como também entre os estudiosos.

Temos, atualmente, psicólogos, antropólogos, sociólogos, pedagogos, profissionais dos meios de comunicação, polícia, exército e tantos outros atores sociais que discursam e debatem sobre o tema. Dessa forma, a educação pode ser vista como um palco de diferentes interesses, polêmicas e discussões. Estabelecem-se debates de toda ordem, desde relacionados aos currículos – norteadores do ensino nas instituições escolares – até sobre a questão da disciplina no aprendizado.

Ademais, há diferentes concepções sobre o entendimento do que é educação, tanto que é um ato de instruir no sentido geral e faz parte da vida até que é algo mais específico, referente à transmissão de conteúdos pragmáticos e elaborados.

Existem, em nossa sociedade, diferentes tipos de escolas: com pedagogias mais ampliadas, voltadas para uma formação mais humanizada, outras direcionadas a uma formação mais técnica, pragmática, que atende aos interesses do capital.

A educação pode ser entendida como um processo que permeia todas as nossas relações, não importa se estamos na rua, na igreja ou na escola, a educação existe mesmo onde não foi criado o ensino formal e centralizado. É o que nos afirma Brandão (1981), para quem há distintas formas de educação, que vão muito além da escola e de professores. A vida se mistura com a educação e ele explica que “em mundos diversos a educação existe diferente” (BRANDÃO, 1981, p. 9).

Com essa afirmação, pensamos sobre as escolas militares em Goiás, que seguem um rigoroso padrão de ensino, regulamentadas por regimentos e termos de ajustes de conduta

válidos para toda a rede de escolas militares no estado. Será que é possível definirmos um padrão único de ensino? Se lidamos com diferentes pessoas, cada qual com cultura, valores e hábitos diferentes, a uniformização em um modelo apresentado como ensino de excelência não poderia dar conta de toda a diversidade existente no estado ou mesmo numa cidade, mesmo que apresentasse resultados positivos.

Ainda, Carlos Rodrigues Brandão, a respeito do tema educação, coloca essa palavra no plural, chamando-a de “educações”. Assim, o autor considera a educação tanto um modo de conceber as diversas experiências que os sujeitos, individual ou coletivamente, experimentam em seu dia a dia quanto de negar a possibilidade da existência de um único modo de educar. Nessa perspectiva, não existe um modelo dominante e homogêneo de conhecer – porque o autor reconhece não existir um único contexto ou uma única cultura em que ela acontece. Para ele, “ninguém escapa da educação” (BRANDÃO, 1981, p. 7), pois ela permeia o cotidiano das pessoas, em tudo o que se faça a educação está presente: ela “existe misturada com a vida em momentos de trabalho, de lazer, de camaradagem ou de amor” (BRANDÃO, 1981, p. 19).

Para ilustrar essa afirmação de como a educação acontece no dia a dia dos indivíduos na introdução de sua obra, intitulada *O que é educação*, o autor reproduz um trecho da “carta dos índios” (BRANDÃO, 1981, p. 8) aos governantes dos Estados Unidos. Nela, um dos chefes da tribo afirma que sábio é quem reconhece que diferentes nações possuem percepções diferenciadas das coisas. Ou seja, na carta, os índios asseguram que para cada tribo indígena existente há ensinamentos, culturas e hábitos diferentes. Nessa perspectiva, a educação praticada por um povo não serve para ser a educação de outro povo.

Desse modo, novamente nos deparamos com essa inconsistência de se utilizar um modelo padrão para a educação. Será que realmente se faz necessário um modelo a ser seguido ou precisamos avançar e pensar numa escola que dê conta de todas as pessoas e das diferentes culturas?

Fica claro, na obra do autor citado, que a educação não se restringe à escola, porém, a escola é um ambiente voltado para a educação. Esse ambiente cheio de regras, comportamentos previsíveis e normas rígidas pode inibir as manifestações espontâneas do indivíduo e gerar um desinteresse pelo estudo.

Em um estudo sobre a militarização de uma escola estadual em Aparecida de Goiânia, Ferreira (2018) aponta que nem sempre os estudantes estão nessas instituições por acreditarem ser a melhor escola ou por escolha da família ou escolha própria:

Em relação ao fato de estarem estudando numa instituição militar, 52,70% estavam ali por escolha própria e 47,29% dos estudantes não estudariam nesses colégios caso pudessem escolher a instituição para cursar a educação básica obrigatória. Para explicar esses índices, mais precisamente a existência de uma grande parcela de estudantes que se encontra atualmente no CEPMG-Cerrado contrária à sua vontade, recorreremos à falta de escolas de Ensino Médio na região e ao desejo das famílias em manter seus filhos em uma instituição militar, entre outros. (FERREIRA, 2018, p. 23).

Além da insatisfação dos alunos com o ensino militar, questionamos sobre os professores e a autonomia em sala de aula. Qual seria o papel do professor em uma escola militar? Será que muda em relação a uma escola não militar? Com a experiência no ensino de geografia e formação na área trazemos, a seguir, alguns apontamentos.

A mudança de uma escola à gestão militar não é algo apenas burocrático, contudo, pode parecer simples se partirmos do ponto de vista de que se trata de um projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa, no qual se trata da criação das escolas militares.

Militarizar uma escola é algo complexo e deve ser objeto de diferentes análises, pois “essa criação” não apresenta um estudo profundo ou mesmo uma relação com a comunidade afetada, como vimos no projeto de militarização do colégio estudado neste trabalho. As justificativas apresentadas não são pedagógicas, e sim se referem à segurança do bairro e ao anseio da comunidade, mas não sabemos ao certo como foi descoberto esse anseio.

A militarização ocorre de fora para dentro, podemos assim dizer, ou seja, a partir de projeto apresentado por políticos eleitos e aprovados na Assembleia Legislativa sem uma consulta pública de fato às comunidades escolares às quais os projetos de militarização se referem.

A transferência de gestão de uma escola implica numa mudança total da unidade, podendo, inclusive, gerar uma mudança no público da escola, visto que as escolas militares possuem, entre outras obrigаторiedades, custos de mensalidade e fardamento.

Segundo Ricci (2019, p. 108), “entre as iniciativas de captura das redes públicas de ensino, a mais esdrúxula é a entrega da gestão de escolas às corporações militares”. Concordamos com esse autor, já que a militarização pode ser entendida como uma terceirização da educação no sentido que repassa para outros, que não são professores, o trabalho de aprendizagem.

A escola, ao transformar-se em uma instituição militar, transforma também seu público. Essa mudança pode gerar algo que na geografia é tema de grande debate e se refere à categoria lugar, que é o sentimento de pertencimento e afeto.

Na geografia escolar, chamamos de lugar o espaço em que temos identidade, desenvolvemos afeto e relações de pertencimento. Quando uma escola se torna militar essas relações modificam-se. O aluno pode não identificar mais aquele espaço como um lugar para ele, e mais, com os custos que se tem numa escola militar o aluno pode ser obrigado a se desligar daquela instituição, migrando para outra, em outro setor, distante do espaço vivido e sentido pelo aluno em seu cotidiano.

Pensando nisso, nos impactos que sofre uma escola com a mudança da gestão, com o surgimento de captação de recurso através de cobrança de mensalidade, com a inserção de trabalhadores da segurança pública que não são professores dentro de escolas, entre outras mudanças que poderiam ser citadas, questiona-se, aqui, sobre o ensino e, especificamente, por ser nossa área de atuação, o ensino de geografia: como fica o ensino de geografia nas escolas militarizadas?

Afirmamos, então, haver um processo que chamamos de anti-intelectualismo dentro das escolas militarizadas.

2.2 O anti-intelectualismo e as escolas militarizadas

A geografia é uma disciplina que desenvolve, no aluno, a crítica e o entendimento da realidade a partir das categorias geográficas. Será que nas escolas militares há autonomia para o professor de geografia trabalhar de uma forma crítica sobre a realidade que atua? Será que existe a liberdade da escolha de metodologias diferenciadas e temas polêmicos? E como falar de inclusão social, um tema específico da geografia, numa escola que na prática exclui, já que não é gratuita?

A geografia é uma ciência que possui um objeto de estudo, o espaço geográfico, e possui objetivos próprios para sua existência, dentre eles a formação cidadã. A geografia possibilita ao aluno condições para que sua cidadania seja construída, e isso é algo interessante para se pensar em uma escola militarizada. Ficam as questões: é possível um ensino de geografia para formação cidadã dentro de uma escola militar? O que é a cidadania para as organizações militares? O conceito de cidadania vindo de uma formação com a geografia seria semelhante ao das organizações militares? Nas escolas militares existe esse entendimento e também esse objetivo de formação para a cidadania e a formação crítica?

Sobre os objetivos de se estudar geografia, Callai (2001, p.75) aponta três razões principais:

Primeiro: para conhecer o mundo e obter informações, que há muito tempo é o motivo principal para estudar geografia. Segundo: podemos acrescentar que a geografia é a ciência que estuda, analisa e tenta explicar (conhecer) o espaço produzido pelo homem. Ao estudar certos tipos de organização do espaço, procura-se compreender as causas que deram origem às formas resultantes das relações entre sociedade e natureza. Para entendê-las, faz-se necessário compreender como os homens se relacionam entre si. Terceira razão: não é no conteúdo em si, mas num objetivo maior que dá conta de tudo o mais, qual seja, a formação do cidadão. Instrumentalizar o aluno, fornecer-lhe as condições para que seja realmente construída a sua cidadania é objetivo da escola, mas à geografia cabe um papel significativo nesse processo pelos temas, pelos assuntos que trata.

E quando pensamos no que estuda a geografia, podemos dizer que ela estuda a realidade, afinal, o espaço geográfico na escola se refere ao espaço como resultado da relação do ser humano e da natureza. Dessa forma, o aluno deve se perceber como sujeito que participa da construção do espaço que estuda. Para Callai (2001, p. 76),

[a] geografia que o aluno estuda deve permitir que ele se perceba como participante do espaço que estuda, onde os fenômenos que ali ocorrem são resultados da vida e do trabalho dos homens e estão inseridos num processo de desenvolvimento. Não é aquela geografia que mostra um panorama da terra e do homem, fazendo uma catalogação enciclopédica e artificial, em que o espaço considerado e ensinado é fracionado e parcial, e onde o aluno é um ser neutro, sem vida, sem cultura e sem história. O aluno deve estar dentro daquilo que está estudando e não fora, deslocado e ausente daquele espaço, como é a geografia que ainda é muito ensinada na escola: uma geografia que trata o homem como um fato a mais na paisagem, e não como um ser social e histórico.

A realidade apresenta-se cada dia mais complexa. As transformações aceleradas dos meios de comunicação trazem uma nova dinâmica para nós, professores. Precisamos acompanhar as inovações tecnológicas e, mais do que isso, criarmos práticas pedagógicas que deem conta de jovens conectados e informados de acontecimentos a todo o momento e em várias partes do globo. Torna-se um desafio para nós, educadores, criarmos práticas pedagógicas que atendam à formação integral de nossos alunos, e não somente criação de mão de obra para o mercado de trabalho.

Pensar nas práticas pedagógicas é imprescindível, porém, precisamos ir além, contextualizar essas práticas e avançar nas análises de qualidade de ensino, e não reduzir a qualidade apenas às metodologias utilizadas pelo professor no processo de aprendizagem. Precisamos pensar em qual contexto nossas escolas estão inseridas, o que realmente necessitam os nossos alunos e quais políticas públicas são verdadeiramente eficientes, e não apenas midiáticas ou espetaculosas.

Kaercher (1986, p. 36) nos diz que, às vezes, os alunos não ouvem os professores porque o que está sendo oferecido a eles é algo muito chato e inútil. Falamos para os alunos, mas não nos comunicamos com eles. Dessa forma, podemos dizer que não é a disciplina que irá alterar o interesse dele pela aprendizagem: é preciso que saibamos nos comunicar com nossos alunos e a comunicação em nada se relaciona à disciplina.

Esse é nosso grande desafio como professores: tornar o conhecimento interessante, tirar a formalidade de que se estuda porque se tem que estudar. Como professores, o que podemos fazer é desenvolver o prazer pela leitura, pela descoberta nas diferentes ciências e áreas do conhecimento.

Quando falamos de qualidade no ensino, as escolas públicas constantemente aparecem nos meios de comunicação como alvo de críticas. Apresentam dados de qualidade do ensino inferiores aos de escolas particulares considerando exames que medem proficiência e fluxo escolar, a exemplo da famosa e temida Prova Brasil, com o Ideb.

A transferência de gestão das escolas públicas, de professores para a Polícia Militar, é sempre acompanhada pelos meios de comunicação de massa, cujas notícias destacam a qualidade diferenciada dos Colégios dirigidos pela Polícia Militar, afirmando que as escolas militares possuem um ensino de excelência. Não há, nessas ações de crítica ao ensino público e exaltação de escolas militarizadas, nenhuma neutralidade, tampouco a necessidade de buscar uma educação pública com mais qualidade.

Os CPMG, em geral, dão muita importância à propaganda. As notas de desempenho dos alunos nas competições esportivas e nos órgãos oficiais de avaliação – como Enem ou Ideb –, são divulgadas na imprensa e também nos *sites* dos próprios colégios. Há, ainda, uma ampla divulgação sobre a questão disciplinar, que aparece nos meios de comunicação e nos *sites* dos próprios colégios, mostrando a ênfase que dão a essa questão.

Pinheiro (2016) apresenta, em seu estudo, sobre a espetacularização da educação moral dos colégios militares, evidencia disso:

O CPMG Hugo de Carvalho Ramos disponibilizou em seu *site*, na internet, quatro regulamentos: uniforme, disciplinar, interno e continência. O Regulamento Disciplinar, em seu capítulo II, Art. 9º, expõe o que considera como “transgressões disciplinares”: “quaisquer violações dos preceitos de ética, dos deveres e obrigações escolares, das regras de convivência social e dos padrões de comportamento impostos aos alunos, em função do sistema de ensino peculiar ao CPMG”. Desse modo, o próprio regimento classifica neste mesmo artigo, nos itens 13 e 14, que “usar óculos com lentes ou armações de cores esdrúxulas, mesmo sendo de grau, boné, tiaras, ligas coloridas ou outros adornos, quando uniformizados; e, dobrar short ou camiseta de Educação Física para diminuir seu tamanho, desfigurando sua

originalidade”, constitui-se “transgressão de natureza Leve”. (PINHEIRO, 2016, p. 51).

Essa preocupação com os meios de comunicação se insere na lógica definida por Debord (1997) de espetáculo e significa que o espetáculo nada mais é do que o discurso contínuo que a ordem vigente faz sobre si mesma, de forma elogiosa. Essas relações espetaculares possuem uma aparência fetichista, cuja objetividade esconde a essência da relação entre homens e entre classes.

A partir da lógica de pensar somente em resultados objetivos e na disciplina elementos importantes são escondidos, como estrutura física, formação de professores, condições socioeconômicas ou a falta de estrutura familiar, entre outros tantos elementos que não só influenciam, mas determinam o aprendizado e as práticas pedagógicas nas escolas.

Temos, hoje, uma tendência à privatização do ensino público e gratuito. Essa tentativa de privatização da educação, algo marcante nas políticas neoliberais de extrema direita e conservadoras, não é algo recente. De acordo com Ricci (2019, p. 107),

[a] educação pública brasileira se tornou objeto de desejos estranhos ao mundo da educação. Nos anos 1990, foi percebida como um grande mercado. Empresas se lançaram na captura das redes educacionais públicas. Começaram prestando assessorias técnicas e cursos de formação. Logo, avançaram sobre a venda de apostilas com conteúdo educacional e cursos de formação. Mais tarde, incluíram equipamentos de informática e programas educacionais. Até que começaram a adquirir escolas particulares e praticamente definir a concepção curricular de muitas redes municipais de ensino.

Na lógica da privatização do bem público surgem as escolas militares da rede estadual de ensino de Goiás. Chegam com grande força e aceitação por parte dos governos, e muitas vezes até da população local, que, de forma inconsciente, clamam por segurança e uma educação de qualidade, e ocorrem independentemente de partidos. É um modelo de gestão que vem seduzindo as comunidades escolares não só em Goiânia ou no estado de Goiás. Existem outros estados com números consideráveis de escolas militarizadas, como, por exemplo, Roraima ou Bahia, e também há diferentes formas de militarização atualmente.

As escolas militares podem ser classificadas de acordo com o tipo: existem as escolas militares do exército, que diferenciamos das escolas militarizadas de Goiás, no capítulo anterior, escolas militares comandadas pela Segurança Pública tanto do estado como do município e, atualmente, na gestão de Jair Bolsonaro, foram implantadas as escolas cívico-

militares, em parceria com o governo federal.³ Além disso, existem as escolas militares particulares, um projeto mais recente de militarizações.

As instituições particulares militares não são ligadas diretamente às corporações militares, mas possuem relações com elas. São instituições comandadas por associações ou aposentados do serviço militar que instituem, nas escolas, a organização e a hierarquia militares.

As escolas militares no estado de Goiás, comandadas pela Polícia Militar do Estado, contam com recursos públicos advindos da Secretaria Estadual de Educação e da Secretaria Estadual de Segurança Pública, além de contribuição voluntária por parte dos estudantes, esta última polêmica e provocadora de discordâncias entre os estudiosos de legislação sobre a educação.

As escolas militares e militarizadas surgiram inicialmente, em nosso estado, para garantir o atendimento aos filhos de militares, porém, essa realidade mudou e, hoje, atendem filhos de trabalhadores civis, havendo, como já dito, grande número de escolas militarizadas em Goiás.

De acordo com levantamento feito pela Superintendência de Segurança nos colégios, há um total de sessenta escolas militarizadas e trinta e nove em fase de implantação, que se referem às escolas que possuem projeto de militarização ainda não implantados.

O quadro a seguir apresenta o total de escolas:

Quadro 4 – Colégios implantados e em fase de implantação no estado de Goiás

Colégios Implantados – 60 unidades			
N.º	CIDADE	UNIDADE	LEI DE CRIAÇÃO
1	Goiânia	Vasco dos Reis	Lei n.º 14.050 – 21/12/2001 Lei n.º 14.336 – 26/11/2002 Lei n.º 16.152 – 26/10/2007 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
2	Goiânia	Hugo de Carvalho Ramos	Lei n.º 14.050 – 21/12/2001 Lei n.º 14.336 – 26/11/2002 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
3	Goiânia	Ayrton Senna	Lei n.º 14.050 – 21/12/2001 Lei n.º 14.336 – 26/11/2002 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018

(Continua)

³ As escolas cívico-militares fazem parte do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), criado pelo Decreto n. 10.004, de 2019, no governo de Jair Bolsonaro. Foi desenvolvido pelo Ministério da Educação, com o apoio do Ministério da Defesa e das Forças Armadas. Disponível em: [https://escolacivilmilitar.mec.gov.br/perguntas-frequentes#:~:text=1%20%2D%20Pecim%20\(Programa%20Nacional,do%20ensino%20fundamental%20e%20m%C3%A9dio](https://escolacivilmilitar.mec.gov.br/perguntas-frequentes#:~:text=1%20%2D%20Pecim%20(Programa%20Nacional,do%20ensino%20fundamental%20e%20m%C3%A9dio).

(Continuação)

Colégios Implantados – 60 unidades			
N.º	CIDADE	UNIDADE	LEI DE CRIAÇÃO
4	Rio Verde	Carlos Cunha Filho	Lei n.º 14.050 – 21/12/2001 Lei n.º 16.152 – 26/10/2007 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
5	Itumbiara	Dionária Rocha	Lei n.º 14.050 – 21/12/2001 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
6	Anápolis	Dr. Cesar Toledo	Lei n.º 14.050 – 21/12/2001 Lei n.º 20.026 – 03/04/2018
7	Anápolis	Gabriel Issa	Lei n.º 18.108 – 25/07/2013 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
8	Inhumas	Manoel Vilaverde	Lei n.º 18.108 – 25/07/2013 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
9	Goianésia	José Carrilho	Lei n.º 18.108 – 25/07/2013 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
10	Aparecida de Goiânia	Nader Alves dos Santos	Lei n.º 18.108 – 25/07/2013 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
11	Goiás	Professor João Augusto Perillo	Lei n.º 18.108 – 25/07/2013 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
12	Jataí	Nestório Ribeiro	Lei n.º 18.108 – 25/07/2013 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
13	Quirinópolis	Pedro Ludovico	Lei n.º 18.108 – 25/07/2013 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
14	Porangatu	Tomaz Martins da Cunha	Lei n.º 18.108 – 25/07/2013 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
15	Novo Gama	José de Alencar	Lei n.º 18.108 – 25/07/2013 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
16	Valparaíso de Goiás	Fernando Pessoa	Lei n.º 18.108 – 25/07/2013 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
17	Jussara	Maria Tereza Garcia Neta Bento	Lei n.º 18.324 – 30/12/2013 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
18	Palmeiras de Goiás	Cabo PM Edmilson de Souza Lemos	Lei n.º 18.507 – 09/07/2014 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
19	Goiânia	Miriam Benchimol Ferreira	Lei n.º 18.967 – 22/07/2015 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
20	Goiânia	Waldemar Mundim	Lei n.º 18.967 – 22/07/2015 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
21	Goiânia	Jardim Guanabara	Lei n.º 18.967 – 22/07/2015 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
22	Aparecida de Goiânia	Colina Azul	Lei n.º 18.967 – 22/07/2015 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
23	Aparecida de Goiânia	Mansões Paraíso	Lei n.º 18.967 – 22/07/2015 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
24	Aparecida de Goiânia	Madre Germana	Lei n.º 18.967 – 22/07/2015 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
25	Senador Canedo	Pedro Xavier Teixeira	Lei n.º 18.967 – 22/07/2015 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
26	Itaberaí	Maria Heleny Perillo	Lei n.º 18.812 – 16/01/2015 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
27	Formosa	Domingos de Oliveira	Lei n.º 19.066 – 21/10/2015 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
28	Catalão	Dr. Tharsis Campos	Lei n.º 18.556 – 26/06/2014 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
29	Posse	Dom Prudêncio	Lei n.º 18.767 – 08/01/2015 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
30	Itauçu	CEPMG de Itauçu	Lei n.º 19.066 – 21/10/2015 Lei n.º 19.779 – 18/07/2017

(Continua)

(Continuação)

Colégios Implantados – 60 unidades			
N.º	CIDADE	UNIDADE	LEI DE CRIAÇÃO
31	Goiatuba	CEPMG de Goiatuba	Lei n.º 19.066 – 21/10/2015 Lei n.º 19.779 – 18/07/2017
32	Caldas Novas	Nivo das Neves	Lei n.º 19.122 – 15/12/2015 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
33	Ceres	Hélio Veloso	Lei n.º 19.066 – 21/10/2015 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
34	Jaraguá	Sílvio de Castro Ribeiro	Lei n.º 19.066 – 21/10/2015 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
35	Goiânia	Major Oscar Alvelos	Lei n.º 19.265 – 26/04/2016 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
36	Anápolis	Arlindo Costa	Lei n.º 19.578 – 06/01/2017 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
37	Goianira	José Silva Oliveira	Lei n.º 19.578 – 06/01/2017 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
38	Morrinhos	Xavier de Almeida	Lei n.º 19.651 – 12/05/2017 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
39	Itapaci	Geralda Andrade Martins	Lei n.º 19.651 – 12/05/2017 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
40	Nerópolis	Doutor Negreiros	Lei n.º 19.651 – 12/05/2017 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
41	Iporá	CEPMG Iporá	Lei n.º 19.880 – 01/11/2017
42	Pires do Rio	Professor Ivan Ferreira	Lei n.º 19.578 – 06/01/2017 Lei n.º 19.880 – 01/11/2017 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
43	Goianópolis	Benedita Brito de Andrade	Lei n.º 19.308 – 17/05/2016 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
44	Sanclerlândia	CEPMG de Sanclerlândia (5 de janeiro)	Lei n.º 19.973 – 15/01/2018 <i>Aguardando alteração para designação da referida Unidade</i>
45	São Luís de Montes Belos	Américo Antunes	Lei n.º 18.967 – 22/07/2015 Lei n.º 19.987 – 17/01/2018
46	Ipameri	José Pio de Santana	Lei n.º 19.651 – 12/05/2017 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
47	Pirenópolis	Comendador Christóvan de Oliveira	Lei n.º 19.651 – 12/05/2017 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
48	Itapuranga	Deputado José Alves de Assis	Lei n.º 19.332 – 03/06/2016 Lei n.º 19.779 – 18/07/2017 Lei n.º 20.112 – 30/05/2018
49	Luziânia	Ely da Silva Braz	Lei n.º 19.779 – 18/07/2017 Lei n.º 20.378 – 14/12/2018
50	Rubiataba	Gilvan Sampaio	Lei n.º 19.880 – 01/11/2017 Lei n.º 20.378 – 14/12/2018
51	Trindade	Castelo Branco	Lei n.º 20.046 – 20/04/2018
52	Trindade	Professor José dos Reis Mendes	Lei n.º 20.046 – 20/04/2018
53	Trindade	Pedro Ludovico Teixeira	Lei n.º 20.046 – 20/04/2018
54	Uruaçu	Francisco Antônio de Azevedo	Lei n.º 20.046 – 20/04/2018
55	Guapó	Dr. José Feliciano Ferreira	Lei n.º 19.651 – 12/05/2017 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
56	Anicuns	Rosa Turisco de Araújo	Lei n.º 19.578 – 06/01/2017 Lei n.º 20.046 – 20/04/2018
57	Alexânia	13 de Maio	Lei n.º 19.880 – 01/11/2017 Lei n.º 20.378 – 14/12/2018
58	Hidrolândia	Augusta Machado	Lei n.º 19.985 – 16/01/2018
59	Goianira	CEPMG Padre Pelágio	Lei n.º 20.621 – 04/11/2019 Lei n.º 20.295 – 28/09/2018

(Continua)

(Continuação)

Colégios Implantados – 60 unidades			
N.º	CIDADE	UNIDADE	LEI DE CRIAÇÃO
60	Bom Jesus de Goiás	Pastor José Antero Ribeiro	Lei n.º 19.789 – 24/07/2017
COLÉGIOS EM FASE DE IMPLANTAÇÃO – 39 UNIDADES			
1	Águas Lindas	CEPMG de Águas Lindas de Goiás	Lei n.º 18.324 – 30/12/2013 Lei n.º 19.779 – 18/07/2017
2	Mineiros	CEPMG de Mineiros	Lei n.º 18.324 – 30/12/2013 Lei n.º 19.779 – 18/07/2017
3	São Miguel do Araguaia	CEPMG de São Miguel do Araguaia	Lei n.º 18.324 – 30/12/2013 Lei n.º 19.779 – 18/07/2017
4	Pontalina	CEPMG de Pontalina	Lei n.º 19.779 – 18/07/2017
5	Santa Helena de Goiás	CEPMG de Santa Helena de Goiás	Lei n.º 19.779 – 18/07/2017
6	Vianópolis	Americano do Brasil	Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
7	Silvânia	Professor José Pascoal da Silva	Lei n.º 19.578 – 06/01/2017
8	Morrinhos	Pedro Nunes	Lei n.º 19.578 – 06/01/2017
9	Petrolina de Goiás	Santa Terezinha	Lei n.º 19.651 – 12/05/2017 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
10	Goiânia	Juvenal José Pedroso	Lei n.º 19.651 – 12/05/2017 Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
11	Goiânia	CEPMG do Setor Palmito	Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
12	Cidade Ocidental	CEPMG da Cidade Ocidental	Lei n.º 19.880 – 01/11/2017
13	Cristalina	CEPMG de Cristalina	Lei n.º 19.880 – 01/11/2017
14	Padre Bernardo	CEPMG de Padre Bernardo	Lei n.º 19.880 – 01/11/2017
15	Planaltina	CEPMG de Planaltina	Lei n.º 19.880 – 01/11/2017
16	Rio Verde	CEPMG de Rio Verde	Lei n.º 19.880 – 01/11/2017
17	Santo Antônio do Decoberto	Engenheiro Paulo Cesar Vaz de Melo	Lei n.º 19.880 – 01/11/2017 Lei n.º 20.026 – 03/04/2018
18	Santo Antônio do Decoberto	CAIC José Elias de Azevedo	Lei n.º 20.058 – 25/04/2018
19	Bela Vista de Goiás	Pedro Vieira Januário	Lei n.º 20.058 – 25/04/2018
20	Bela Vista de Goiás	Dona Hormezinda Maria Carneiro	Lei n.º 20.046 – 20/04/2018
21	Edéia	CEPMG de Edéia	Lei n.º 20.046 – 20/04/2018
22	Crixás	Prudêncio Ferreira	Lei n.º 19.985 – 16/01/2018
23	Mara Rosa	Professor Júlio Cavalcante	Lei n.º 20.058 – 25/04/2018
24	Barro Alto	Guaraciaba Augusta da Silva	Lei n.º 19.968 – 11/01/2018
25	São Simão	CEPMG de São Simão	Lei n.º 19.578 – 06/01/2017 Lei n.º 20.026 – 03/04/2018
26	Abadiânia	CEPMG de Abadiânia	Lei n.º 20.110 – 30/05/2018
27	Mozarlândia	CEPMG de Mozarlândia	Lei n.º 20.241 – 24/07/2018
28	Caçu	Dr. Pedro Ludovico Teixeira	Lei n.º 20.110 – 30/05/2018
29	Aruanã	Sidnei Basilio	Lei n.º 20.110 – 30/05/2018
30	Carmo do Rio Verde	Maria Assunção de Azevedo	Lei n.º 20.110 – 30/05/2018
31	Anápolis	Senador Onofre Quinan	Lei n.º 20.110 – 30/05/2018
32	Niquelândia	Colégio Estadual Thomaz Adorno	Lei n.º 20.363 – 06/12/2018
33	Minaçu	Colégio Estadual Joaquim Thomé de Almeida	Lei n.º 20.363 – 06/12/2018
34	Campinorte	Colégio Estadual Arapoema Meireles	Lei n.º 20.363 – 06/12/2018
35	Aragarças	Colégio Estadual Mercedes Zetola	Lei n.º 20.363 – 06/12/2018
36	Acreúna	CEPMG de Acreúna	Lei n.º 20.363 – 06/12/2018
37	Indiara	CEPMG de Indiara	Lei n.º 20.363 – 06/12/2018
38	Paranaiguara	Presidente Costa e Silva	Lei n.º 20.632 – 11/11/2019
39	Santa Helena de Goiás	José Salviano Azevedo	Lei n.º 20.633 – 11/11/2019
AGUARDANDO REVOGAÇÃO DA LEI			
1	Formosa	Clementina Rangel de Moura	Lei n.º 19.779 – 18/07/2017
2	Senador Canedo	CEPM de Senador Canedo	Lei n.º 18.324 – 30/12/2013 Lei n.º 19.779 – 18/07/2017

(Continua)

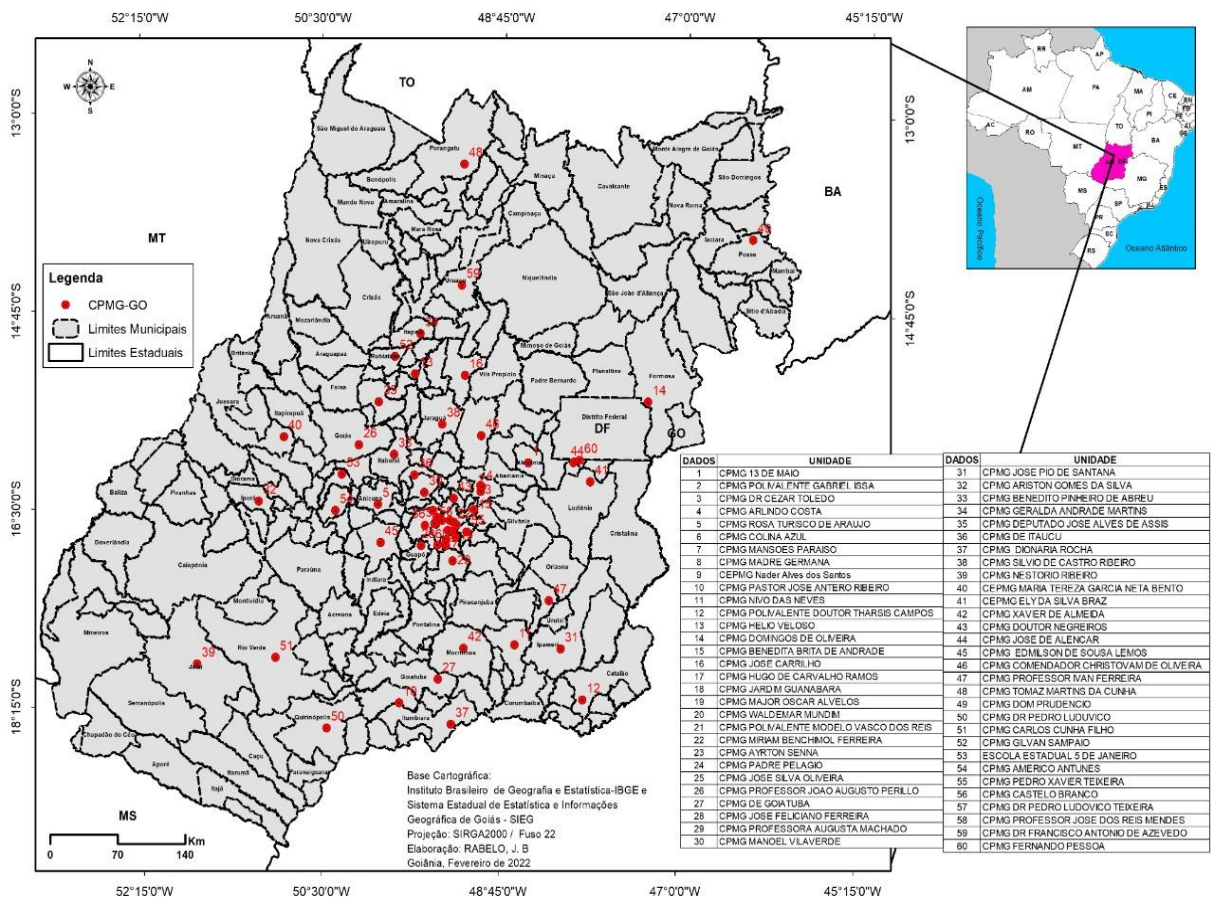
(Conclusão)

AGUARDANDO REVOGAÇÃO DA LEI			
N.º	CIDADE	UNIDADE	LEI DE CRIAÇÃO
3	São Luís de Montes Belos	Sebastião de Almeida Primo	Lei n.º 19.779 – 18/07/2017
4	Trindade	Divino Pai Eterno	Lei n.º 19.651 – 12/05/2017 Lei n.º 19.880 – 01/11/2017
5	Trindade	Alfa Ômega	Lei n.º 19.651 – 12/05/2017 Lei n.º 19.880 – 01/11/2017
6	Anicuns	Moisés Pereira Peixoto	Lei n.º 19.651 – 12/05/2017

Fonte: Tabela fornecida pela Gerência de escolas militares da Seduc.

Aqui especializamos as escolas e as colocamos no mapa do estado de Goiás:

Mapa 1 – Colégios militarizados no estado de Goiás



Fonte: Elaborado pela autora.

Como professora de geografia da rede pública há mais de dez anos e vivenciando essa prática dos governos em militarizar escolas públicas no estado de Goiás, surge essa indagação de como é o ensino de geografia nas escolas militares e o ensino em geral. Seria diferente do ensino de geografia e de outras disciplinas nas outras escolas? Visto que as organizações militares possuem regras rigorosas, uma hierarquia enrijecida, objetivos e propósitos não

semelhantes ao que se busca com o ensino de geografia, acreditamos, aqui, haver elementos que irão diferenciar os dois modelos de escola.

As escolas militarizadas cedem lugar do questionamento, da crítica e da produção intelectual para a obediência. Por isso, consideramos que essas instituições representam um anti-intelectualismo, visto que a prioridade não é a ciência ou o conhecimento, mas sim a hierarquia, a ordem, a disciplina e a obediência.

Os projetos de militarização também são exemplos de uma anti-intelectualidade existente, pois transformam a escola e a educação sem qualquer respaldo ou referencial teórico na educação. Veremos, mais à frente, um projeto de militarização que se justifica pela violência no bairro e pela localização da escola num bairro populoso da cidade, motivos que não têm nenhuma relação direta com o ensino e a aprendizagem.

Não apresentamos o anti-intelectualismo como um conceito formulado, mas sim como significado próprio da palavra. Anti, no sentido de ser contra, então, seria uma aversão à intelectualidade. Um movimento existente na sociedade de pessoas que tendem ao autoritarismo, à legitimação pela ótica religiosa, negando o papel da ciência e colocando sob suspeita o trabalho de professores, pesquisadores, estudiosos e acadêmicos.

O anti-intelectualismo responde facilmente problemas complexos, sem um compromisso com a pesquisa científica e com o saber construído ao longo dos anos. Assim, o fracasso escolar pode ser respondido irresponsavelmente pela indisciplina, levando a população a clamar por modelos militares como ensino de excelência e de sucesso. Desse modo, questionamos: será a disciplina a responsável pela aprendizagem? Alunos disciplinados são sempre os que mais aprendem? Essa relação de aprendizagem e disciplina é verdadeira?

Outra característica vista nesse movimento de anti-intelectualismo é que, ao invés de debater, construir ou propor, tem-se a imposição como forma de organização. Nesse sentido, não é apresentado um estudo sobre determinado tema, e sim imposto aquilo que se deseja, com base em percepções e aparências.

É o que percebemos nos projetos de militarização das escolas públicas, nos quais há a imposição de um modelo de gestão e organização, pautado na hierarquia e na disciplina militar, sem qualquer respaldo com as teorias da educação ou mesmo um estudo sobre as escolas e a comunidade. Verifiquemos a justificativa do projeto de militarização da escola estudada neste trabalho:

Figura 2 – Relatório apresentado na Assembleia Legislativa para militarização de escola pública na região leste de Goiânia

JUSTIFICATIVA



A presente propositura tem a finalidade de alterar a Lei n. 19.651, de 12 de maio de 2017. A pretendida alteração busca, especificamente, criar o art. 11-A no aludido diploma legal com o objetivo de transformar o Colégio Estadual do Setor Palmito, situado na Av. Cristóvão Colombo, Setor Jardim Novo Mundo, no Município de Goiânia, em Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – CPMG

A referida transformação se fundamenta em diversos motivos, a exemplo dos seguintes: 1) o bairro onde se situa o colégio conta com 5 unidades de escolas estaduais, sendo que nenhuma delas é um colégio militar; 2) o setor Jardim Novo Mundo é o segundo maior bairro da cidade e possui a terceira maior população entre os bairros de Goiânia; 3) o setor Jardim Novo Mundo possui um alto índice de violência entre crianças e adolescentes; e 4) tratar-se de antigo anseio da população do bairro.

É cediço que Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás - CPMGs - são, verdadeiramente, um sucesso, caindo no gosto da população em geral, como demonstra a grande demanda por essas unidades de ensino qualificado.

Pode-se afirmar, então, que, ministrando ensino de qualidade e primando-se pela observância de disciplina, da ordem e do uso de uniformes padronizados, os Colégios da Polícia Militar de Goiás granjearam o respeito, a admiração e o apreço da população como um todo, circunstância essa que constitui motivo de orgulho e satisfação para todos que almejam uma educação pública de qualidade.

Essas são as razões que justificam a apresentação do presente projeto de lei, para o qual solicito o apoio dos ilustres Pares.

Ao observar a justificativa do projeto para transformação da escola em uma unidade da Polícia Militar, percebemos o descompromisso com aquilo que consideramos científico ou intelectual. Não existe uma pesquisa, uma proposição baseada em dados ou mesmo qualquer menção a estudiosos e teóricos ligados à educação.

Voltando à ideia de anti-intelectualismo, caracterizamos, então, esse projeto como uma negação de parte da ciência e seus conhecimentos já firmados relacionados à educação. O artigo de Márcia Tiburi e Rubens Casara, publicado em 2016, define bem essa ideia do anti-intelectualismo:

[...] é importante falar de um preconceito que está em voga nesse momento: o anti-intelectualismo. Há um ódio que se dirige atualmente à inteligência, ao conhecimento, à ciência, ao esclarecimento, ao discernimento. Ao mesmo tempo, esse ódio é velado, pois o lugar do saber é um lugar de poder que é interessante para muitos. Se podemos falar em “coronelismo intelectual” como um uso elitista do conhecimento, e de “ignorância populista”, como um uso elitista da ignorância, como duas formas de exercer o poder manipulando o campo do saber, podemos falar também de um ódio à inteligência, do seu apagamento”. (TIBURI; CASARA, 2016, s/n).

Esse ódio à inteligência fica evidente na atualidade diante do que vivenciamos no último ano com a negação às vacinas, especialmente contra a Covid-19, um desprezo pelos estudos de um dos maiores autores da educação, Paulo Freire, de quem falaremos a seguir, teorias que contestam o que já está provado por evidências científicas, como a teoria de que a terra é plana e uma troca de narrativa sobre o golpe militar de 1964.

Relatamos, a partir de agora, nossa experiência nessa primeira conversa, primeiramente na Superintendência de Segurança Escolar e Colégio Militar.

2.3 O clamor da população: escolas militares ou escolas de qualidade

Há um questionamento sobre a existência de tantas escolas militarizadas em nosso estado. Seria mesmo um clamor da sociedade por escolas militares? Ou a sociedade busca uma educação de qualidade, gratuita e que ofereça todos os recursos propiciados pelas escolas militares?

Paulo Freire (1992), importante autor e uma das maiores referências na educação, nos mostra que toda educação é política – e não existe neutralidade. Enquanto a missão da educação que ele chama de bancária é eliminar a capacidade crítica dos alunos e acomodá-los à realidade, a educação problematizadora e crítica defendida por ele quer despertar a

consciência dos oprimidos, inquietá-los e levá-los à ação que seria a libertação em relação aos que oprimem.

A amplitude das obras de Paulo Freire e sua contribuição em diferentes contextos culturais e em distintos campos do conhecimento têm sido destaque em inúmeras publicações feitas por estudiosos, evidenciando-o como um dos maiores educadores do século XX. Aqui, de forma sucinta, trazemos o autor para pensar a escola militarizada e suas características contraditórias às que esse grande autor nos deixou.

Nas obras de Paulo Freire relativas à educação formal – papel da escola e papel do professor – identifica-se, de maneira geral, a “Educação Bancária” e a “Educação Libertadora” como as duas grandes formas predominantes: a primeira delas oprime, aliena, desumaniza os seres humanos participantes do processo educacional; a segunda, a seu turno, prioriza a conscientização, a autonomia e a humanização dos educandos.

A educação não é neutra, assim, o ato de educar tampouco o é. Freire (1992, p. 78) afirma:

[...] não há nem jamais houve prática educativa em espaço-tempo nenhum de tal maneira neutra, comprometida apenas com ideias preponderantemente abstratas e intocáveis. Insistir nisso e convencer ou tentar convencer os incautos que essa é a verdade é uma prática política indiscutível com que se pretende amaciar a possível rebeldia dos injustiçados. Tão política quanto a outra, a que não se esconde, pelo contrário, proclama, sua politicidade.

Se a educação não se apresenta como um ato livre de intenção, podemos afirmar que a apropriação da escola pela segurança pública e a ocupação das escolas pela Polícia Militar também não são ações sem intencionalidade.

2.4 Concepções da escola “policializada”

Os organismos militares no Brasil englobam não somente as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, mas também alguns órgãos pertencentes à segurança pública, a saber: as polícias militares e os corpos de bombeiros militares. Dispõe a Constituição Federal de 1988:

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à

garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

[...]

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...]

V – polícias militares e corpos de bombeiros militares.

[...]

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. (BRASIL, 1988).

A partir dessa definição, percebemos que a polícia faz parte dos organismos militares, porém, têm concepções próprias. Por isso, partimos para a coleta de dados com os militares responsáveis pelos colégios militares e a pedagogia que se pratica nessas instituições.

2.4.1 Comandante A

Nosso campo primeiro foi a Superintendência e essa visita nos trouxe importantes reflexões, que serão apresentadas a partir de agora.

A Superintendência está localizada na Secretaria Estadual de Educação (Seduc) e está dividida em duas gerências: a Gerência de Segurança Escolar e a Gerência de Colégio Militar.

Fomos atendidos por um militar que pertence a essa superintendência para que pudessemos apresentar nosso trabalho e conseguir, então, autorização para conhecermos o Comando de Ensino da Polícia Militar, que nos interessava bastante por ser lá o local onde são tomadas as decisões e orientações pedagógicas para as escolas militares.

Sobre isso já abrimos uma reflexão, aqui, pois as escolas não militares são todas orientadas pela Secretaria de Educação, mas há essa diferenciação nos colégios militares, que possuem o Comando de Ensino próprio. Assim, mesmo que as escolas militares sigam a legislação vigente no estado de Goiás e o currículo referência – documento formal orientador feito a partir da BNCC –, possuem uma orientação específica do comando de ensino que as gerencia. Entendemos haver uma diferenciação, pois a existência desse comando justifica-se exatamente pelo fato de os colégios militares possuírem especificidades.

Ao realizarmos o agendamento pelo telefone, conseguimos uma visita na Superintendência e fomos atendidos pelo militar que chamarei de Comandante A. Ele nos recebeu explicando de imediato que as pesquisas dentro das escolas militares são mais

difíceis, pois nessas escolas “a rotina é bem diferente das outras escolas públicas”. As aspas indicam que foram palavras usadas pelo comandante A.

Perguntamos, logo, como que seria essa “rotina diferente”, pedindo que ele nos explicasse essa rotina na escola militar e qual(is) a(s) diferença(s) das outras escolas, ao que responde que nos colégios militares têm ordem e disciplina. Insisto em perguntar o porquê da diferenciação para outras escolas e questionamos, mas outras não existe a disciplina? Ele diz que acha que nas outras os alunos não respeitam. Diz que os colégios militares já têm tradição, oferecem mais ensinamento sobre ordem, respeito e valores cívicos.

Pedimos que o comandante nos dissesse quantas escolas militares existem no estado e o que leva uma instituição escolar a ter a gestão transferida para a polícia militar. Também explicamos que a pesquisa é exatamente sobre isso, sobre os projetos que transferem as escolas públicas sob a gestão da Secretaria de Educação do Estado para a gestão da polícia. Ele pede para que falemos qual é o objetivo da pesquisa.

Nas palavras do comandante: “o que você quer ver pesquisando isso?”, e acrescenta: “você é estudante da Universidade Federal aqui em Goiânia?” Olhando para um colega também militar, comenta: “esses estudantes tentam achar pelo em ovo, mas precisam mesmo é estudar, muitos já vieram aqui, tentam falar mal das escolas militares, mas não tem jeito, a hora que visitam uma escola militar ficam impressionados com o comportamento dos alunos e a organização”.

Explicamos que a pesquisa é sim de uma estudante da Universidade Federal de Goiás do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica e, além disso, professora da rede estadual e municipal, que sempre se interessou em entender os caminhos da educação pública, na qual atua há mais de 14 anos. A pesquisa tem o objetivo de investigar como é a transformação de uma escola em colégio militar, quais são os critérios, quais são os objetivos e como é feita a escolha da escola.

De prontidão, ele diz: “A escolha não é nossa. Quem decide está na Assembleia. Há pedidos de militarização de prefeitos, vereadores e lideranças políticas diferentes ao governador.” E completa, afirmando que muitas vezes transformam em escola militar quando as escolas têm problemas. Nas palavras dele, “quando tem violência demais, tem drogas, essas coisas, professora”.

Ele me pergunta sobre nossa experiência numa escola militar. Diante da nossa negativa de não termos experiência em escolas militares, afirma então que o dia que um professor ministrar uma aula em uma, nunca mais volta para a escola pública. Esse trecho induz a uma reflexão, já que o comandante demonstra uma diferenciação entre a escola militar

e a pública. Quer dizer, na Superintendência de Segurança das Escolas e Colégios Militares há um entendimento de que as escolas militares não são públicas. Esse é um entendimento que contradiz os discursos apresentados na mídia e pela própria Secretaria de Educação, pois, quando se militariza uma escola, argumenta-se que as escolas militares permanecem públicas, mantendo os alunos que já estão matriculados antes de a instituição se tornar militar, e que a mensalidade, na realidade, não é obrigatória e se refere apenas a uma contribuição voluntária definida a partir do conselho escolar sobre qual valor pode ser pago por aquela comunidade.

Ademais, nos discursos midiáticos e próprios da Secretaria de Educação a contribuição é paga apenas por aqueles que podem, não tendo caráter obrigatório. Sobre a quantidade de escolas militares, nos mostra uma listagem de 19 de novembro 2019, com um total de 60 unidades de colégios militares já implantados em Goiás e 39 em fase de implantação, além de seis outras instituições aguardando a revogação da lei que as transformou em colégios militares. Somando os implantados com os em fase de implantação, temos um total de 99 colégios militares, no estado de Goiás, autorizados em lei. Considerando que o total de escolas nessa unidade federativa é de 909 escolas estaduais localizadas em área urbana, de acordo com Censo de 2020, esse número representa uma quantidade significativa, especialmente se considerarmos que, inicialmente, os colégios da Polícia Militar foram criados para atender aos(as) estudantes filhos(as) de militares.

Perguntamos ao comandante sobre a transformação e qual é o posicionamento da Superintendência diante de questões colocadas quando o assunto é a militarização. Desse modo, questionamos: a escola militar é uma escola pública? O comandante responde que sim. Trata-se de uma escola pública porque está vinculada à Secretaria Estadual de Educação.

Então, retomamos os princípios básicos da educação pública, previstos na Constituição. O primeiro deles, sobre a gestão democrática. A Constituição prevê que toda escola pública deve ser gerida democraticamente. Então, questionamos sobre isso ao comandante: há gestão democrática nos colégios militares? Ele nos responde que sim. Diz que a gestão democrática não significa que o diretor deva ser eleito pela comunidade escolar, mas que todas as decisões tomadas na unidade escolar devam ser discutidas e definidas coletivamente, e isso, segundo o comandante A, ocorre nos colégios militares, mesmo tendo diretores não eleitos, e sim indicados pela Segurança Pública. Ele nos informa que os pais são bem presentes e participam de todo o processo desde o início da militarização, inclusive discutindo o valor da contribuição voluntária, decidido junto ao conselho escolar, com representantes de pais e após uma análise do valor que a comunidade está apta a pagar. E é

por isso que existem diferentes valores sugeridos para contribuição voluntária, em distintos colégios.

Aproveitando o assunto da contribuição voluntária, questionamos um segundo princípio da educação pública previsto na Constituição: a gratuidade. Asseveramos ao comandante que lei prevê a gratuidade do ensino público. Ele nos responde que nos colégios militares isso é garantido: o aluno que quer estudar, mas não pode pagar, continua estudando. Perguntamos como isso é assegurado. Ele nos responde que está no regimento interno e que nenhum aluno do colégio militar é obrigado a se retirar por não conseguir manter a contribuição.

Sobre a fala do Comandante fazemos uma observação: está previsto na Constituição que o ensino público deve ser gratuito, e isso significa sem custo direto ao indivíduo, independentemente do nome que criam para esse custo: contribuição, mensalidade ou taxa. De acordo com Tavares (2016, p. 56),

[...] a Constituição diz mais. Ela prevê o princípio da gratuidade do ensino em todos os níveis. Ensino em escola pública é gratuito, e quem diz isso é a Constituição. Mesmo que se aprove uma lei modificando isso, ela será inconstitucional. “E se eu pedir uma contribuição voluntária, pode? Não”. Existe uma disciplina no Brasil chamada direito financeiro, que cuida justamente dos processos de arrecadação (tributação, direito tributário) e dispêndio (direito financeiro *stricto sensu*) do poder público nesse país. Essa é a disciplina mais rigidamente burocratizada do nosso país (essa é a disciplina que toca questões como responsabilidade fiscal, sistema tributário nacional, etc.) E você não pode, como Estado, simplesmente pedir “contribuições” por aí. O dinheiro do poder público não funciona assim. Este é um estado liberal-democrático, estado liberal-democrático tem “receita originária”, quando o Estado aluga um terreno, presta um serviço e isso gera dinheiro, etc. e “receita derivada”, quando o estado multa alguém, ou arrecada tributos. O modo como esse dinheiro será gasto será discutido pelo Parlamento, e o Poder Executivo irá executar o que o parlamento decidir, podendo fazer contingenciamentos. Isso é norma cogente. Para quem não está familiarizado com esse vocabulário: isso é obrigatório, isso não tem discussão.

Dessa forma, percebemos que as discussões sobre a militarização de escolas públicas precisam avançar. Devem acontecer desde a sala de aula com os alunos, que são impactados diretamente na transferência da gestão da escola, até entre os estudiosos do Direito e da legislação do nosso País.

Por enquanto, notamos que a militarização das instituições escolares acontece, no estado de Goiás, a partir da lei, com projetos criados em Assembleia Legislativa, apresentados por deputados e pelo governo estadual, mas, ao que tudo indica, ocorrem também ao lado da

ilegalidade, com a cobrança de taxas aos alunos que se matricularam numa escola pública e gratuita.

Como nos relatou o comandante em nossa conversa, o valor da contribuição voluntária não é fixo. Cada escola, junto ao conselho escolar, adota um valor considerando as condições socioeconômicas da comunidade, assim, temos colégios militares com valores bem diferentes. Ele nos exemplifica que o Colégio Militar de Valparaíso cobra metade do valor do Colégio Militar de Anápolis. No entanto, ainda que chamem de contribuição voluntária e sejam valores diferentes em casa escola, trata-se de uma cobrança e um custo que a escola pública passa a ter. Pelos princípios básicos da educação pública ela deve ser gratuita, logo, qualquer coisa diferente disso se torna inconstitucional. Tavares (2016, p. 57) explica:

O Estado não vive, portanto, de contribuições voluntárias. Não existe isso na nossa ordem jurídica. E se ele está, portanto, recebendo contribuição voluntária, isso é uma ilegalidade, porque, por via transversa, você está malferindo o princípio da gratuidade do ensino público. Em matéria de direito público, não importa o nome que uma prática possui, mas a sua substância última. Se uma família, ainda que sob suposta espontaneidade, repassa valores mensais, por menores que sejam, para a escola onde suas crianças estudam, então não se trata de ensino gratuito e, portanto, está violada a Constituição da República. O militar que aceita receber valores informais de particulares, sem que esse dinheiro integre a contabilidade pública, está a contribuir para o vilipêndio do princípio da gratuidade do ensino público e, destarte, comete falta grave. Ademais, deve-se indagar sobre como se dá a escrituração e a fiscalização, por órgãos como TCE e o MP, do dinheiro que segue para um serviço estatal, como escolas.

Perguntamos, então, sobre o fardamento nas escolas militares, como funciona, a obrigatoriedade e os custos. Ele nos responde que existem uniformes alternativos mais baratos e que as famílias não encontram dificuldades com isso. Ele nos afirma que nunca houve reclamação sobre valores da farda e que ela é algo que os pais gostam e os alunos também. É motivo de orgulho.

A esse respeito, refletimos: há um encantamento da sociedade pelo fardamento e entre alguns jovens isso pode ocorrer também. Na realidade, vivemos num contexto complexo, que precisa de análise e atenção. Nesse sentido, contextualizamos que este trabalho foi escrito nos anos de 2021 e 2022, em que temos o presidente eleito Jair Bolsonaro, com um governo marcado por ministros militares e grande apreço por rituais militares em todos os âmbitos. Nos anos de 2020 e 2021, vimos diversas manifestações favoráveis ao governo Bolsonaro, junto com pedidos de intervenção militar no País, isto é, existe uma parcela da população, por

menor que seja, que defende gestões militares. São pessoas que cultuam os militares e todo tipo de militarização.

As militarizações não são casos específicos do atual governo federal, aqui não afirmamos isso, apenas trouxemos o contexto atual em relação aos militares. Tampouco o atual governo estadual de Ronaldo Caiado é responsável pelo grande número de militarizações ocorridas em Goiás. O crescimento dessas escolas se deu, sobretudo, no governo passado, do psdebista Marconi Perillo. Dessa forma, entendemos que as militarizações não são específicas de um governo, nem de uma instância. Elas estão ocorrendo em diferentes lugares, longe de serem caso isolado no estado de Goiás, ou casos singulares de um governo, visto que temos governadores com diferentes concepções políticas e ideológicas que aderiram a esse modelo de escola. Como exemplo, o estado da Bahia, com governo de esquerda, militarizou grande número de escolas, mesmo sabendo que a agenda esquerdista tem a defesa da escola para todos, inclusiva e como espaço para transformação social.

A escrita desta dissertação caminhou junto aos acontecimentos no País e no estado de Goiás e, portanto, tendo em vista os cenários políticos tanto do governo federal como estadual e pelo fato de acreditarmos que a neutralidade não cabe aos seres humanos, corremos o risco de registrar aqui nossa militância em defesa da escola pública, gratuita, laica e universal para atender aos mais vulneráveis na sociedade. Reforçamos, porém, termos consciência de nossa presença na pesquisa e garantimos um compromisso com a análise do nosso objeto sobre a militarização das escolas públicas. Não permitiremos que nossos dados, nossas análises e nossas conclusões sejam contaminados (as) por quaisquer posicionamentos ou valores pessoais.

Os alunos que estudam nos colégios militares veem a farda como forma de pertencer a um grupo, e isso é um dos pontos importantes a ser pensado. A farda é utilizada tanto para demonstrar o pertencimento quanto para diferenciar-se dos demais. O discurso citado no início do Capítulo 1 demonstra isso ao citar que “nós somos nós”, ou seja, os que estavam com farda pertenciam àquele espaço e, logo depois, “o resto é o resto”. Nesse trecho notamos a diferenciação e a superioridade aos demais, que não pertencem ao colégio militar e não usam o fardamento.

O uso da farda é algo simbólico e merece atenção, pois pode desvendar esse apreço pelos colégios militares na sociedade. As escolas da Polícia Militar, em Goiás, se espalham pelas periferias e se inserem em comunidades com grande vulnerabilidade social. A população ali localizada, ao se depararem com a oportunidade de pertencimento a um grupo, acabam se deixando seduzir e, mesmo sem condições financeiras, criam estratégias para

permanecerem naquele colégio, apesar de terem direito a uma educação de qualidade, pública e gratuita. Como o objetivo deste trabalho não é analisar o simbolismo do fardamento nas escolas públicas que se tornam militares não iremos nos aprofundar no tema, mas é necessário que seja pontuado o que envolve a militarização das escolas públicas.

Ocorre que a educação escolar formal e a educação informal, aquela recebida em casa, estão e estiveram sempre vinculadas ao mercado. Na educação formal, basta olharmos os currículos referências ou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na educação informal, especialmente das classes menos favorecidas, os responsáveis ensinam, desde cedo, que os filhos devem ir para a escola para garantir um trabalho remunerado e ajudar nas despesas da casa, além de se tornarem pessoas de bem, com trabalho honesto. Esse é um relato pessoal da nossa trajetória na educação, pertencendo a uma classe com menor poder aquisitivo.

Ainda que seja uma trajetória pessoal, essa educação para o mercado de trabalho e para a manutenção de um estilo de vida honesto pode ser relacionada a muitos pais e escolas e, como dito anteriormente, basta verificar os currículos escolares em diferentes redes de educação e ter contato com pais de escolas públicas. Essa regra transforma a escola numa instituição para treinamento de crianças, com uma rígida disciplina para tornar os corpos dóceis, preparando para o mundo das fábricas. De acordo com Foucault (1987 apud BORDIN, 2020, p. 26):

A ‘invenção’ dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apoiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; investiram lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturam a organização militar. Circularam às vezes muito rápido de um ponto a outro (entre o exército e as escolas técnicas ou os colégios e liceus), às vezes lentamente e de maneira mais discreta (militarização insidiosa das grandes oficinas). A cada vez, ou quase, impuseram-se para responder a exigências de conjuntura: aqui uma inovação industrial, lá a recrudescência de certas doenças epidêmicas, acolá a invenção do fuzil ou as vitórias da Prússia. O que não impede que se inscrevam, no total, nas transformações gerais e essenciais que necessariamente serão determinadas.

Esse modelo de educar dos colégios militares, com rígida disciplina e voltado para o mercado de trabalho, encontra grande aceitação entre os mais desfavorecidos, pois veem, na escola, uma chance para que superem as dificuldades econômicas e sociais. Assim, querem aquela com melhor rendimento nas avaliações objetivas, mais do que escolas que ensinem a

pensar criticamente sobre a realidade, ou preferem as escolas que disciplinem mais ao invés daquelas que estimulem o potencial criativo.

Nesse contexto, as escolas militares chegam com grande força e aceitação da população local. Na expectativa de estarem garantindo uma escola melhor, com resultados objetivos melhores, como é mostrado na mídia, com estrutura maior – como verificado nas escolas militares que recebem verbas complementares –, vemos pais de alunos favoráveis à militarização das escolas, e, na maioria das vezes, sacrificando o pouco ganho para pagar a mensalidade e o fardamento, quando isso é possível. Quando não é, ocorre a saída do aluno da escola e a busca por outra a uma distância maior de sua casa, ou mesmo a desistência de estudar.

É a partir dessa análise que precisamos pensar as militarizações. Não podemos apenas julgar que a comunidade quis ou não quis, ou, como nos disse o comandante, que “nunca houve reclamação de contribuição voluntária e preço da farda”. Estaria a comunidade escolar preparada para fazer uma crítica a essa escola? Ou será que as escolas militares geram uma expectativa de melhoria na educação para crianças e jovens? Até mesmo entre professores existe essa expectativa de que, mesmo as escolas militares apresentando problemas e sendo excludentes, a militarização melhore sua estrutura. É a partir desse entendimento de que é preciso refletir sobre essa “melhora”, sobre a transferência de gestão de professor para militar, que propomos nosso produto educacional. Entendemos ser necessária a formação continuada aos professores para que possam assumir a escola como lugar pedagógico, exclusivo e próprio para professores, tal como é a segurança pública, voltado especificamente para a polícia.

A polícia tem espaço próprio de atuação e não deve ser na formação de conhecimentos dentro da escola que devem expandir sua atuação. Ademais, a forma de atuação da polícia é motivo de grandes debates. Veja, abaixo, Bordin (2017, p. 289):

As manifestações do ano de 2013, na cidade de São Paulo, em razão do aumento das tarifas do transporte coletivo e a repressão violenta por parte das tropas da Polícia Militar daquele Estado contra a multidão que tentava acessar a Avenida Paulista trouxeram novamente à tona o debate da desmilitarização das polícias no Brasil, assunto que vem de longa data, inclusive antes mesmo do golpe militar de abril de 1964. Alfredo Feijó, em livro intitulado *Oficiais da Força e Delegados de Polícia*, datado de 1958, chama a atenção para o assunto “desmilitarização” e também sobre a balbúrdia reinante na questão da segurança pública, mais especificamente do policiamento ostensivo, demonstrando também que essa discussão não é nova e que há muito gera polêmica.

Quando uma escola se transforma em escola militarizada é a polícia armada, militarizada, que adentra as dependências do colégio. É essa mesma polícia que cobra taxa, faz a reunião de pais, convoca os responsáveis, adverte os alunos, cobra o uso de farda e atua diariamente na formação de crianças, jovens e adultos.

A conversa com o comandante A durou pouco mais de quarenta minutos. De acordo com ele, existiam compromissos agendados e ele não poderia me atender por muito tempo. Finalizamos perguntando se existe algum estudo da Superintendência para a escolha da escola a ser militarizada. Ele diz que não, que a escolha é mesmo de deputados ou do governador, mas que, nesse momento (fim de 2019), não teria mais escolas militarizadas. Disse que o governo está cortando gastos e que as escolas militares requerem um investimento grande inicial, porque geralmente são escolas bem desestruturadas e, para ser CPMG, precisam de estrutura, além do fato de que não existe mais pessoal da polícia para mandar às escolas.

Nesse trecho, percebemos a importância da condução das políticas públicas. Ao que tudo indica, de um lado, a polícia, a mídia e até os governos anunciam uma qualidade de ensino melhor nos colégios militares e associam essa qualidade aos rendimentos quantitativos e à disciplina dos alunos devido ao modelo militar ser eficiente. No entanto, podemos colocar em dúvida essa qualidade, primeiro por não entendermos como melhor rendimento em provas objetivas, segundo, porque disciplina não é determinante para conhecimentos, e terceiro, porque os colégios militares têm verbas e pessoal a mais em relação às demais escolas. E se os colégios públicos recebessem a verba que recebem os colégios militares? E se tivessem esse mesmo quantitativo de pessoal que tem os colégios militares? Os colégios militares contam com verba proveniente da educação, da segurança pública e da contribuição voluntária e possuem pessoal da Secretaria Estadual de Educação e da Secretaria Estadual de Segurança Pública.

Logo após essa fala chegam pessoas e o Comandante se despede. Diz que ligará para outro colega, que irá nos atender no Comando de Ensino da Polícia Militar. Termina dizendo:

Professora, a polícia só faz aquilo que vocês não conseguem, a gente ensina a disciplina e vocês ensinam o português e a matemática, precisamos de mais disciplina nesses jovens. Hoje está muito custoso, tem muitas drogas, tem muita liberdade para os jovens, tem menino que quer se vestir de menina e menina que é mais saída que menino.⁴

⁴ Entrevista realizada em 11 de novembro de 2019, com o Comandante A, na Superintendência de Segurança Públicas, na Seduc.

Essa fala do Comandante é carregada de preconceito, o que vemos com grande preocupação, por ser alguém responsável pelas escolas militares em todo o estado, estando envolvido diretamente com a educação. Não nos aprofundaremos no tema, mas meninos podem se vestir da forma que decidirem, não reduzimos o uso de saia às meninas e o uso de calças aos meninos. A fala sobre as mulheres caracterizadas por serem mais “saídas” também nos remonta a uma reprodução de machismo tão presente na sociedade e, em especial, nas instituições militares. Entendemos que a educação deve ser universal, para todos, deve ser inclusiva e laica; além disso, o aprendizado não é determinado diretamente por comportamento ou disciplina.

Durante a pandemia de Covid-19, tivemos alunos extremamente disciplinados, calados, durante as aulas remotas, e isso não significou aprendizado. Compreendemos também que conhecimento não se resume a português e matemática. Enfim, notamos vários problemas de ordem discriminatória e pedagógica nessa frase que finalizou nossa conversa. Agradecemos a recepção e nos direcionamos para o Comando de Ensino em busca da pessoa que o Comandante indicou para nos atender e falar sobre questões pedagógicas.

2.4.2 Tenente 1

A conversa com o responsável no Comando de Ensino ocorreu para que pudéssemos entender melhor como se dá o trabalho pedagógico nos CPMG.

Chamaremos, aqui, o responsável pelo nosso atendimento e conversa de Tenente 1. Ele nos atendeu no horário marcado e de imediato nos chama a atenção, naquele ambiente, os rituais próprios da Polícia Militar. O que para nós é algo novo, entre eles é habitual: o bater continência, o levantar-se à chegada de seu superior e o não se movimentar até que o superior permita.

Temos consciência da existência de todos esses rituais, porém, como estamos em um ambiente voltado para educação, nos atentamos a essas ações. O nome Comando de Ensino da Polícia Militar está carregado, inclusive, de conceitos, pois, ao colocar comando à frente de ensino, tem-se uma palavra comum aos militares, porém, pouco usual entre os estudiosos da educação para referir-se a um espaço de formação e orientação pedagógica.

Como nossa primeira experiência no Comando de Ensino foi com a continência, nos referimos a ela. Perguntamos como funciona, se os alunos têm resistência, como é ensinada e quando eles devem usar. O Tenente pediu que lêssemos o regimento interno dos colégios militares e nos questionou sobre o teor da pesquisa que estava em andamento.

Com o projeto de pesquisa em mãos o foleou, leu algumas partes e nos direcionou a seguinte pergunta: “o que é realmente esta pesquisa? Qual é objetivo dela?”. Respondemos que temos o objetivo de entender como são criados os projetos de militarização de escolas públicas, quem os cria, por que cria e quais são os desdobramentos para a comunidade escolar e para a educação em Goiás com a criação desses projetos e a transferência da gestão das escolas para a Polícia Militar. Ele nos diz que os colégios militares são criados a fim de atender a um clamor da sociedade. Acrescenta que todo mundo quer a melhor escola para seu filho e as escolas militares têm apresentado bons resultados.

Apesar da fala do Tenente sobre a criação dos colégios militares, entendemos aqui, a partir de nossas pesquisas, não haver a criação de colégios militares, e sim a transferência da gestão, como já dito. A criação ocorreria se um novo colégio fosse construído a partir de recursos da Polícia Militar, contudo, nenhuma escola em Goiás foi construída para ser uma instituição educacional dessa instituição. O único colégio que utilizou espaço da segurança pública foi o Colégio Militar Coronel Cícero Bueno Brandão, que não existe mais e funcionou na Academia da Polícia Militar. Todas as unidades hoje são escolas construídas pelo governo de Goiás por meio de verbas provenientes da educação e, após aprovação em Assembleia, tiveram suas gestões transferidas para a Polícia Militar, passando a apresentar, junto ao nome original do colégio, a sigla CPMG.

Sobre a questão da continência, pesquisamos, no Regimento Interno dos colégios militares, e há um texto que aborda esse ritual militar:

Art. 205. A continência é a saudação prestada pelo aluno e pode ser individual e de tropa.

§ 1º - A continência é impessoal; visa a autoridade e não a pessoa.

§ 2º - A continência parte sempre do aluno para autoridade.

§ 3º - São elementos essenciais da continência individual: atitude, gesto de duração, variáveis conforme a situação do executante:

a) Atitude - postura marcial e comportamento respeitoso e adequado às circunstâncias e ao ambiente.

b) Gesto - conjunto de movimentos do corpo, braços e mãos.

c) Duração - o tempo durante o qual o aluno assume a atitude e executa o gesto acima referido.

Chama a atenção um dos artigos seguintes:

Art. 207. O aperto de mão é uma forma de cumprimento que o militar pode conceder ao aluno.

Parágrafo Único - O aluno não deve tomar a iniciativa de estender a mão para cumprimentar o militar, mas se o militar estender a mão, o aluno não pode recusar o cumprimento.

Ainda sobre essa questão, trazemos como se dá a apresentação de um aluno a um militar:

Art. 220. O aluno, para se apresentar a um militar, aproxima-se deste até a distância do aperto de mão; toma a posição de “sentido”, faz a continência individual como prescrita neste Regulamento e diz, em voz audível: “Aluno do CPMG, seu nome, série e turma a que pertence”; desfaz a continência, diz o motivo da apresentação, permanecendo na posição de “Sentido” até que lhe seja autorizado tomar a posição de “Descansar” ou de “À vontade”.

Percebemos que todos os rituais, a hierarquia impregnada e a formalidade própria das instituições militares aparecem também nos colégios, inclusive formalmente, em documentos que o regulamentam. O que precisamos analisar é se seria papel da educação o ensino desses procedimentos: trata-se de uma escola para formação cidadã e integral do indivíduo ou é uma academia de polícia? Se todo esse ritual está presente nas corporações, não deveria ser ensinado dentro das suas instituições próprias da polícia, e não nas unidades escolares?

O Tenente nos indica alguns apontamentos sobre a continência. Diz ser algo próprio do militarismo mesmo, mas se a escola foi militarizada deve obedecer a esses princípios, e nos diz que toda ‘formação’ ajuda no disciplinamento dos alunos. Ele chama de ‘formação’ o momento em que o aluno chega à escola, fica em fila, em pé, de maneira ordenada, com postura ereta e continência quando necessário. Esse momento é fiscalizado pelo chefe ou subchefe de sala. A fiscalização é para verificar se o aluno está com a postura correta, uniforme completo, cabelo e acessórios adequados, antes de entrar para a sala de aula. Existe essa formação diariamente e geralmente dura quinze minutos. Na maior parte das escolas ocorre na quadra. O aluno é advertido durante essa formação se cometer infração e esta pode ser ocasionada por cabelo não cortado e acessório ou uniforme inadequados, de acordo com ele. No regimento interno encontram-se as advertências e transgressões previstas.

Em todas as falas do Tenente fica clara a disciplina como condição para a aprendizagem. Ele se refere ao colégio militar como uma instituição diferenciada por ter no quadro de funcionários, a Divisão Disciplinar formada por militares. OS colégios militares se apresentam como instituições de educação comandadas pela polícia militar com parceria com a Secretaria Estadual de Educação, podemos verificar nos dois artigos abaixo presentes no regimento interno e geral dos colégios militares:

Art. 1º O Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás, neste Regimento identificado também como “CPMG”, foi previsto na Lei 8.125, de julho de

1976, que discorre sobre a organização básica da PMGO em seu artigo 23, item I, letra b. Está subordinado à Secretaria da Segurança Pública por meio da Polícia Militar do Estado de Goiás, através do Comando de Ensino Policial Militar – unidade gestora de grande comando – no qual se encontram inseridos os Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás, tendo como parceira a Secretaria de Estado da Educação Cultura e Esporte (SEDUCE), por meio do Termo de Cooperação Técnico pedagógico 009/12 em vigor.

Art. 2º Os CPMGs são administrados pela Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) por meio do Comando de Ensino Policial Militar (CEPM), a partir de seus comandantes e diretores, em parceria com a Secretaria de Estado da Educação Cultura e Esporte, por força do Termo de Cooperação Técnico Pedagógico sob a circunscrição das Subsecretarias Regionais de Educação e doravante será regido por este Regimento Escolar. (PMGO, 2018).

A composição do quadro de funcionários do colégio militar é completamente diferente da escola não militar, gerida pela Secretaria Estadual de Educação. No colégio militar, além do diretor ser um militar, existe a Divisão Disciplinar:

Art. 14. A função de Comandante e Diretor será exercida por um Oficial da PMGO, preferencialmente do posto de Tenente-Coronel, pertencente aos Quadros de Oficiais: QOPM ou QOAPM, que possua o Curso Superior e Especialização em Educação ou equivalente.

Art. 15. O Comandante e Diretor será o responsável perante o órgão competente do Comando Geral da PMGO, o Comando de Ensino Policial Militar e Secretaria de Estado da Educação Cultura e Esporte pela política administrativa do ensino na sua Unidade Escolar. (PMGO, 2018).

E ainda, outros cargos:

Art. 17. A função de Subcomandante será exercida preferencialmente por um major, da Polícia Militar de Goiás, do Quadro de Oficiais: QOPM ou QOAPM, possuidor do Curso de Especialização em Educação, ou equivalente. Será o substituto eventual do Comandante e Diretor nas suas ausências.

Art. 19. A Divisão Disciplinar (DD) do Corpo Discente terá por Chefe, preferencialmente, um Oficial da Polícia Militar de Goiás, pertencente aos Quadros de Oficiais da Polícia Militar, possuidor de Curso Superior e Curso de Especialização em Educação, ou equivalente, tendo um auxiliar por turno. (PMGO, 2018).

Assim, tem-se o diretor da unidade sendo um militar, o subcomandante, que responde na ausência do diretor, também militar, e a divisão disciplinar, liderada por um comandante da polícia. Além disso, no que chamam de divisão de ensino, também há um militar: “Art.21. A

Divisão de Ensino terá por Chefe preferencialmente um Capitão da Polícia Militar de Goiás, pertencente aos Quadros de Oficiais da Polícia Militar, possuidor de Curso Superior e Curso de Especialização em Educação ou equivalente.”

Ainda, os coordenadores pedagógicos devem ser professores da Seduc, e, junto a eles, temos:

Art. 22. A função do chefe da Coordenação Pedagógica será exercida preferencialmente por um oficial subalterno, devendo ser possuidor do Curso de Especialização em Educação ou equivalente, e será auxiliado pela equipe de coordenadores pedagógicos disponibilizados pela Secretaria da Educação. (PMGO, 2018).

Isso nos chama a atenção por conta de uma fala do Tenente em nossa conversa: questionado sobre as atribuições daquele comando de ensino, nos disse que é para orientação, formação de professores e pessoal dos colégios militares e que, naquele dia mesmo, ele estava participando de uma formação fornecida pelo comando de ensino a coordenadores pedagógicos sobre a BNCC. Também nos disse que a BNCC chegou para “revolucionar o ensino” (palavras dele) e acrescentou: “a BNCC é um currículo completo, a gente tem que dar conta de implantar nas escolas, não só porque será obrigatório, mas porque o aluno que consegue desenvolver todas as competências e habilidades previstas na BNCC sairá da escola pronto, pronto para trabalhar no mercado de trabalho”. Perguntamos se o Comando entende que a educação básica deve ser voltada para o mercado de trabalho e se há incentivo para que os alunos das escolas militares continuem seus estudos no ensino superior. Ele nos responde que toda a educação é para o trabalho e que os colégios militares são os que mais têm alunos participantes do Enem, basta pesquisarmos na internet. Adiciona que em todas as avaliações externas (Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, Prova Brasil e Enem), os colégios militares estão em primeiro lugar.

Continuamos nossa conversa reforçando a pergunta sobre o que tem de pedagógico nos colégios militares e o que é diferente dos colégios não militares. Ele nos afirma apenas que o diferencial é disciplina. Insistimos para saber quais são as particularidades. Então, questionamos assim:

O senhor Tenente nos disse que as escolas seguem o que vem da Seduc, nos disse que seguem os currículos e agora seguirá a BNCC, que estará contemplada no currículo referência do estado de Goiás, mas se o pedagógico não modifica de uma escola para outra (uma não militar para um

colégio militar), por que a existência de um comando de ensino próprio como este que estamos, específico para os colégios militares?⁵

Ele nos responde:

O comando serve para orientar o trabalho pedagógico nos colégios, mas seguimos as orientações da Seduc, apenas adaptamos algumas situações para nossa realidade. A gente entende que quem ensina é professor, nós apenas organizamos tudo. Sabemos organizar. Nunca verá uma escola estadual normal organizada como o colégio militar.

Perguntamos quais adaptações são feitas e ele nos responde que alguns projetos que não acham interessantes não são realizados, são trocados por outros que acham mais relevantes. Citou, como exemplo, o fato de que nas outras escolas (não militares) não trabalham muito “o amor à pátria e os valores cívicos” (palavras dele) e nas escolas militares isso é primordial.

Continuamos a conversa e, como nosso objetivo é compreender como se dão os projetos de militarização, direcionamos nossa fala a essa questão. Perguntamos como uma escola pública se torna militar e ele nos diz que, para ser militar, essa mudança precisa ser aprovada em Assembleia, com votação dos deputados. Então questionamos quem elabora, por qual motivo e como se dá a escolha de uma escola para ser militarizada. O Tenente explica que a escolha depende de vários fatores, mas geralmente são escolas com problemas de violência, de drogas e de depredação do patrimônio, ou seja, segundo ele são escolas da periferia, as mais problemáticas. Também conta que não tem conhecimento de como são feitos os projetos, afirmando que o Comando de Ensino só começa a atuar após a militarização do colégio.

Sobre essa fala dele, confirmamos algo que questionamos neste trabalho: quem tem interesse na militarização? Este estudo surgiu para entender esse processo, que é anterior à chegada dos militares no colégio. Sabemos que essa chegada muda a rotina da escola, sua estrutura, a instituição passa a ter um custo para a comunidade, com farda, contribuição e materiais complementares exigidos, passa a ter polícia armada e poderíamos até afirmar que se transforma numa escola “policializada”, porque é a polícia dentro da escola. Uma polícia armada com formação e competência, pelo menos *a priori*, para lidar com a segurança pública.

⁵ Entrevista realizada em 11 de novembro de 2022, com o Tenente, no Comando de Ensino da Polícia Militar de Goiás.

O termo policialização de escolas é um conceito usado pelo autor Glauco Roberto Gonçalves no texto: A (anti) pedagogia de polícia: considerações sobre militarizações das escolas, serve evidenciar a diferença entre escolas militares comandadas pelas forças armadas das escolas geridas e ocupadas pela polícia militar.

Poderemos fazer inúmeras reflexões sobre a chegada da polícia na escola e o impacto na educação nos estudantes, professores e toda a comunidade escolar, mas existe algo anterior à chegada da polícia no colégio e precisamos saber o porquê. Há outras pessoas que colocam a polícia dentro dos colégios e precisamos entender como. Existe um longo caminho de quando uma escola é transformada em CPMG na Assembleia e, depois, gerida na prática por policiais e necessitamos compreender como se dá esse caminho. Será que quem atua na proposição de escolas militares nas unidades existentes no estado tem dimensão do impacto que causa? Será que há uma preocupação com esses alunos que não ficam nos colégios militares, os projetos dão conta disso? Se é um projeto para a escola deve contemplar a todos e existe um respaldo pedagógico nesses projetos de militarização, já que, novamente, são projetos direcionados ao ensino, voltados para as escolas. Ainda que os entrevistados afirmem, aqui, que o ensino é responsabilidade do professor, mesmo que digam que não interferem nas aulas, apenas cumprem os currículos, questionamos isso. A escola deve apenas reproduzir aquilo formalizado num currículo? Mais do que isso, na prática, as escolas militares estariam mesmo respeitando toda a liberdade de ensinar que o professor deve ter? Trouxemos, neste capítulo, várias partes do regimento interno em que vemos militares nos postos voltados para o pedagógico.

A disciplina nas escolas militares é propagada como o grande diferencial em relação às outras escolas e ela é cobrada por meio de regimentos e regulamentos, que, caso não sejam obedecidos, os alunos são punidos de acordo com as regras contidas em seus artigos e incisos. Essas penalidades existentes, correspondentes às infrações, são classificadas em transgressões leves, médias ou graves. Vejamos as posições de alguns autores sobre a disciplina. O escritor francês Michel Foucault (2014) traz grandes contribuições sobre o conceito de disciplina e seu entendimento, especialmente quando analisa a visão do bom soldado:

A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele, por um lado, uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte, por outro lado, a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece

no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação. (FOUCAULT, 2014, p. 136).

O conceito de disciplina apresentado na obra de Foucault merece reflexão, pois nos mostra dois lados da disciplina, um pelo qual se aumentam a força e a eficácia do corpo, para se conseguir um objetivo, e outro, igual em força e eficácia, mas no sentido de colocar esse corpo como dominado. Podemos considerar que a disciplina então tornaria o indivíduo um ser dominado. A quem essa dominação beneficiaria? Nos colégios militares, a disciplina cobrada, por meio dos diversos regimentos, contribui para a eficácia da dominação dos alunos, submetidos à hierarquia dos militares. Nessa perspectiva, podemos considerar os regimentos ferramentas importantes para a coação dos alunos e os colégios militares como relevantes na geração de corpos disciplinados e dominados em nossa sociedade.

Trazemos para análise um texto do *site* da Polícia Militar de Goiás:

Todos os anos, os alunos dos Colégios da Polícia Militar de Goiás são aprovados nos vestibulares mais concorridos do país e alcançam resultados extremamente positivos nas avaliações do Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (SAEGO), do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O segredo do sucesso dos Colégios da Polícia Militar de Goiás é a participação efetiva de todos os envolvidos no projeto, começando pelos alunos, a comunidade escolar, o conselho escolar, o corpo de professores e servidores e a associação de pais e mestres, unindo esforços em prol de um ideal: a melhoria da qualidade de ensino.

Por certo, o CPMG não é uma panaceia para o sistema de educação brasileiro. Ao contrário, nossa proposta é apenas figurar como mais uma das inúmeras alternativas à disposição da sociedade, com inovação e ousadia, aperfeiçoando procedimentos e práticas, mas mantendo hígidos os nossos princípios e valores, atuando num modelo de gestão híbrido de parceria entre sociedade e Poder Público que nos tem permitido atingir níveis excepcionais de qualidade de ensino. (PMGO, 2021).

Esse texto, numa leitura rápida, poderia ser sedutor por apresentar palavras como participação, ideal, qualidade, inovação e ousadia, mas é preciso revê-lo e pensar nas práticas dentro dos colégios militares.

No texto associam a melhora na qualidade de ensino com resultados do Sistema de Avaliação Educacional do Estado de Goiás (Saego), Enem e Ideb. Algo que questionamos, pois a educação não se resume a formar indivíduos fazedores de avaliações objetivas e, ainda que digam prezar pela participação efetiva de toda a comunidade escolar, a seguir citam que atuam de maneira a manter hígidos os seus princípios e valores. E perguntamos: seriam quais princípios e valores? Os da polícia, claro. Esse texto pertence à Polícia Militar de Goiás. E

problematizamos isso, já que se trata de uma polícia militarizada, que atua armada dentro das escolas, levando aos alunos concepções, princípios e valores próprios da instituição militar. É preciso pensar sobre isso e que os professores atuem no sentido de garantirem que os espaços pelo menos formais de ensino (as escolas) sejam para professores e se fundamentem em princípios educacionais e não militares.

A transferência de gestão de uma escola pública da Seduc para os militares implica numa mudança total da unidade, podendo, inclusive, gerar uma mudança de público da escola, visto que escolas militares possuem, entre outras obrigações, custos de mensalidade e fardamento, como já abordamos. Segundo Ricci (2019, p. 108), “entre as iniciativas de captura das redes públicas de ensino, a mais esdrúxula é a entrega da gestão de escolas às corporações militares”. E reforçamos, pois, além de se tornar paga, conforme verificamos, os rituais, a hierarquia, os princípios e valores da polícia passam a fazer parte da rotina escolar dos alunos.

A realidade apresenta-se cada dia mais complexa. As transformações aceleradas dos meios de comunicação trazem uma nova dinâmica para nós, professores. Precisamos acompanhar as inovações tecnológicas, e, mais do que isso, criar práticas pedagógicas que deem conta de jovens conectados e informados de acontecimentos a todo o momento e em várias partes do globo. Torna-se um desafio para nós, educadores, criarmos práticas pedagógicas que atendam à formação integral de nossos alunos, e não somente entregarmos mão de obra para o mercado de trabalho. Como professores, pensar nas práticas pedagógicas é imprescindível, porém, é preciso ir além, contextualizar essas práticas e avançar nas análises de qualidade de ensino, sem reduzir essa qualidade apenas às metodologias utilizadas pelo professor no processo de aprendizagem. Precisamos pensar em qual contexto nossas escolas estão inseridas, o que realmente necessitam os nossos alunos e quais políticas públicas são verdadeiramente eficientes, e não apenas midiáticas ou espetaculosas. Faz-se necessário pensar em qual escola o jovem ou criança quer, afinal, as escolas são espaços de formação para eles. É sabido que o indivíduo passa a maior parte do tempo da infância e da juventude dentro de uma escola, mas será que transformar esse espaço numa espécie de quartel seria a melhor opção?

Kaercher (1986, p. 36) nos diz que, às vezes, os alunos não ouvem os professores, porque o que está sendo oferecido a eles é algo muito chato, inútil ou *non sense*! Falamos para os alunos, mas não há comunicação com os alunos.

Dessa forma, podemos dizer que não é a disciplina que irá alterar o interesse do aluno pela aprendizagem, é preciso que saibamos nos comunicar com nossos alunos e a

comunicação em nada se refere à disciplina. Esse é nosso grande desafio como professores: tornar o conhecimento interessante, tirar uma formalidade de que se estuda porque tem que estudar. Como professores, o que podemos fazer é desenvolver o prazer pela leitura, pela descoberta nas diferentes ciências e áreas do conhecimento.

Nessas primeiras conversas com os oficiais responsáveis pelos colégios militares no estado de Goiás ficou claro haver uma exaltação da disciplina e ordem nos colégios militares, sendo reforçado que o “diferencial” é esse. Dizem que o pedagógico não é alterado, porém, na própria fala do Tenente há uma contradição ao relatar projetos com cunho de valorização da moral e do civismo, além do culto e amor à pátria. Assim, podemos afirmar que a transferência de gestão das escolas para os militares muda completamente a rotina dos alunos, responsáveis, professores, além da mudança na captação de recursos, que é algo a ser reforçado, pois torna-se injusta uma comparação de estrutura de uma escola militar para uma não militar. Há mudanças no que se refere às práticas pedagógicas devido à direção da escola e grande quantidade de funcionários que são servidores da Polícia Militar, e não professores com formação específica para atuarem em escolas. É possível que as práticas pedagógicas nos colégios militares confrontem as práticas de escolas estaduais públicas e gratuitas, afinal, são instituições ligadas não somente à educação.

Ricci (2019, p. 109) afirma que “[o] cotidiano do aluno é profundamente alterado e o aprendizado é substituído pela repressão e por normas rígidas de comportamento”. Conforme esse autor, [...] ele é obrigado a vestir o uniforme militar completo de estudante. Camisa para fora da calça pode gerar advertência. O corte de cabelo dos meninos segue o padrão militar e as meninas devem manter o cabelo preso. Esmalte escuro é proibido, assim como acessórios muito chamativos” (RICCI, 2019, p. 109-110).

Veremos, agora, os dados obtidos a partir do estudo de campo feito no colégio que possui projeto de militarização, mas este não se efetivou ainda. No total, são 39 colégios nessa situação e, somando-os às 60 escolas já militarizadas, temos 99 CPMG. É um número considerável para que façamos mais pesquisas e entendamos tudo que envolve esse modelo de escola.

CAPÍTULO 3 – COLÉGIO GOIÂNIA: DO PROJETO À CONCRETIZAÇÃO DA MILITARIZAÇÃO

A investigação da militarização no Colégio Goiânia, situado na região leste de Goiânia, trouxe revelações interessantes a serem comentadas neste capítulo. Desde o perfil social e econômico do alunado ao desejo ou não dos estudantes de pertencerem a um colégio comandado pela Polícia Militar são temas tratados a seguir.

3.1 O Colégio Goiânia e seu projeto político-pedagógico (PPP)

O Colégio Goiânia, como consta em seu PPP 2022, é referência na região leste de Goiânia, situando-se em um dos bairros mais populosos da cidade e contando com uma comunidade que reconhece o trabalho desenvolvido na unidade:

A comunidade estudantil atendida abrange uma faixa etária de 11anos a sem limite de idade, cursando do sétimo ano do Ensino Fundamental ao terceiro ano do Ensino Médio. Tal comunidade discente é oriunda do setor Jardim Novo Mundo e bairros vizinhos, vindos de família de classe média baixa, com uma renda baixa e pouco nível de instrução, mas em sua maioria, com ensino médio incompleto.

Apesar dos fatores internos e externos, a escola encontra-se, segundo a comunidade, num patamar de referência como exemplo de ensino de qualidade e organização. Caminhamos na perspectiva de construir uma instituição comprometida com a preparação para a vida e o exercício da cidadania. Para isso, a instituição depende da interação da família, da comunidade e do compromisso do poder público. (COLÉGIO ESTADUAL DO SETOR PALMITO, 2022).

Trata-se de um colégio com grande tradição e tempo na região, instituído pelo Decreto-Lei n.º 8.408, de 1º de janeiro de 1978, e inaugurado em 27 de março de 1980, começando a funcionar através da Lei de criação n.º 132.705, do Conselho Estadual de Educação (CEE), e Lei de autorização n.º 042, de 27 de março de 1980, com os cursos de educação infantil, sendo primeira à quarta série – hoje, anos iniciais do ensino fundamental – e os anos finais do ensino fundamental e, ainda, o ensino médio profissionalizante.

Atualmente, atende a um quantitativo de quase mil estudantes, distribuídos nos três turnos: no matutino, apenas ensino médio, no vespertino, ensino médio e os anos finais do fundamental, e à noite, apenas o ensino médio. Há um grande número de alunos e de servidores envolvidos no colégio, sessenta e cinco no total, sendo trinta e um professores e trinta e quatro administrativos.

O colégio tem história na região. Em entrevista com um dos professores, ele nos diz:

Professor 5: Esse colégio faz parte da minha vida. Eu estudei aqui “moleque” e voltei pra cá como professor. Isso não tem preço. Hoje tenho alunos aqui que os pais foram colegas. O colégio era disputado. Teve um ano que minha mãe, hoje falecida, ela ficou aqui na fila. Era bem ali [professor aponta a direção. A entrada do colégio mudou da época em que o professor falava].⁶

Percebe-se uma relação afetiva do professor com a escola. Daí a importância de se considerar os estudantes, professores e toda a comunidade escolar na militarização ou qualquer mudança na escola. Não basta um projeto vindo exteriormente à realidade da unidade escolar, é preciso um estudo em rede para saber se é desejo da comunidade, uma pesquisa com informações sobre o público atendido pelo colégio, as demandas da região, o posicionamento dos professores e demais servidores.

3.2 Um mapeamento importante: escolas públicas na região onde se situa o colégio Goiânia

O Colégio Goiânia situa-se no bairro Jardim Novo Mundo, localizado na região leste do município de Goiânia. Trata-se de uma região com alguns colégios estaduais que oferecem o ensino médio e o ensino fundamental anos finais. Vejamos quais são esses colégios, suas localizações e o que ofertam à população que necessita de um ensino gratuito. Além do Colégio Goiânia temos, ainda, outros três colégios no bairro, a saber: Colégio Estadual Joaquim Edson de Camargo, ao qual chamaremos Colégio 1; Colégio Estadual Agenor Cardoso de Oliveira, o Colégio 2; e o Colégio Estadual Vereador João Afonso Sobrinho, Colégio 3.

O Colégio 1 oferece somente ensino integral e, desse modo, o aluno trabalhador diurno não poderia estudar. O Colégio 2 é um colégio de pequeno porte, que comporta um número reduzido de alunos, pois possui apenas 7 salas, funcionando num prédio que era espaço de convivência de uma associação de moradores do bairro. Desse modo, as salas são pequenas e o espaço limitado. Oferta no matutino e noturno, o ensino médio e no vespertino, os anos finais do ensino fundamental. No Colégio 3 só é ofertado o ensino fundamental.

⁶ Professor 5, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019. Para resguardar a identidade dos professores, os chamaremos, aqui, por números.

Diante disso, podemos concluir que, com a militarização do Colégio Goiânia, a população não terá garantia de todas as modalidades de ensino no setor, e mais, os alunos que por qualquer motivo não optarem pela permanência numa instituição de ensino militarizada, e não puderem estudar no período integral, serão obrigados a estudar em outros setores.

O Colégio Goiânia hoje conta com 13 turmas no matutino e mais 6 turmas no noturno de ensino médio. A instituição de ensino mais próxima com oferta em período parcial conta com 7 salas.

O setor a que nos referimos, onde se localiza o colégio que estamos estudando, é um dos mais populosos de Goiânia. De acordo com a tabela a seguir, retirada do *site* do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

Tabela 3 – Relação dos quinze bairros mais populosos do município por Censo Demográfico – Goiânia – 1991/2000/2010

Ordem	Nome do bairro	1991	Ordem	Nome do bairro	2000	Ordem	Nome do bairro	2010
1	Jardim América	39.867	1	Jardim América	40.516	1	Jardim América	41.012
2	Jardim Novo Mundo	33.495	2	Jardim Novo Mundo	32.890	2	Setor Bueno	39.394
3	Setor Pedro Ludovico	27.352	3	Setor Bueno	30.379	3	Jardim Novo Mundo	34.021
4	Setor Central	26.782	4	Setor Oeste	26.920	4	Setor Oeste	26.519
5	Setor Oeste	26.153	5	Setor Pedro Ludovico	25.965	5	Setor Pedro Ludovico	24.890
6	Setor Bueno	25.165	6	Setor Central	24.415	6	Setor Central	24.204
7	Setor Leste Universitário	20.311	7	Conjunto Vera Cruz	20.962	7	Setor Leste Universitário	21.175
8	Parque Amazônia	19.491	8	Setor Leste Universitário	19.815	8	Parque Amazônia	20.907
9	Conjunto Vera Cruz	19.484	9	Parque Amazônia	18.163	9	Conjunto Vera Cruz	18.900
10	Setor Leste Vila Nova	17.845	10	Jardim Curitiba	18.156	10	Jardim Curitiba	17.355
11	Jardim Curitiba	17.229	11	Vila Finsocial	17.183	11	Setor Leste Vila Nova	16.460
12	Vila Finsocial	16.890	12	Parque Atheneu	16.681	12	Jardim Guanabara	16.387
13	Jardim Nova Esperança	16.731	13	Setor Leste Vila Nova	16.471	13	Vila Finsocial	16.071
14	Setor Campinas	16.361	14	Jardim Balneário Meia Ponte	16.353	14	Jardim Balneário Meia Ponte	15.709
15	Setor Sul	15.915	15	Jardim Nova Esperança	16.218	15	Jardim Nova Esperança	15.480
Total destes bairros		339.071	Total destes bairros		341.087	Total destes bairros		348.485
Porcentagem da população total		36,80	Porcentagem da população total		31,21	Porcentagem da população total		26,80

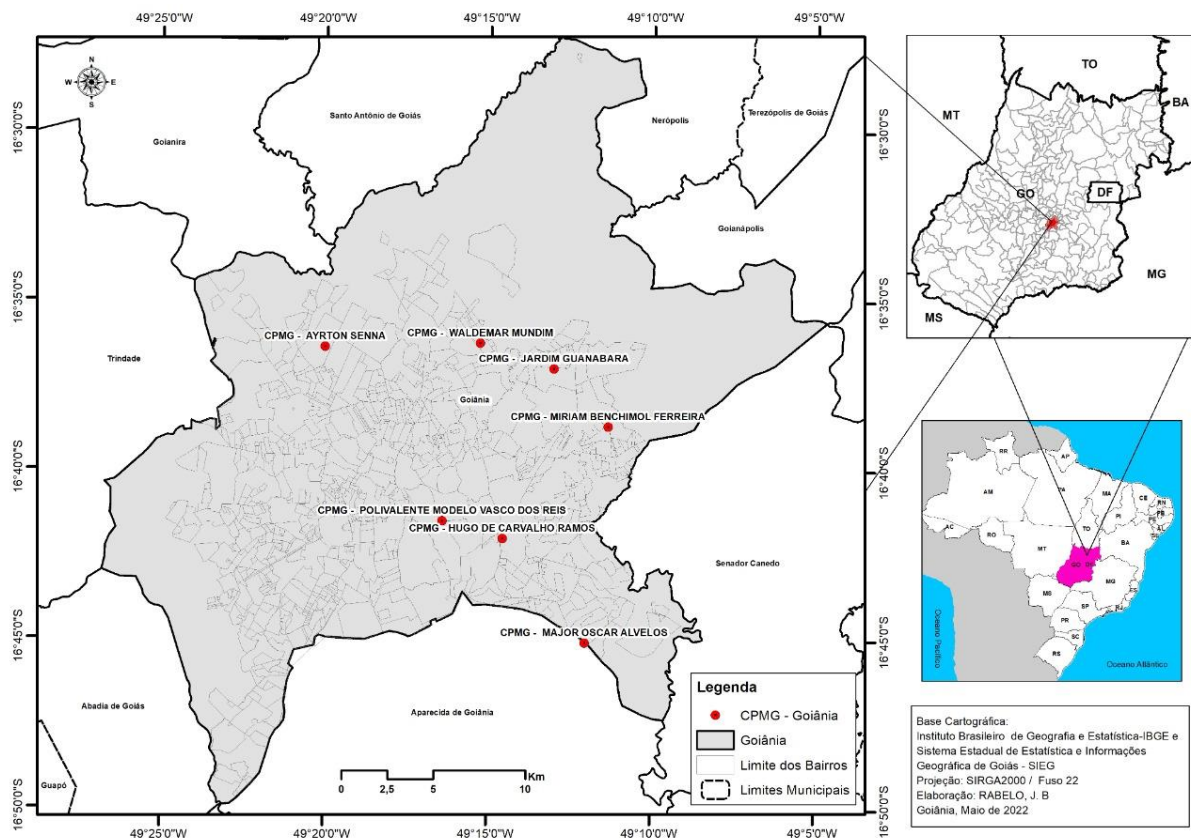
Fonte: IBGE, disponível em www.ibge.gov.br – censo 1991/2000/2010.

Elaboração: Prefeitura de Goiânia/SEMDUS/DPESE/DVPEE/DVESE.

No município de Goiânia temos um total de 7 escolas já militarizadas e uma 8ª em região conflituosa, entre Goiânia e Aparecida de Goiânia. Parte da escola situa-se num rua considerada de Goiânia e a outra, o fundo do colégio, em rua considerada de Aparecida de Goiânia.

Mapeamos essas escolas militarizadas e as mostramos a seguir:

Mapa 2 – Escolas militarizadas do município de Goiânia



Fonte: Mapa elaborado pela autora.

3.3 Os sujeitos da pesquisa: estudantes

Temos por objetivo apresentar os resultados da pesquisa e revelar algumas descobertas decorrentes da investigação realizada tanto com os estudantes, quanto com os professores e responsáveis pelos alunos do Colégio Goiânia, a fim de descobrir como foi a participação de todos os sujeitos na elaboração do projeto de militarização, o que pensam a respeito, se continuarão no colégio após a efetivação dessa militarização e qual é a visão geral que possuem sobre a gestão militar.

É interessante revelarmos o posicionamento especialmente dos estudantes, pois eles serão os mais afetados na concretização da militarização.

Os questionários foram aplicados inicialmente em 2021, porém, com o revezamento das aulas devido à pandemia causada pela Covid-19, a aplicação foi suspensa e retomada em fevereiro de 2022, quando o regime de aulas não presenciais foi finalizado na rede estadual de educação e todos os estudantes precisaram retornar de forma presencial ao colégio.

O Colégio Goiânia, como descrito em item anterior, possui alunos nos três períodos: matutino, vespertino e noturno. As turmas comuns nos três turnos são as de 1ª e 2ª séries do ensino médio. Assim, selecionamos, então, uma turma de cada turno das 1ª e 2ª séries e aplicamos os questionários.

Do total de participantes da pesquisa, tivemos, no matutino, um total de 33 participantes que responderam ao questionário; no vespertino, foram 36 alunos; e, no noturno, 28 participantes.

O questionário aplicado foi composto por uma estrutura diversificada, com perguntas objetivas e subjetivas. A primeira pergunta refere-se ao tempo em que estuda no colégio. Essa pergunta é interessante para associarmos se os alunos que entraram posteriormente ao projeto de militarização do colégio, criado em 2017, estão cientes da existência desse projeto.

Foi possível observar que, dos 97 alunos, apenas 18 estudam no colégio há mais de um ano, ou seja, mais de 81% dos alunos estão no colégio há menos de 1 ano. Perguntamos, em seguida, se o (a) participante sabe que existe um projeto de militarização no colégio para que se torne uma unidade CPMG e a maioria, 51 alunos do total, tinham ciência da existência do projeto de militarização. Ademais, pudemos perceber que mesmo os alunos que estão há menos de 1 ano no colégio e não estavam no momento da criação da militarização do colégio sabiam da mudança de gestão.

As demais perguntas do questionário foram abertas, para que o aluno discorresse sobre o tema da militarização.

Na pesquisa nos interessa aquilo que está posto de forma objetiva, por exemplo, ficará ou não no colégio, mas também é importante a visão individualizada de cada sujeito, visto que falamos de um tema polêmico, com várias condicionantes por trás.

A militarização, como já discutido, acarreta uma mudança profunda da rotina escolar: são novas regras, farda, mensalidade, ainda que seja voluntária, mudança na gestão e visão de educação a partir do momento em que, junto ao quadro de docentes, tem-se policiais fardados e armados dentro do colégio, enfim, uma mudança completa, que torna necessário pensar em cada demanda, de cada aluno e família existente na unidade escolar.

Assim, foi perguntado se o projeto de militarização foi discutido de alguma maneira com os alunos tanto no período em que foi criado quanto posteriormente. Reunimos as

respostas a esse questionamento da seguinte maneira: alunos que responderam que de alguma maneira o tema foi discutido, falado por alguém, desde professores, colegas, até a gestora do colégio, e, num segundo bloco de respostas, alunos que escreveram que não foi discutido, apenas informado por alguém ou, conforme relataram, fofocas ouvidas de que o colégio seria militar, e, por fim, de outro lado, alunos que responderam que não foi falado nada.

Dos 97 alunos que responderam, apenas 12 deles escreveram que o assunto foi discutido de alguma forma. Desse total de 12 alunos, a maioria relatou que houve discussões em sala de aula entre os colegas e os professores. Um total de 41 alunos afirmaram que não houve discussão, apenas foram informados da militarização por profissionais da escola, moradores do bairro, responsáveis ou colegas que já sabiam. Ainda, 44 estudantes afirmaram que nada foi falado sobre militarização, ou seja, não foram informados e não houve discussão sobre o assunto.

A visão que os alunos possuem de um colégio militar é fundamental para que possamos entender realmente se a militarização é um anseio da comunidade escolar, conforme tratam aqueles que propõem a militarização nos projetos apresentados à Assembleia Legislativa. Nesse sentido, questionamos os estudantes sobre a visão geral deles da escola militar.

Como se trata de uma resposta subjetiva e aberta, a agrupamos de acordo com a semelhança. Isso foi possível porque apareceu, recorrentemente, a associação entre escola militar e disciplina. Agrupamos, então, as respostas em quatro tipos: num primeiro momento, as respostas que vinculam essas instituições à disciplina, à rigidez, ao rigor e a uma escola mais organizada. Num segundo grupo de respostas, uma escola boa ou melhor, associando-a à melhora de infraestrutura. Num terceiro bloco de respostas, aqueles alunos que escreveram apenas “não sei” e, num último, aqueles que não responderam.

Tabela 4 – Visão geral dos estudantes sobre o Colégio da Polícia Militar em Goiás

Respostas	Estudantes	
	Nº	%
Uma escola melhor, uma escola boa, associada a mais disciplina, rigidez, regras, rigor, organização e infraestrutura.	53	55%
Um escola boa, associando-a a um melhor desempenho no Enem e no mercado de trabalho.	21	22%
Não souberam opinar (escreveram “não sei”).	14	14%
Não responderam a essa questão, deixando-a em branco.	09	9%
Total	97	100%

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

A análise dessa tabela nos revela algo interessante: apesar de a maioria dos alunos escreverem que a escola militar é boa ou melhor, não relacionam essa melhoria diretamente

ao conhecimento ou à aprendizagem. A maioria dos alunos se referem à escola como boa pela disciplina, rigidez, regras, organização e infraestrutura.

Começando de trás para frente, pensando na infraestrutura e organização, é preciso pontuar que as escolas militarizadas são instituições que recebem verbas e pessoal, diferentemente das demais escolas sob a gestão da Secretaria de Educação. A seguir, um comparativo para entendermos esse processo.

Quadro 5 – Comparativo entre os colégios sob o comando da Polícia Militar em Goiás e os demais colégios estaduais sob o comando da Secretaria Estadual de Educação

CPMG	Colégios Estaduais sob o comando apenas da Secretaria Estadual de Educação
A gestão é feita por militares da Secretaria Estadual de Segurança.	Gestão de professores pertencentes à Seduc eleita pela comunidade escolar.
Possui funcionários no geral, tanto da Secretaria Estadual de Educação como da Secretaria Estadual de Segurança Pública.	Possui funcionários da Secretaria Estadual de Educação.
O ingresso é feito por sorteios, por dependência de militares ou por estarem em colégios que são militarizados.	Todos os alunos podem se matricular.
Há custos com mensalidade, matrícula e material escolar, como a agenda.	Não há custos.
Possui regimento padrão escolar feito pelo comando de ensino da Polícia Militar.	O regimento é feito de acordo com a realidade de cada instituição.
O uniforme (farda) é obrigatório, assim como corte de cabelo, tênis e sapato e acessórios, ficando os custos a cargo de cada aluno.	O uniforme é recomendado de acordo com o regimento interno de cada escola. Atualmente, na rede estadual, há o fornecimento de uniforme completo aos estudantes.
Há recebimento de verbas tanto da Secretaria Estadual de Educação como da Secretaria Estadual de Segurança Pública.	Há pessoal e verbas específicas destinadas à educação.

Fonte: Quadro elaborado pela autora.

Esse comparativo nos leva a refletir que os colégios militares possuem outras condições em relação à infraestrutura e pessoal na instituição. Recebem verbas oriundas, além da pasta da educação, também da segurança e mensalidade dos estudantes, e, ainda que voluntária, há essa arrecadação que devemos considerar.

As escolas militarizadas precisam ser analisadas a partir de suas peculiaridades, como aponta Santos (2020, p. 26):

[...] elas estão sob a responsabilidade direta da sua respectiva corporação militar ou da Secretaria de Segurança Pública da unidade federativa à qual se vinculam. Essas escolas são subordinadas, no organograma administrativo do estado, à Secretaria de Segurança Pública, sendo sua administração e manutenção financeiras responsabilidades da pasta de Segurança Pública.

Quanto à resposta dos estudantes sobre desempenho no Enem e mercado de trabalho, selecionamos alguns trechos de respostas de alunos para melhor análise.

Um número considerável de alunos acha que a escola militar oferece um desenvolvimento melhor para o Enem e para o mercado de trabalho: do total de 97 estudantes, 21 associaram esses elementos à militarização de escolas.

Em primeiro lugar, precisamos questionar se o papel da escola é realmente esse de oferecer bons resultados nas avaliações externas e objetivas. As escolas são espaços de construção de conhecimento e cidadania e entende-se, aqui, que são espaços para transformação social, porém, vai além dos desempenhos objetivos: são lugares para socialização e, hoje, podemos dizer, de enfrentamento de vulnerabilidades.

Isso significa que não se pode reduzir à escola somente ao papel de desenvolvimento de habilidades e conhecimentos para avaliações externas. Além disso, não se pode responsabilizar somente essa instituição pelo sucesso num processo que ainda é seletivo, como são o Enem e demais vestibulares.

Hoje a escola assume inúmeros papéis. Selecionamos, aqui, uma capa do jornal O popular com matéria principal sobre a merenda escolar:

Figura 3 – Matéria de O Popular sobre a merenda escolar

The image shows the front page of the newspaper 'O Popular'. At the top, there is a banner for 'MAGA ZINE' and a small article about Goiás' 200th anniversary. The main headline is 'Fome faz aumentar a demanda de comida nas escolas públicas'. Below it, a sub-headline reads 'TRAGÉDIA Crianças pedem para repetir refeições com maior frequência. Unidades de ensino substituem merenda por alimentos reforçados. Aluno de 8 anos chegou a passar mal de fome na aula P13 A 15'. There is a photograph of a child in a school uniform. Other news items include 'Medidas federais provocam perdas de R\$ 3,5 bi em receita', 'Nova alta na gasolina causa forte reação', 'Carateca com Down disputa mundial na Itália', and 'PP e PT têm maior presença no interior P2'. At the bottom, there is a table with financial data and a QR code for 'CASACOR'.

HOJE		TEMPERATURA		UNIDADE		LOTOFÁCIL		LOTOMANIA		ATENIMENTO	
MAX	MIN	MAX	MIN	MAX	MIN	01 02 04 06 08 07 09 11	14 17 19 21 22 24 25	Sereno 25.40	Sereno 23.07	04 09 13 21	24 26 27 43 48 53 55 57
31°	15°	85%	25%			75 76 80 83 85 88 93 98					

Fonte: Carneiro (2022), em matéria publicada em 18 e 19 de junho de 2022.

Na reportagem, fica claro que nas instituições de ensino a demanda por alimento aumentou devido às dificuldades financeiras das famílias nos últimos anos, sobretudo durante a pandemia de Covid-19, e as escolas precisaram se adaptar.

Da mesma forma, não se pode responsabilizar a escola de forma isolada, tornando-a a única responsável pelo sucesso ou não de um estudante no Enem ou demais vestibulares. Há vários fatores e demais responsáveis, tema que não é objetivo deste trabalho, mas sobre o qual é preciso refletir.

Ainda sobre o desempenho citado pelos estudantes como algo positivo nas escolas militares, temos que as escolas militares selecionam seus alunos tanto do ponto de vista do ingresso, com seleção do corpo discente, como do ponto de vista do seu funcionamento, com cobrança de taxas aos alunos, fardamento, rituais militares, materiais didáticos complementares e regulamentos internos específicos.

Assim, cabe investigar se é o desempenho dos alunos que muda com a militarização ou se mudam os alunos da instituição. Além do desempenho, os estudantes citam o mercado de trabalho. Tivemos um trecho da resposta de um estudante: “Eu vejo que a escola militar aumenta as chances de trabalho.” Em outro questionário o estudante 12 relata: “Eu acho a escola militar melhor, se você disputa uma vaga de serviço com outra pessoa, vão escolher quem é do militar. Já aconteceu comigo.”⁷

Sobre isso, em pesquisa feita num colégio que passou pela militarização, Ferreira (2018) aponta que um número considerável de alunos prefere a escola militar por ser uma instituição melhor “vista” na contratação de jovens aprendizes.

A partir desses apontamentos, deixamos essas problemáticas como forma de pensar se existem modelos realmente ideais de escolas e a quem pode interessar essa militarização. Será que esses projetos de militarização contemplam a comunidade que irão afetar? Será que os estudantes são favoráveis e escolheram esse projeto? Os estudantes possuem uma visão definida e conseguem perceber as mudanças que ocorrem com a militarização? Há um impacto dos discursos midiáticos no posicionamento dos estudantes? Tais projetos de militarização podem ser classificados como pedagógicos ou são de outra ordem? Esses questionamentos estão presentes quando falamos de militarização e, aqui, não daremos conta de respondê-los, apenas de propor uma análise a partir do que já se tem de pesquisas e do que foi verificado com a experiência em campo.

⁷ Estudante 12, em questionário aplicado em 17 de fevereiro de 2022, no Colégio Goiânia.

Os alunos, aos serem questionados sobre a visão que possuem dos colégios militares, respondem, majoritariamente, que são escolas boas pela disciplina, pelo rigor e pela estrutura. Por outro lado, falam, em segundo lugar, no desempenho no Enem.

As duas respostas se relacionam com o que é propagado na mídia e no senso comum. As escolas militares possuem disciplina, são mais organizadas, possuem mais funcionários, têm mais infraestrutura. E, de fato, essas características estão efetivamente presentes, porém, não há um aprofundamento nessas questões.

Precisamos analisar se o alunado permanece com a militarização; se a escola permanece inclusiva, gratuita e democrática, princípios básicos da escola pública; se a verba destinada à escola é a mesma; se a quantidade de pessoal é a mesma; se estamos falando de aprendizagem ou disciplina; se foi um clamor da comunidade; se esse clamor se refere mesmo ao modelo de escola militar ou diz respeito a uma escola de qualidade, que atenda às demandas locais.

Outra resposta que chama bastante a atenção é a relação entre a escola militar e a disciplina. Ainda que possamos questionar a importância da disciplina na aprendizagem, pelas respostas dos alunos há uma forte tendência entre eles de apontar uma escola boa como aquela que possui rigor, regras e ordem.

Neste trecho percebemos isso: “Eu acho uma escola mais respeitada, que os alunos são mais obedientes, que respeitam as regras e não destroem à escola.”⁸ Ou ainda, nesta resposta: “É uma escola com mais disciplina, com consequências severas e cobranças para quem não quer estudar e atrapalhar quem quer. É meu sonho estudar em uma.”⁹

Na Dissertação de Alcionéia Teixeira, intitulada *Cenas de uma escola contemporânea: uma geração indisciplinada ou uma geração de novos sujeitos?*, a pesquisadora aponta para uma discordância entre os professores e os alunos. Enquanto os professores mostram a necessidade de uma ordenação, de um ritmo sincronizado no desenvolvimento de suas aulas, os alunos rejeitam esses princípios. “[...]. Esta nova geração precisa de liberdade de movimentos, de desafios que os impulsionem [...]” (TEIXEIRA, 2010, p. 93)

Porém, confrontando esse estudo temos as respostas dos estudantes do Colégio Goiânia quanto à visão sobre a escola militar. Assim, se voltarmos nosso olhar para a escola na atualidade, mesmo com tantas pesquisas e avanços na educação de autores como Teixeira, que apontam a necessidade dos alunos de uma escola com mais liberdade, ainda encontramos um forte resquício da escola voltada à disciplina.

⁸ Estudante 31, em questionário aplicado em 17 de fevereiro de 2022, no Colégio Goiânia.

⁹ Estudante 4, em questionário aplicado em 17 de fevereiro de 2022, no Colégio Goiânia.

Teixeira (2010) questiona modelos de escolas pautados na disciplina e no rigor, como são as escolas militares ou militarizadas. A autora aponta que os estudantes não veem sentido nas normas, nos regulamentos e na disciplina como objetivo principal dentro da escola: “Para estes sujeitos, surgidos numa racionalidade contemporânea, parece não haver sentido seguir normas e regras pré-estabelecidas pela Escola” (TEIXEIRA, 2010, p. 93). Reforçamos as palavras da autora, questionando sobre o real valor da disciplina na formação dos indivíduos e a quem serve a obediência.

No entanto, ainda há uma parcela de estudantes que acredita na disciplina como forma de facilitar a aquisição de conhecimento e melhorar o desempenho. Isso pode ser comprovado em mais este trecho retirado das entrevistas: “Eu acho a escola militar a melhor escola. Tem disciplina, regras que são úteis para vida e ajudam na nossa aprendizagem.”¹⁰

Segundo Foucault (2007), o poder disciplinar tem como efeito maior o adestramento do indivíduo. O poder disciplinar “fabrica” indivíduos e o sucesso desse sistema se dá com a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora e o exame (FOUCAULT, 2007).

Alguns alunos possuem consciência de como se dá esse processo de instituir a disciplina dentro da escola a partir desses três pontos citados por Foucault(2007).

Estudante 24: [...] Na escola militar se você não faz tudo certo, acaba perdendo. Eles ficam de olho. Meu primo estuda em uma. Você ganha nota 10 no início do ano e vai perdendo à medida que faz coisa errada. Eles ficam de olho, você sai da linha e perde. Pode perder a vaga no colégio e tem muitos na fila atrás de uma vaga. Você não ganha o alamar e outras coisas.

Em pesquisa intitulada *As escolas militares e a formação do sujeito no mundo contemporâneo*, Margrid Burliga Sauer (2017) constatou que instituições fortemente disciplinares, como era o colégio militar pesquisado pela autora, ainda têm espaço na contemporaneidade. Há muita procura por esse tipo de instituição, que visa a disciplina e objetiva os resultados no Enem e demais vestibulares. Para a autora,

[...] chegando ao fim desta pesquisa, consigo perceber que uma instituição fortemente disciplinar, como o Colégio Tiradentes, ainda encontra espaço na contemporaneidade. Também consigo perceber que se um grupo de jovens egressos do Tiradentes e de outros colégios militares obtém sucesso nos exames de avaliações de ensino médio, sejam eles nacionais como o ENEM, ou internacionais como o PISA, então o modo como avaliamos os alunos na contemporaneidade parece ainda estar em sintonia com uma educação disciplinar e mais próxima da modernidade. (SAUER, 2017, p. 88).

¹⁰ Estudante 24, em questionário aplicado em 17 de fevereiro de 2022, no Colégio Goiânia.

Nesse momento, refletimos, como proposto pela autora, como esses exames são alinhados a uma educação mais obediente, servil e ordeira, pouco criativa e libertária, e acrescentamos uma reflexão já proposta aqui, que é a de investigar quem são os alunos que permanecem ou ingressam a partir da militarização de uma escola. Seriam os mesmos que estavam na escola antes da militarização e tiveram determinado desempenho?

Complementando essa questão proposta de visão sobre colégio militar, partimos para a análise da próxima questão sobre quais mudanças o estudante acredita que terá a escola se a militarização for efetivada.

Para essa questão, apresentamos a tabela a seguir com os dados e novamente algo interessante é revelado: não há relação significativa de mudanças pedagógicas para os alunos.

Tabela 5 – Quais mudanças você acredita que existirão se a militarização deste colégio for efetivada e ele se tornar uma unidade escolar da Polícia Militar

Respostas	Nº de alunos	%
Não sei.	13	13%
Apenas que vai mudar, sem especificar.	29	30%
Estrutura da escola, limpeza, professores, faltas de professores, alunos e uniforme.	23	24%
Mudança específica apenas sobre mais respeito, mais disciplina, regras e rigidez.	31	32%
Muda o aprendizado.	1	1%
Total	97	100%

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Observando a tabela, podemos perceber que os alunos falam, no geral, que haverá mudanças. A maioria, o equivalente a 31 estudantes dos 97 entrevistados, relataram que a mudança terá relação ao respeito dos alunos, a escola terá mais disciplina e será mais organizada. Um número considerável de alunos não especificou as mudanças, mas afirmou que elas ocorrerão. Outros afirmaram que a estrutura da escola vai mudar, as regras, o uniforme, os professores e o grupo de alunos, que provavelmente serão diferentes.

O interessante, nessa análise, é que apenas um aluno especificou que haverá mudanças quanto à aprendizagem. Nas palavras do estudante: “Eu acho que muda muito. Muda as aulas. Tem mais conhecimento e os alunos têm mais aprendizado.”¹¹

Foi perguntado aos alunos se, caso seja concretizado o projeto de militarização, eles continuarão no colégio. Obtivemos os seguintes dados:

¹¹ Estudante 32, em questionário aplicado em 17 de fevereiro de 2022, no Colégio Goiânia.

Tabela 6 – Caso o projeto de militarização seja concretizado, irá permanecer no colégio?

Respostas	Estudantes	
	Nº	%
Sim	22	23%
Não	33	34%
Não sei	42	43%
Total	97	100%

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Analisando as respostas anteriores, percebemos que a maioria ainda não sabe se continuará e, do total de respostas dos participantes que não permanecerão no colégio, 33 estudantes, a maioria diz não permanecer pelos custos, citando mensalidade, uniforme e materiais.

Em números, foram 19 alunos que responderam não permanecerem pelos custos; do restante, 9 apenas contestaram não e 5 disseram que não desejam estudar em escola militar por não concordarem ou por vontade própria.

O custo da escola militar é sempre algo que chama a atenção quando falamos de escola militar. Silva (2014, p. 8) destaca o custo da escola militar como algo que impede a população mais vulnerável de ter acesso a uma instituição militarizada:

O caráter público das instituições de ensino militarizadas também pode ser problematizado na medida em que “taxas simbólicas” podem ser cobradas dos/as alunos/as, a exemplo de matrícula e fardamento militar, impossibilitando que a população em vulnerabilidade socioeconômica da região possa manter seus filhos e filhas na escola.

Podemos afirmar que a militarização da escola desrespeita o princípio da gratuidade do ensino, com a cobrança de taxas e uniformes, conforme previsto na LDB, inciso VI, que trata da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (BRASIL, 2017, p. 9).

Foi questionado aos estudantes se sabem dos custos, como uniforme (farda) e contribuição voluntária e o que acham desses custos. Eles asseguraram que sabem sim dos custos e alguns afirmaram que poderão não continuar no colégio devido às taxas, ao fardamento, entre outros.

Assim, sistematizamos as respostas e descobrimos que 100% dos participantes sabem dos custos; além disso, 68% disseram que não acham justa a cobrança de custos para se estudar na escola militarizada. Vários foram os argumentos, entre eles:

Estudante 11: Acho caro e nem todos podem pagar por isso.¹²

¹² Estudante 11, em questionário aplicado em 17 de fevereiro de 2022, no Colégio Goiânia.

Estudante 9: Acho um custo desnecessário porque a escola continua pública, o Estado que devia pagar.¹³

Por outro lado, alguns estudantes concordaram:

Estudante 15: Acho certo, porque é um direito deles de cobrar.¹⁴

Estudante 3: Acho que é caro, mas a escola terá melhorias, então quem não puder busca outra escola.¹⁵

E refletimos sobre essa última resposta de que quem não pode pagar pode buscar outra escola. Fizemos uma pesquisa quanto às escolas estaduais que oferecem as mesmas modalidades existentes no Colégio Goiânia existentes nesse mesmo bairro.

Já fizemos um retrato do bairro no qual se localiza a escola anteriormente, mas relembramos aqui: o terceiro bairro mais populoso do município de Goiânia e nele existem apenas três escolas estaduais, a saber: Colégio Estadual Joaquim Edson de Camargo, colégio integral e que, por isso, não consegue suprir as necessidades dos estudantes do Colégio Goiânia, que tem regime parcial. Ademais, o aluno do colégio integral tem um perfil diferente daquele de escola parcial.

Uma segunda escola é a Vereador João Afonso, que também se localiza no bairro e bem próxima ao Colégio Goiânia, porém, não oferece as mesmas modalidades de ensino. Nesse colégio não há o ensino médio, principal modalidade ofertada pelo Colégio Goiânia.

Por fim, a terceira escola é o Colégio Agenor Cardoso de Oliveira, que oferece as mesmas modalidades, mas com algumas ressalvas: primeiramente, não se localiza tão próximo ao Colégio Goiânia, o que poderia acarretar dificuldades de mobilidade, apesar de ser no mesmo bairro; depois, em relação à sua capacidade, informamos que tem apenas 7 salas no matutino, com ensino médio, 7 salas no vespertino, com ensino fundamental, e 7 salas para ensino médio noturno. Ou seja, trata-se de um colégio de pequeno porte, com número bem menor de alunos comparado ao Colégio Goiânia.

Atualmente, o Colégio Goiânia conta com 12 salas no matutino, com turmas de ensino médio, 7 salas no vespertino, com ensino fundamental, mais 3 de ensino médio, e à noite tem 6 turmas no ensino médio.

¹³ Estudante 9, em questionário aplicado em 17 de fevereiro de 2022, no Colégio Goiânia.

¹⁴ Estudante 15, em questionário aplicado em 17 de fevereiro de 2022, no Colégio Goiânia.

¹⁵ Estudante 3, em questionário aplicado em 17 de fevereiro de 2022, no Colégio Goiânia.

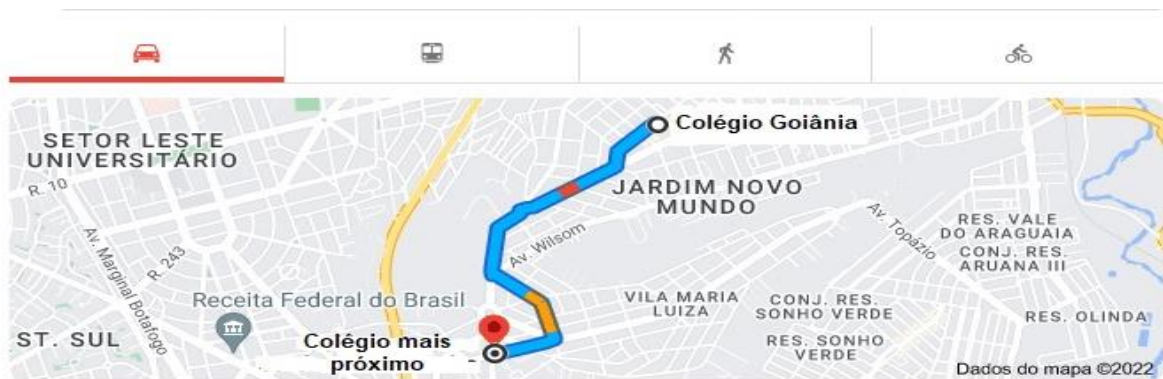
Esses números nos levam a concluir que dificilmente o colégio mais próximo do Colégio Goiânia suportaria atender a todos aqueles que não podem ou não querem estudar em uma instituição militarizada.

Não foi nosso objetivo levantar ao certo qual seria esse número, pois o objetivo principal da pesquisa é entender os projetos de militarização, mas, no percurso do levantamento de dados, nos deparamos com essas questões: há escolas suficientes próximas que poderiam atender os alunos que não desejassem a escola militarizada?

Apontamos que apenas uma escola pública oferece a modalidade de ensino médio parcial no mesmo bairro, tratando-se de uma escola de pequeno porte com capacidade máxima para atender a 7 turmas, que são alimentadas por várias escolas municipais na região que não possuem o ensino médio.

Junto a isso, colocamos a distância do Colégio Goiânia ao Colégio mais próximo: 2,3 quilômetros.

Mapa 3 – Distância do Colégio Goiânia ao colégio mais próximo



(2,3 km)

Fonte: Google Maps, adaptada pela autora.

Apesar da distância pequena, reforçamos o fato de que essa escola não conseguiria atender a demanda por se tratar de uma unidade de pequeno porte. Ademais, a maioria dos estudantes vai a pé para o colégio, logo, apesar da distância pequena, são mais de 30 minutos de caminhada.

Para finalizar, questionamos sobre o posicionamento dos familiares dos estudantes sobre a mudança do colégio para uma instituição comandada pela Polícia Militar. De acordo com as respostas dos participantes, 84% dos familiares são favoráveis e estão de acordo com a mudança de gestão e a transformação em colégio militar.

Novamente algo que chama a atenção: desses 84% que responderam positivamente, 44 afirmaram que os familiares irão gostar devido à disciplina e às regras no colégio.

3.4 Entrevistas aos docentes

Quanto aos docentes, foram 15 os entrevistados, entre professores do matutino, vespertino e noturno, de acordo com a disponibilidade em responder à entrevista, sendo eles responsáveis por disciplinas de diversas áreas do conhecimento: geografia, biologia, química, física, matemática, educação física, história, sociologia, filosofia, artes e português.

Em uma primeira visita à escola, ao final de 2019, conversamos com os professores sobre o projeto de militarização da escola. Apresentamos o projeto de pesquisa a eles e o desejo de realizar a entrevista com aqueles que concordassem.

Em 2019, ainda realizamos as entrevistas e foi possível identificar resultados interessantes e que nos geraram certa surpresa devido ao fato de acreditarmos existir, entre os docentes, certa resistência com os projetos de militarização de escolas públicas.

Ao contrário do esperado, apesar de percebermos em algumas falas certa crítica quanto à forma como chegou o projeto que militariza a escola, sem consulta e informações, muitos veem benefícios para a escola e para a comunidade em geral na efetivação da militarização.

Quanto aos resultados, dos quinze professores entrevistados, todos sabiam da existência do projeto de militarização do colégio. O tempo de trabalho na instituição variou de quatro meses a vinte anos, então mesmo professores que chegaram após o projeto ter sido criado e aprovado na Assembleia Legislativa já sabiam da existência da militarização.

A forma como souberam apareceu de maneiras diferentes: cinco professores, pelas redes sociais na época, em 2017; dois souberam a partir de colega; e o restante, oito deles, pela diretora, que os informou quando solicitou uma reunião no colégio com o coordenador regional de Goiânia para esclarecer informações sobre como se daria a implantação do projeto.

Sobre essa reunião, o relato foi de que, na época da aprovação do projeto, houve verdadeiro alvoroço sobre o assunto. Alunos, pais, professores e demais funcionários foram pegos de surpresa, pois nada se falava de militarização nesse colégio.

Segundo relatado pelos 8 professores que estavam presentes em 2017, época em que surgiu o projeto, de um dia para o outro os meios de comunicação, tanto televisão quanto redes sociais, informaram sobre a militarização do colégio.

Com a procura de novos alunos para se matricularem após a notícia, e o fato de o colégio não poder negar vagas, visto que, mesmo fora do período de matrículas, possui vagas no sistema da Secretaria de Educação, a diretora da época pediu que o coordenador regional fosse até o colégio e esclarecesse melhor a situação.

Marcados dia e hora, o coordenador regional da época, representando a Secretaria de Educação visitou a escola e, segundo contam os professores entrevistados, disse que o projeto de militarização não é de iniciativa da secretaria: trata-se de um projeto de lei como todos os outros apresentados na Assembleia Legislativa. Ademais, explicou que, no momento, as informações que ele tinha eram as mesmas que todos tinham, de que havia sido aprovado o projeto para aquela unidade escolar. A recomendação dada por ele foi de que o autor do projeto fosse procurado para prestar mais informações.

De acordo com o que apuramos, esse projeto de lei refere-se ao primeiro projeto apresentado, de autoria do então deputado na época, hoje vice-governador do estado de Goiás, Lincon Tejota.

Esse primeiro projeto consta neste trabalho nos anexos e em capítulo anterior foi analisado para que pudéssemos entender objetivo, estudo, impacto, entre outros, são apresentados, a fim de justificar o projeto para determinada escola.

Todos os professores afirmam que não foram consultados em nenhum momento sobre a militarização e que, quando souberam, o projeto estava aprovado, sem chances de poderem modificar qualquer definição. Nesse sentido, considerando essas falas dos professores, a militarização não chega de forma democrática ou coletiva. Um projeto que afeta a rotina tanto dos estudantes quanto dos docentes lotados naquela escola poderia ser colocado em discussão ou consulta para que fosse definido.

Os professores 3 e 5 discorrem sobre isso.

Professor 3: Não falaram nada pra gente. Um absurdo e desrespeito. Mas essa é sempre a atitude da Secretaria Estadual de Educação, tudo chega de cima para baixo. Eles impõem aquilo que querem.¹⁶

Professor 5: Nunca foi discutido isso de militarização conosco. Na verdade, a gente ficou sabendo pelo Facebook de um líder comunitário da região, que fez propaganda aqui que a escola seria militar.¹⁷

Perguntamos qual era a relação desse líder comunitário com a escola:

¹⁶ Professor 3, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

¹⁷ Professor 5, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

Professor 2: Não tem relação com a escola. É um cara aí possivelmente candidato a vereador e que usa como bandeira a militarização do colégio aqui.¹⁸

Professor 14: Fiquei sabendo por meio de redes sociais. No início não houve nem informação formal por parte da Secretaria de Educação. Somente depois nós fomos atrás de pessoas, de políticos, e então tivemos o projeto em mãos pra tentar entender. Nem a diretora do colégio foi informada. Os alunos não foram consultados, nem sabem se a comunidade tem condições de arcar com os custos de uma escola militar. Aqui a comunidade é carente.¹⁹

A partir dessas respostas e de todas as outras em que os docentes afirmam não terem sido consultados, podemos concluir que a proposta da escola militarizada fere princípios democráticos, como a não observância sobre a autoridade hierárquica e participativa da comunidade sobre as decisões didático-pedagógicas, normas internas e padrões disciplinares, previstos no artigo 14 da LDB:

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 2017, p. 15).

Partimos para outro questionamento sobre a permanência no colégio, caso a militarização se concretize. Assim, obtivemos as seguintes respostas:

Tabela 7 – Permanência no colégio após a efetivação da militarização do colégio

Respostas	Professores
Sim	9
Não	5
Não sei	1
Total	15

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

Para percebermos mais a visão do professor sobre a militarização, não bastou perguntar apenas se continua ou não, precisaríamos entender quais motivos levariam a essa permanência ou à mudança de escola.

¹⁸ Professor 2, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

¹⁹ Professor 14, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

Dos nove professores que afirmaram continuar, as respostas foram variadas: dois contestaram que o trabalho não mudaria com a militarização e, por isso, continuarão no colégio. Os outros sete responderam de maneiras distintas, conforme segue:

Professor 1: Confesso que continuarei por curiosidade de como funciona esse sistema de ensino com militares. Às vezes acredito que funciona pela real situação do comportamento dos jovens em sala de aula, o tamanho da falta de respeito com a classe docente, que nos deixa com baixa estima de trabalhar e realizar projetos.²⁰

Professor 3: Continuarei para conhecer melhor como é um colégio militar. Muito se fala, mas não tenho experiência em um e há relatos que é mais tranquilo, porque não perdemos tempo com indisciplina.²¹

Professor 5: Continuarei sim trabalhando, porque não tenho problemas com a militarização.²²

Professor 6: Continuarei trabalhando normalmente, porque estou perto de casa, tenho duas redes e para mim não seria interessante sair do colégio.²³

Professor 8: Continuarei sim. Acredito que, apesar de serem policiais no comando, as melhorias na escola são perceptíveis. Acaba o problema de indisciplina.²⁴

Professor 10: Continuarei porque já trabalhei em escola militar e posso afirmar, nós fazemos a parte pedagógica e os militares fazem a parte disciplinar. É bem separado e eles não interferem em nada no pedagógico.²⁵

Professor 11: Olha, eu continuarei sim. Tem essa questão de falar que os militares são exigentes e tudo, mas eu penso que pode trazer benefícios para o colégio. Ficar até mais fácil de trabalhar, sabe?! Eu já estou cansado. Aqui na região é muitos jovens infratores e muita violência. Já teve caso de agressões aqui. Eu mesmo já fui xingado. Aluno que não respeita a gente.²⁶

É possível concluir que a rigidez disciplinar, com seus rituais militares, vem ganhando adeptos não apenas entre mães ou mesmo estudantes. Entre os docentes, classe que possui formação para a crítica sob a realidade, também tem seus adeptos. Inclusive, para nossa surpresa, ficou claro, durante as entrevistas, que apesar de ter sido um projeto que chegou sem consulta ou participação dos professores, existe uma aceitação e, de certa forma, um desejo pela concretização da militarização.

²⁰ Professor 1, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

²¹ Professor 3, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

²² Professor 5, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

²³ Professor 6, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

²⁴ Professor 8, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

²⁵ Professor 10, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

²⁶ Professor 11, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

A defesa da disciplina típica de colégios militares e militarizados se constrói a partir de um discurso de que só há educação de qualidade a partir da disciplina:

No campo da educação formal, observamos que a prática pedagógica adotada na formação profissional militar – pedagogia militar – cumpre o papel da conformação psicofísica, ética e moral do trabalhador por meio da coerção. Para tal, utiliza o medo, a violência, a fim de introjetar valores pautados na hierarquia e na disciplina, próprios dos espaços da caserna. O humano que essa pedagogia pretende forjar é submisso, obediente e conformado às condições precárias e à ausência de direitos. Nesse sentido, cumpre o propósito do sistema vigente, que demanda de instituições de controle social responsáveis pela manutenção do *status quo*. Obviamente, quando aplicada à Educação Básica, esta pedagogia só faz sentido para as camadas subalternas, especialmente aquelas pauperizadas, residentes das periferias urbanas, precarizadas. (VEIGA; SOUZA, 2019, p. 17-18).

Em estudo realizado por Veiga e Souza (2019), intitulado “Pedagogia Militar: do conceito à sua aplicação”, com o objetivo de evidenciar o conceito de pedagogia militar e a forma como ela se materializa em cursos de formação de soldados, foi feito um levantamento, por meio de questionários aplicados a 983 alunos e ex-alunos do Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, no qual se observou uma crítica dos próprios militares ao modelo de pedagogia aplicado em seus colégios.

A partir dos resultados dos questionários, verificou-se grande incidência de depoimentos negativos em relação à pedagogia militar adotada e ao impacto desta na formação obtida. Constataram, portanto, que o modelo de disciplina com base no uso da pedagogia militar não é consenso nem entre os militares, fato a evidenciar que tal pedagogia não é suficiente para a captura da subjetividade humana, de tal modo que os sujeitos internalizam, cegamente, a defesa incondicional de padrões e valores militares. Essa pedagogia tem impactado negativamente boa parte dos sujeitos a ela submetidos, ainda que na formação militar de carreira (VEIGA; SOUZA, 2019, p.18).

Se a disciplina proposta pela pedagogia militar encontra problemas de aceitação e é questionada até mesmo dentre sujeitos que passaram pela formação de soldado da Polícia Militar, qual é o sentido de instituí-la à educação básica?

Cabe ressaltar, ainda, que as escolas militarizadas pela Polícia Militar são uma expressão da presença de policiais fora de suas atribuições, já que estamos falando de militarização de escolas da educação básica. Destacamos, ainda, que rituais próprios da corporação são incorporados à prática escolar, junto às práticas criadas por profissionais da educação.

Os professores que afirmam não continuar na instituição argumentam da seguinte forma:

Professor 2: Jamais continuarei no colégio. Primeiramente não acredito que lugar de polícia seja nos colégios e não ficaria pela forma que ocorreu o processo, sem participação dos mais interessados que somos nós funcionários e os alunos.²⁷

Professor 14: Não ficaria. Eu não acredito em escola sob comando da polícia. Acredito em escola pública gratuita e comandada por professores.²⁸

Professor 4: Não ficaria. Acho que não conseguiria me adaptar a esse modelo de escola e realidade. Tem uniformes e toda essa coisa de militar que não me encaixo. E os alunos daqui não conseguiriam se manter em uma escola com custo. Matricularam em uma escola pública.²⁹

Professor 9: Não, pois minha formação como cidadão e profissional é contrária ao que se prega entre os militares.³⁰

Professor 12: Não continuarei, eu não acredito em uma educação que usa o medo como forma de disciplina. A educação deve ser plena e na sua totalidade uma realização de conhecimento, amor, respeito e solidariedade. A educação deve transformar a vida de uma pessoa, e não deixá-la retraída. E meu caso é que não me aceitariam por eu ter uma orientação sexual diferente do que acreditam ser o correto. Eu não permaneceria nem se eu quisesse, o que não seria o caso.³¹

Nessas falas, percebemos uma crítica ao modelo de escola militar e uma defesa da escola pública e gratuita, uma preocupação que demonstram os professores para com os estudantes que não podem pagar. Há relatos individuais sobre o modelo militar de professores que acreditam a ele não se adaptar, bem como uma fala contundente afirmando que escola é lugar de professor, e não de policiais. Por fim, uma fala complexa, que relata uma possível não aceitação de um docente devido à sua orientação sexual.

Não podemos afirmar que essa é uma prática, porque, conforme já explicitado aqui, o presente trabalho é uma pesquisa sobre os projetos de militarização. A escola pesquisada ainda não foi ocupada por militares e não houve pesquisa em escolas já militarizadas.

Temos, neste estudo, relatos de militares do comando de ensino. Essas falas podem nos levar a uma conclusão condizente com a do professor de que a orientação sexual determinaria ficar ou não na instituição, porém, é algo que não podemos afirmar sem o aprofundamento que necessita tal afirmação.

Como forma de compreender, ainda, os projetos de militarização das escolas públicas em Goiás, questionamos aos docentes se eles saberiam dizer o porquê daquela escola ter um projeto de militarização, qual critério existiu para ser escolhida, por qual motivo aquela instituição, e não outra, e com qual objetivo fora elaborado o projeto de militarização.

²⁷ Professor 2, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

²⁸ Professor 14, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

²⁹ Professor 4, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

³⁰ Professor 9, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

³¹ Professor 12, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

Sobre essa pergunta, foi possível agrupar as respostas em apenas dois tipos, pois os professores tiveram respostas bem semelhantes. Vejamos a seguir:

Tabela 8 – Quais motivos levaram à criação de um projeto de militarização para essa escola

Respostas	Professores
Violência do bairro, uso de drogas e marginalização.	8
Interesses políticos para conseguir votos	5
Devido aos índices quantitativos que medem a educação como IDEB	2
Total	15

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

A violência, o uso de drogas e a marginalização aparecem como o principal motivo, para os docentes, para o pedido de militarização da escola.

Para conceituar violência, Sposito (2012, p. 3) assim se pronuncia:

Em uma de suas definições mais amplamente aceitas, embora seja extremamente difícil exprimi-la a partir de uma única categoria explicativa, a violência é todo ato que implica na ruptura de um nexos social pelo uso da força. Nega-se, assim, a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito. Mas a própria noção encerra níveis diversos de significação, pois os limites entre o reconhecimento ou não do ato como violento são definidos pelos atores em condições históricas e culturais diversas.

Pensando o conceito, questionamos: a violência é um problema em nossa sociedade, isso é um fato, mas ela não é originária na escola ou apenas se manifesta nesse espaço?

Outra questão que colocamos quando justifica-se a militarização de uma escola pública pela violência é: a polícia, responsável pelo combate à violência nas ruas, fora do ambiente escolar, tem obtido sucesso a ponto de levarem essa experiência para dentro das escolas?

A exigente e rígida disciplina militar vem ganhando adeptos em toda a sociedade, especialmente quando se fala no combate à violência, associando-a à indisciplina dos alunos. Veja a fala de uma docente abaixo:

Professor 3: Acredito que a militarização tem relação com o bairro ter alto índice de violência historicamente. E pensando aqui na escola, há sérios problemas de indisciplina que geram casos de violência. *A priori* foi um anseio mesmo da comunidade por causa da violência fora do bairro e dentro da escola também.³²

Para Rosa (2010), a violência no ambiente escolar pode estar relacionada, de um lado, à indisciplina, mas essa indisciplina está ligada a diversos fatores e, por outro lado, une-se a

³² Professor 3, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

comportamentos dos professores, como a falta de relacionamento com os alunos, as dificuldades em lidar com estudantes de camadas sociais diferentes, despreocupação ou falta de conhecimento com o que se ensina.

Para essa autora, no trabalho que realizou sobre violência no ambiente escolar, trata-se de uma questão multicausal e complexa, que demanda análises e estudos mais aprofundados a fim de se chegar às causas. Assim, afirma a autora, a violência deve ser entendida no âmbito cultural e psicossocial dos indivíduos, dos grupos e da sociedade.

Talvez não seja este o caminho mais fácil para entender toda a complexidade que envolve a violência dentro da escola, porém, como não se trata de um fenômeno circunscrito a uma só ordem, não é apenas incorporar disciplina e regras dentro do ambiente escolar a partir da hierarquia e rituais militares.

Por outro lado, um número considerável de professores, do total de entrevistados, acredita que se trata de interesse político. Vemos isso na fala do professor transcrita a seguir:

Professor 14: Na minha opinião o projeto tem caráter eleitoreiro. A comunidade escolar deseja uma escola melhor, mais estruturada e veem na escola militar isso. A sociedade está vivendo uma onda de violência e os pais não sabem lidar com isso, eles imaginam que a polícia pode dar conta dessa situação. A comunidade então almeja por escolas militares e os políticos criam esses projetos para angariar votos.³³

Dois professores acreditam ser um projeto imposto como uma penalidade aos índices baixos que a escola possui, índices que medem aprendizagem a partir de proficiência em português e matemática, além do fluxo escolar, em avaliações como Saego e Prova Brasil.

Por último, para finalizar a coleta de dados desse público, foi perguntado se os docentes veem o projeto de militarização como algo benéfico para a escola e, nesse questionamento, algo nos chamou a atenção.

Do total de 15 professores, três respondem diretamente que a comunidade, a escola e todos irão se beneficiar, sendo assim distribuídas as respostas: um professor diz que a disciplina melhora e, por isso, será interessante a militarização; outro relata que haverá mais recursos com materiais e, também, a escola ficará mais segura para todos, inclusive para os trabalhadores do colégio; o terceiro explica que a escola militar traz benefícios para o bairro, visto que aqueles com escolas militares são mais valorizados. Desse modo, temos três professores que apontam somente benefícios com a militarização.

O restante, 12 professores, relatam problemas, sendo que dois deles afirmam que não traz benefício algum. Seguem as respostas desses dois professores:

³³ Professor 14, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

Professor 12: Não acredito que seja benéfico não. A escola militar é excludente por natureza. Nossos alunos são carentes e não poderão arcar com ela. Além disso, temos estudantes no noturno que são trans e não serão aceitos. Temos estudantes e professores homossexuais que não serão aceitos. Os alunos serão obrigados a cortar cabelo, temos uma identidade aqui que deveria ser preservada. Temos cantores de rap, estudantes maiores de idade com tatuagem, enfim, poderiam citar inúmeras coisas. É necessário valorizar professores, construir escolas adequadas e conscientizar a sociedade da importância da escola pública.³⁴

Professor 14: Não vejo nada benéfico. A escola pública tem de ser gratuita. Começa por aí. Temos alunos aqui que chegam aqui e a primeira pergunta que fazem é: “e aí professor, qual é o lanche hoje?” e não falam para zoar não. Falam porque estão com fome. Já tivemos alunos aqui que passaram mal de fome. E aí? Esse aluno que nem jantou, chegou aqui cedo pelo lanche, será que poderá pagar? A polícia não sabe lidar com essas questões, não são sensíveis da situação dos nossos alunos. Escola pública tem de ser gratuita e ponto.³⁵

Temos um total de 10 professores relatando existir problemas com a militarização por um lado, especialmente com o fato de estudantes que não podem pagar serem excluídos, mas, por outro lado, escrevem que a militarização traz benefícios. Relatam que existe a arrecadação e, ainda, verbas complementares da Secretaria de Segurança Pública, o que implica melhorias para a escola, como reformas.

Os professores analisam o espaço do colégio, dizem que o colégio é grande e com infraestrutura bem precária, tem paredes descascadas, janelas quebradas, muros caindo, mato ao seu redor, cadeiras quebradas, piso quebrado, entre outros problemas que os professores percebem e relatam.

A totalidade desses 10 professores que veem problemas, mas afirmam também haver benefícios, dizem que a disciplina melhora com a militarização.

Dessa forma, podemos concluir que os docentes, apesar de criticarem, de certa forma, o modelo militar e estarem contrariados com a forma como foi feito o projeto de militarização, percebem que a escola poderá ser beneficiada caso esse projeto seja efetivado.

Podemos pensar que, de imediato, há uma melhora no espaço físico do colégio e a disciplina também pode ser modificada, mas ainda questionamos sobre a população mais carente, que é deslocada para escolas mais distantes, de fato gratuitas. Ademais, problemas sociais como drogas e violência não são solucionados de fato, apenas são afastados daquele lugar que a polícia ocupa diretamente. Há, além disso, outras questões mais problemáticas, como as relatadas pelo professor sobre orientação sexual, identidade dos alunos ou sobre o fato de a escola ser um espaço de enfrentamento da fome.

³⁴ Professor 12, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

³⁵ Professor 14, em entrevista realizada em 9 de dezembro de 2019.

3.5 Aspectos socioeconômicos e culturais dos jovens estudantes e participantes da pesquisa

Para sistematizar os dados recolhidos sobre quem são os sujeitos da pesquisa, apresentamos o perfil dos estudantes do Colégio Goiânia atualmente.

Os questionários foram aplicados no segundo semestre de 2021, com turmas dos três turnos, sendo 33 estudantes do matutino, 36 do vespertino e 28 do noturno. Todos são alunos do ensino médio, que é a etapa comum nos três turnos.

Tabela 9 – Perfil dos estudantes atendidos no Colégio Goiânia

Aspectos socioeconômicos e culturais	Número de estudantes	Total
1. Idade	14 anos – 08 estudantes 15 anos – 62 estudantes 16 anos – 20 estudantes 17 anos – 04 estudantes 18 anos – 02 estudantes 20 anos – 1 estudante	97 estudantes
2. Sexo	Feminino – 51 estudantes Masculino – 46 estudantes	97 estudantes
3. Setor	Setor onde se localiza o colégio – 65 Outros setores - 32	97 estudantes
4. Se declara	Negro – 19 estudantes Pardo – 55 estudantes Branco – 14 estudantes Amarelo – 1 estudante Indígena – nenhum Não responderam – 8 estudantes	97 estudantes
5. Quantas pessoas vivem em sua casa	3 pessoas – 19 estudantes 4 pessoas – 23 estudantes 5 pessoas – 21 estudantes 6 pessoas – 16 estudantes 7 pessoas – 7 estudantes 8 pessoas – 6 estudantes 11 pessoas – 3 estudantes 13 pessoas – 1 estudante 16 pessoas – 1 estudante	97 estudantes
6. Renda	Até R\$ 1.000,00 – 12 alunos De R\$ 1.000,00 até R\$ 4.000,00 – 36 alunos De R\$ 4.000,00 até R\$ 6.000,00 – 22 alunos Mais de R\$ 6.000,00 – 9 alunos Não responderam – 18 alunos	97 estudantes
7. Nível de instrução dos responsáveis	Ensino Fundamental completo – 16 Ensino médio incompleto – 29 Ensino médio completo – 21 Ensino superior incompleto – 4 Ensino superior completo – 6 Não responderam – 21	97 estudantes

(Continua)

(Conclusão)

Aspectos socioeconômicos e culturais	Número de estudantes	Total
8. Deslocamento para o colégio	À pé – 58 Ônibus – 15 Automóvel próprio da família – 6 Transporte escolar particular – 2 Outros - 16	97 estudantes
9. Participação na renda familiar	Não trabalha – 44 Trabalha e é independente-9 Trabalha, porém não é independente. Apenas contribui com a família- 38 Trabalha e é responsável pelo sustento da família - 6	97 estudantes
10. Trajetória escolar	Sempre em escola pública – 71 Parte em escola pública e escola privada- 23 Maior parte em escola privada - 3	97 estudantes

Fonte: Tabela elaborada pela autora.

3.6 A concretude da militarização diante da pesquisa em curso

O comprometimento da oferta pública da educação formal fica evidente no processo de transferência da sua gerência, tanto administrativa quanto pedagógica, para a Polícia Militar do Estado de Goiás. Nessa nova modalidade de escola, chamada de militar ou militarizada, implanta-se um modelo pedagógico que não é público, porque há cobrança de mensalidade. Há cobrança de material didático, como apostilas, livros literários e agendas. Ainda, nem todos podem pagar pelas fardas, que apresentam custo alto, e nem todos os estudantes conseguem adequar-se aos rituais militar que passam a fazer parte da rotina escolar.

Nesse sentido, durante a pesquisa, nos deparamos com a concretude do projeto de militarização. Mergulhados em analisar as entrevistas e os questionários aplicados, fomos informados, pela gestão da unidade escolar, que o projeto de militarização tinha sido aprovado.

Então o que era um projeto de militarização em fase de implantação, que constituiu toda a pesquisa, tornou-se uma realidade: a escola foi militarizada, oficialmente. Falamos oficialmente, pois, como explicado ao longo do texto, o que faz uma escola tornar-se militarizada ou não é o projeto de lei que transforma a gestão escolar e que precisa ser aprovado. Apesar de termos 60 escolas com projetos já implantados, há outras 39 em fase de implantação, ou seja, possuem projetos que ainda não foram votados.

Colocamos, aqui, questionamentos sobre esses projetos, porque são elaborados por deputados e aprovados em Assembleia Legislativa, na maioria das vezes sem nem mesmo o conhecimento da comunidade escolar.

Quando pontuamos isso, não queremos dizer a favor ou contrário a um projeto de militarização, apenas confrontamos o fato de um projeto que modifica a rotina escolar, transforma a gestão, tira professores do comando, passando-o a militares, e passa a funcionar com novas regras, como uso de fardamento e cobrança de mensalidade. Também questionamos a ação de esse projeto não passar pela aprovação da comunidade, de não ter sido ouvida a opinião dos estudantes e de todos os funcionários envolvidos no dia a dia escolar.

Para entendermos, então, a realidade da militarização do Colégio Goiânia, vamos explicitar o que ocorreu.

Ao final do mês de junho, última semana de aula, fomos informados, pela gestora, de que o projeto de militarização havia sido aprovado na Assembleia Legislativa. A gestora demonstrou surpresa e pouco conhecimento de como isso ocorrera. Partimos, novamente, para novas buscas, mesmo em fase final do trabalho, com toda a pesquisa e coleta de dados já feitas, inclusive a aplicação do produto educacional, que apresentamos no Apêndice A.

Encontramo-nos com o deputado que propôs a emenda parlamentar para militarização do Colégio Goiânia a matéria a respeito, conforme foto abaixo. Deixamos registrado aqui que apesar do encontro, não foi permitido gravarmos entrevista, não foi autorizada a pesquisa e participação por parte do deputado que apresentou a emenda.

O deputado apenas nos informou que apresentou o projeto, porém ele tem conhecimento e atuação no legislativo e não na educação, assim não poderia informar nada que acrescentasse na pesquisa. Nos orientou que as informações sobre os colégios militares deveriam ser investigadas no Comando de Ensino da Polícia Militar. E apesar de explicarmos que nosso objetivo era entender os projetos e quem faz a propositura dos projetos, ele finaliza a conversa informal dizendo que deveríamos procurar a Seduc. Confirmou que não possuía qualquer interesse em participar da pesquisa e com respeito agradecemos a atenção.

Sobre a aprovação que efetivou a militarização no Colégio Goiânia, trata-se de uma emenda, um aditivo acrescentado a um projeto de lei que em nada se relaciona à militarização de escolas públicas, o popularmente chamado de projeto “jabuti”, ou seja, um projeto de grande importância, porém, “escondido” entre as linhas de outro projeto.

O projeto de lei que estava em discussão era de outra ordem, referente a transporte escolar e, junto a esse projeto de lei, acrescentou-se, sem justificativa, a emenda para militarização do Colégio Goiânia.

O primeiro projeto de militarização do Colégio, projeto de lei de n.º 379, de 5 de setembro de 2017, com autoria de outro político, deputado estadual na época, Lincoln Tejota, tinha sido arquivado. O motivo do arquivamento é que o parecer do relator foi contrário à matéria depois de parecer apresentado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, afirmando não ter pessoal (militares aptos) para nomear para novos colégios militarizados.

Agora, em 2023, especificamente no mês de junho, foi aprovado projeto com emenda que tornou o Colégio Goiânia militarizado, o que para nós chamamos de policializado já que transfere à Polícia Militar de Goiás à gestão do colégio.

Após a aprovação do projeto visitamos a unidade escolar no dia de reunião com a comunidade para informar sobre a militarização, aconteceu no final do mês de junho. Na reunião o deputado que fez a emenda esteve presente e anunciou a militarização. Como não foi autorizado à divulgação das fotos retiradas no dia, não publicaremos aqui os registros.

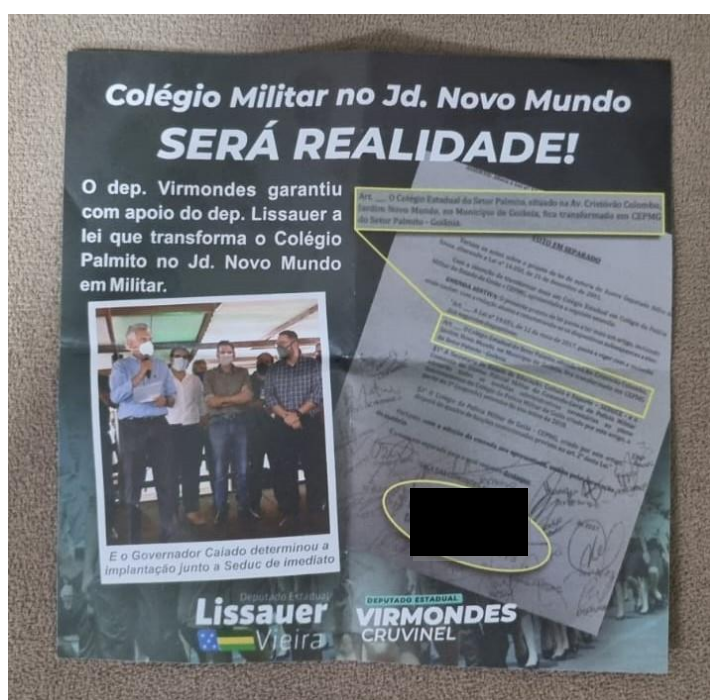
Ainda no dia da reunião avistamos duas importantes situações. Nas ruas próximas à unidade escolar faixas que indicavam a militarização do Colégio Goiânia e a distribuição de panfletos com a divulgação que agora a região contaria com colégio militar.

Figura 4 – Faixa próximo ao Colégio Goiânia sobre a militarização do colégio



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 5 – Panfleto entregue durante reunião para comunicação da militarização do Colégio Goiânia



Fonte: Arquivo pessoal

Diante das fotos apresentadas e após toda pesquisa com os projetos de militarização nos colocamos a pensar se as militarizações atendem demandas pedagógicas, se são criadas com intuito de realmente oferecer mais um modelo de escola e assim contribuir com uma diversidade de escolas na rede estadual ou se a militarização surge a partir de uma intenção eleitoreira envolvendo o legislativo especialmente em ano eleitoral como foi o ano de 2023.

Ter mais de um modelo de escola em uma rede de educação é interessante, temos alunos que se adaptam em escolas integrais, temos alunos que não. Temos alunos filhos de militares que gostariam de conviver com os rituais militares e que podem custear esse modelo de escola, temos alunos que não. Porém vemos um aumento desproporcional das militarizações de escolas públicas deixando aqueles que não possuem desejo e nem condições para isso sem escolas próximas às suas moradias. Já mostramos no trabalho que existem custos com materiais como agendas, custos com fardamento e a contribuição que apesar de ser voluntária, tudo isso, se torna um impedimento para que o estudante fique num colégio militarizado. Acrescenta-se à isso, as questões subjetivas. Não entraremos na atuação da polícia, porém vimos pelos questionários aplicados que temos alunos que não possuem vontade, ao contrário, rejeitam a presença de policiais armados dentro do colégio.

A escola militar acaba por representar a negação da escola pública, inclusiva e democrática, por isso é tão importante confrontarmos a existência e o aumento dessas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a militarização de escolas públicas precisa ser ampliada. Faz necessário sair do abstrato para o concreto. Entender quem, de fato, militariza, o porquê e para quem serve a militarização.

Nesse sentido, é preciso definirmos o papel da polícia e da Secretaria de Segurança Pública, assim como do professor e da Secretaria de Educação, bem como distinguirmos a formação de um professor, preparado para estar e atuar com a aprendizagem e formação integral dos indivíduos, da formação da polícia, preparada para outro papel.

Objetivamos, nesta dissertação, trazer alguns questionamentos e diálogos com autores que discutem a temática, a fim de compreender a escola que passa pelo processo de militarização.

Buscamos, ainda, entender quem são os responsáveis pelos projetos de militarização das escolas, o que pretendem, como surgem, com quais objetivos e quais relações possuem com a escola, com a comunidade e com o pedagógico.

Embora os projetos de militarização tenham surgido dentro da polícia, ao atender a uma demanda de escola para filhos de militares, hoje podemos afirmar que a expansão desse modelo de escola é de responsabilidade dos Poderes Legislativo e Executivo, que apresentam leis que transformam escolas públicas em colégios militarizados.

A própria polícia tem sido colocada à margem desse processo à medida que não escolhem as escolas ou o momento da militarização. Prova disso é que existem projetos de militarização vetados na Assembleia Legislativa devido a parecer desfavorável à militarização pela própria Secretaria de Segurança Pública de Goiás.

Temos no total, hoje, sessenta colégios militarizados comandados pela Polícia de Goiás e todos eram colégios estaduais que tiveram sua gestão interrompida para implantação da gestão militar. Dos colégios atuais, chamados de militares CPMG, nenhum foi construído para ser militar. Isso traz uma reflexão de que já existia, no colégio militarizado, um grupo de alunos, servidores e responsáveis, então a comunidade e, especialmente, os alunos, precisam participar ativamente da escolha ou não de uma transferência de gestão.

A polícia militar ocupa e passa a gerir um colégio que já está em funcionamento. Com objetivo de demarcar, inclusive, essa presença da polícia, propomos, aqui, que essas escolas estaduais em Goiás sejam chamadas de colégios policializados, e não militarizados. A denominação de colégio militar pode transparecer um sentido mais amplo, já que são várias instituições militares, mas o que ocorre na rede estadual é a transferência da gestão

exclusivamente para a Polícia Militar do estado, em parceria com a Secretaria Estadual de Educação.

Diante da expansão desse modelo de escola, questionamos o papel dos profissionais que passam a ser responsáveis pela formação dos alunos, no caso, a polícia, e questionamos, ainda, como esse projeto tira da responsabilidade do Estado o oferecimento de um serviço essencial, que é o da educação. A responsabilidade da melhoria de infraestrutura, dos materiais didáticos e da organização da unidade transfere-se à comunidade escolar através da contribuição paga por cada família. Acrescenta-se a isso o uso do fardamento e materiais escolares complementares, como agenda, que passam a ser cobrados pela unidade, o que acarreta a exclusão de uns e possível mudança de público atendido pela unidade escolar.

Questionamos, também, um princípio básico da educação pública, que é a gestão democrática. A gestão militar é nomeada, e não eleita dentro da comunidade. Inclusive, após a militarização, há o afastamento da gestão, do profissional eleito, e este é substituído pelo militar.

Outro ponto aqui debatido é a participação da comunidade e, especialmente, dos alunos na decisão sobre a militarização de uma escola. Os alunos são os mais afetados numa militarização. A transferência de gestão das escolas para os militares muda completamente a rotina de alunos, responsáveis, professores. Há mudanças no que se refere às práticas pedagógicas em virtude da direção da escola e grande quantidade de funcionários serem servidores da Polícia Militar, e não professores com formação específica para trabalharem em escolas. É possível que as práticas pedagógicas nos colégios militares confrontem as práticas de escolas estaduais públicas e gratuitas, afinal, são instituições ligadas não somente à educação.

Ricci (2019, p. 109) afirma que “[o] cotidiano do aluno é profundamente alterado e o aprendizado é substituído pela repressão e por normas rígidas de comportamento”. Conforme se lê, “[...] ele é obrigado a vestir o uniforme militar completo de estudante. Camisa para fora da calça pode gerar advertência. O corte de cabelo dos meninos segue o padrão militar e as meninas devem manter o cabelo preso. Esmalte escuro é proibido, assim como acessórios muito chamativos” (RICCI, 2019, p. 109-110).

O aluno estava na escola anteriormente à militarização, então precisa ter a opção de escolher se é o que deseja, se é o que a comunidade almeja. Apesar de muitas vezes o desejo da comunidade ser levado pelo discurso da mídia – ao dizer que os colégios militares possuem um desempenho melhor nas avaliações externas e objetivas, como Ideb e Enem –, ainda assim precisam deixar a comunidade falar e, especialmente, os alunos opinarem.

Esse modelo de escola nos revela uma elitização e diferenciação perversa das escolas estaduais em Goiás, pois há mudança na captação de recursos, acrescentam-se verbas e funcionários de outro órgão, além da pasta da educação, e, ainda, a mensalidade. Isso faz com que seja injusta uma comparação de estrutura, principalmente física, de uma escola militar para uma não militar.

Desse modo, entendemos que os projetos de militarização das escolas públicas apresentam-se como uma ameaça à educação pública. Isso porque, com a mensalidade cobrada a partir do momento em que o colégio se torna CPMG, o princípio da gratuidade é quebrado. A indicação para diretor fere o princípio da democracia. Assim, abrem-se caminhos para outros espaços de apropriação da escola pública, espaço para a terceirização ou a privatização.

A comparação feita entre os dois modelos de escolas, a militar e a não militar, não pode ser apenas a partir dos resultados objetivos e da disciplina dos alunos, sem levar em consideração a existência de um perfil de aluno e familiares existentes dentro dos colégios militares, diferentes das demais unidades da rede estadual.

Com a expansão das escolas militares sob o discurso de que são escolas de qualidade, com bons resultados, há uma inversão do cumprimento das obrigações legais do estado em relação ao oferecimento de uma educação pública de qualidade, que seja inclusiva, gratuita e para todos. Questionamos, então: por que não se investe em estrutura física em todas as unidades escolares da rede pública ao invés de jogar para as famílias contribuições ditas voluntárias sobre um serviço que deve ser oferecido pelo estado? Por que não trazer para as escolas mais autonomia, como possuem as escolas militarizadas, a fim de atender as especificidades de cada comunidade? Por que não implementar uma política de qualificação profissional entre os professores, inclusive com reconhecimento salarial, ao invés de criar cargos comissionados à polícia para assumir o papel de um professor dentro de uma escola?

Um dos objetivos da pesquisa foi pensar sobre a formação nas escolas militarizadas. Estariam se formando miniquartéis dentro de unidades escolares? A formação da escola possui vários objetivos, contudo, difere-se da formação e dos rituais militares. Qual é o objetivo dessa formação militar dentro das escolas? Dos ensinamentos da hierarquia e rigidez militar para crianças e jovens em formação? O que a polícia e os Poderes Executivo e Legislativo pretendem ao formar novas subjetividades entre estudantes da rede pública?

Apesar de professores continuarem responsáveis pela aprendizagem, estão sob uma gestão de profissionais da segurança pública. Além disso, a hierarquia militar é implantada, o que afeta o pedagógico. Mostramos, ao longo da pesquisa, partes do regimento e notamos um

limite rígido, desde comportamento, vestimenta, até manifestações dos estudantes. Não se considera a identidade dos estudantes; também há códigos e símbolos militares que antes não pertenciam ao cotidiano das crianças e dos jovens.

Essas e outras foram inquietações apresentadas em todo o trabalho, as quais não pretendemos responder, tampouco abafar. Ao contrário, a intenção da pesquisa é despertar para novas discussões sobre a temática, a fim de ampliar as discussões não somente nos ambientes acadêmicos, mas também nas escolas, entre os responsáveis e até nos ambientes não formais de educação.

Para ampliar essa discussão, propomos um produto educacional a partir da pesquisa realizada, pois o mestrado profissional prevê a elaboração de um produto e, como intencionamos aqui o debate da temática, além das instituições acadêmicas, elaboramos um material informativo sobre os projetos de militarização de escolas públicas em Goiás (ver Apêndice A).

Esse material informativo destina-se especialmente aos professores, estudantes e familiares da rede básica de educação. Com linguagem simples e objetiva, apresentamos o que é um projeto de militarização, como ele surge, quem propõe e o que muda numa escola quando é militarizada pela polícia no estado de Goiás.

Como professora da rede básica há mais de 15 anos, sentimos a necessidade de essa discussão sair da escola, ser iniciada entre os alunos, afinal, são professores e estudantes os principais afetados quando se tem uma mudança na gestão e organização da escola. Nesse sentido, esses indivíduos precisam assumir o protagonismo quando o assunto for o espaço no qual atuam e ao qual pertencem. A formação e o conhecimento são precedentes para atuação em qualquer espaço.

A militarização não é isolada. Não ocorre apenas em uma localidade ou mesmo em uma rede específica. Temos escolas militares federais, estaduais e municipais. Mais recentemente, até escolas militares privadas. É um fenômeno que precisa ser explorado e cujo alcance deve ser verificado.

Por fim, deixamos aqui registrado que a disciplina e o rigor tão presentes nas instituições militares não podem ser entendidos como sinônimo de aprendizagem ou conhecimento, ainda mais no momento em que vivemos, com tantos desafios na educação. O rigor e a obediência tão exaltados pelos militares não garantem a formação do indivíduo, que precisa ser cada vez mais autônomo e articulado, além de capazes de lidar com situações inesperadas num mundo cada vez mais fluido como este da pós-modernidade.

REFERÊNCIAS

- ALEGO – Assembleia Legislativa de Goiás. **Lei n.º 19.880, de 1º novembro de 2017.** Aprova a criação de dez Colégios Militares. Goiânia: Assembleia Legislativa, 2017. Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/89042/aprovada-criacao-de-dez-colegios-militares>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- ARROYO, Miguel G. Currículo e a pedagogia de Paulo Freire. *In*: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Educação. **Caderno pedagógico 2: Semana Pedagógica Paulo Freire.** Porto Alegre: Corag, 2001. p. 42-54.
- BORDIN, Marcelo. A ideia de nação e a hipermilitarização: aspectos sociológicos e políticos. **Revista NEP-UFPR (Núcleo de Estudos Paranaenses)**, Curitiba, v. 3, n. 3, p. 284-294, agosto 2017.
- BORDIN, Marcelo. **A guerra é a regra: hipermilitarização da segurança pública, da vida e do cotidiano.** 2020. 259 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A educação popular na escola cidadã.** Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 3 dez. 2022.
- BRASIL. **LDB – Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** Edição atualizada até março de 2017. Brasília: Senado Federal, 2017. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf. Acesso em: 10 dez. 2022.
- CALLAI, Helena C. O ensino de Geografia: recortes para análise. *In*: CASTROGIOVANNI, Antônio C.; CALLAI, Helena C.; KAECHER, André N. (org.). **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões.** 3. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Associação dos Geógrafos Brasileiros – Sessão Porto Alegre, 2001. p. 57-64.
- CARNEIRO, Mariana. Fome de alunos faz aumentar demanda de comida nas escolas públicas de Goiás. **O Popular**, 17 de junho de 2022. Disponível em: <https://opopular.com.br/noticias/cidades/fome-de-alunos-faz-aumentar-demanda-de-comida-nas-escolas-p%C3%BAblicas-de-goi%C3%A1s-1.2475424>. Acesso em: 20 jul. 2022.
- COLÉGIO ESTADUAL DO SETOR PALMITO. **Projeto Político Pedagógico.** Goiânia, 2022. [documento interno].
- CRUZ, Leandra Augusta de Carvalho Moura. **Militarização das escolas públicas em Goiás: Disciplina ou medo?.** 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-

Graduação *Stricto Sensu* em História, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia-GO, 2017.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 10. ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2006.

FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. **“Gestão militar” da escola pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia**. 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. “Estudo de caso”, no falso conflito entre “pesquisa qualitativa” e “pesquisa quantitativa”. **Inter-Ação**, v. 14/15, n. 1-2, p. 1-6, jan./dez. 1990/1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 67 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido** – Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOIÁS. **Lei n.º 8.125, de 18 de junho de 1976**. Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Goiânia: Assembleia Legislativa, 1976. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/86680/pdf>. Acesso em: 7 dez. 2022.

GOIÁS. **Lei n.º 8.408, de 19 de janeiro de 1978**. Dispõe sobre a criação de estabelecimento de ensino. Goiânia: Assembleia Legislativa, 1978. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/87449/pdf>. Acesso em: 10 dez. 2022.

GOIÁS. **Lei n.º 14.050, de 21 de dezembro de 2001**. Dispõe sobre a criação, instalação e transferência de Unidades na Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Goiânia: Assembleia Legislativa, 2001. Disponível em: http://www.gabinetecivil.goias.gov.br/leis_ordinarias/2001/lei_14050.htm Acesso em: 26 de jun. 2019.

GOIÁS. **Lei n.º 18.556, de 25 de junho de 2014**. Dispõe sobre a criação do Colégio da Polícia Militar de Goiás –CPMG– que menciona e dá outras providências. Goiânia: Assembleia Legislativa, 2014. Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/90778/pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

GOIÁS. **Lei n.º 18.967, de 22 de julho de 2015**. Dispõe sobre a transformação das unidades de ensino que especifica em Colégios Militares e dá outras providências. Goiânia: Assembleia Legislativa, 2015. Disponível em:

<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/93361/pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

GOIÁS. Portaria PM – GAB n.º 0604, de 19 de novembro de 1998. Ativa o Colégio da Polícia Militar de Goiás e dá outras providências. *In*: GOIÁS. Polícia Militar de Goiás. Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa. **O Anhanguera – história da Polícia Militar de Goiás**, ano I, n. I, jan. 1999. Goiânia: Grafopel Gráfica e Editora, 1999.

GOIÁS. Assembleia Legislativa. Governo veta criação de colégios militares em Goiânia e Barro Alto. **Alego**, 2 de março de 2018. Disponível em: <https://portal.al.go.br/noticias/ver/id/157517/governo+veta+criacao+de+colegios+militares+em+goiania+e+barro+alto>. Acesso em: 22 ago. 2019.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GONÇALVES, Glauco Roberto. A (anti)pedagogia de polícia: Considerações sobre a militarização das escolas. *In*: LIBÂNEO, José Carlos *et al.* (org.). **A didática frente aos dilemas da educação: compromissos políticos e pedagógicos**. Anápolis, GO: Editora UEG, 2021.

GRELLET, Fábio. Direção de escola cívico-militar no Rio é exonerada após críticas a cerimônias com alunos. **Terra**, 25 de maio de 2021. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/direcao-de-escola-civico-militar-no-rio-e-exonerada-apos-criticas-a-cerimonia-com-alunos,c7624f276ed33dfa8d678248c55a9a21va3mxt0y.html>. Acesso em: 2 dez. 2022.

KAERCHER, Nestor A. A Geografia escolar: gigantes de pés de barro comendo pastel de vento num *fast food*. **Geografia e ensino: Terra Livre**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 27-44, 1986.

OLIVEIRA, Dijaci David de. Quem quer manter a ordem? A ilegalidade da militarização das escolas em Goiás. *In*: OLIVEIRA, Ian Caetano; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas. **O estado de exceção escolar: uma avaliação crítica das escolas públicas militarizadas**. [s.l.]: Escultura, 2016.

PARO, Vitor Henrique. Administração escolar e qualidade do ensino: o que os pais ou responsáveis têm a ver com isso? *In*: BASTOS, João Batista (org.). **Gestão democrática**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001.

PIAGET, Jean. **Os pensadores: a epistemologia genética. Sabedoria e ilusões da filosofia; Problemas de psicologia genética; Jean Piaget**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro, Zilda Abujamra Daeir e Celia E. A. Di Piero. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PINHEIRO, Verálícia. A espetacularização da educação moral dos Colégios Militares. **Reveli**, Goiânia, v. 8. n. 1, abr. 2016.

PIRES, Carolina. CEPAE/UGF é a melhor escola pública de Goiás. **UGF**, 5 de maio de 2016. Disponível em: <https://www.ugf.br/n/91950-cepae-ugf-e-a-melhor-escola-publica-de-goias>. Acesso em: 10 nov. 2021.

PMGO – Polícia Militar do Estado de Goiás. Comando de Ensino Policial Militar. Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás. **Regimento Interno**. Disponível em: https://www.portalcepmg.com.br/wp-content/uploads/2018/03/regimento_interno.pdf. Acesso em: 7 set. 2021.

PMGO – Polícia Militar do Estado de Goiás. **Colégios Militares**. Disponível em: <https://www.pm.go.gov.br/ao-cidadao/colegios-militares-2>. Acesso em: abr. 2021.

RICCI, Rudá. A militarização das escolas públicas. *In*: MARIANO, Alessandro Santos; CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie**: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROSA, Fabiana Teixeira. Pesquisas Educacionais em Colégios Militares do Brasil: Estado da Arte. *In*: COLÓQUIO ENSINO MÉDIO, HISTÓRIA E CIDADANIA, VIII., 2012, Florianópolis. **Anais [...]**. Santa Catarina: UDESC, 2012. v. 2.

ROSA, Maria José Araújo. Violência no ambiente escolar: refletindo sobre as consequências para o Processo Ensino Aprendizagem. **GEPIADDE**, Itabaiana, ano 4, v. 8, p. 143-158, jul.-dez. 2010.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das Escolas Públicas no Brasil**: expansão, significados e tendências. 2020. 442 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.

SANTOS, Rafael José da Costa. **A militarização da escola pública em Goiás**. 2016. 131 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

SAUER, Margrid Burliga. **As escolas militares e a formação do sujeito no mundo contemporâneo**. 2017. 235f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2017.

SILVA, Amanda Correia da, ARAÚJO, Edna Rodrigues. **A militarização das escolas públicas**: vantagens e desvantagens trazidas pela disciplina e hierarquia militar. 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/bitstream/123456789/992/1/SILVA%2C%20Correia%20da%20Amanda.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2019.

SILVA, Elder Sales da. Aplicação na formação humana – uma impressão retrospectiva e panorâmica do papel educacional do Cepae em duas décadas. **Revista Solta a Voz**, v. especial, p. 175-179, 2010. Disponível em: <https://revistas.ugf.br/sv/article/view/12755/8332>. Acesso em: 3 dez. 2022.

SILVA, Jorge da. Militarismo. *In*: SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio Alves (orgs.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador, BA:

Universidade Federal da Bahia – EDUFBA, 2014. p. 349-362. Disponível em: https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/publicacoes/PDF/C1%C3%A1udio%20Furtado_1.pdf. Acesso em: 15 jun. 2016.

SILVA, Odália Santana Ferraz. Os ditos e os não-ditos do discurso: movimentos de sentidos por entre os implícitos da linguagem. **Revista Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade**, [s.l.], v. 13, n. 14, p. 39-53, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/2317-1219rf.v13i14.3007>. Acesso em: 6 dez. 2022.

SPOSITO, Marília Pontes. A instituição escolar e a violência. **Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo**, 2012. Disponível em: http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/spositoescolaeviolencia.pdf/at_download/file. Acesso em: 19 jan. 2020.

TAVARES, Francisco Mata Machado. Quem quer manter a ordem? A ilegalidade da militarização das escolas em Goiás. In: CAETANO, Ian de Oliveira; VIEGAS, Vitor (org.). **Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das escolas militarizadas**. Aparecida de Goiânia: Escultura Produções Editoriais, 2016. p. 53-65.

TEIXEIRA, Alcionéia. **Cenas de uma escola contemporânea: uma geração indisciplinada ou uma geração de novos sujeitos?** 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Luterana do Brasil, Canoas, 2010.

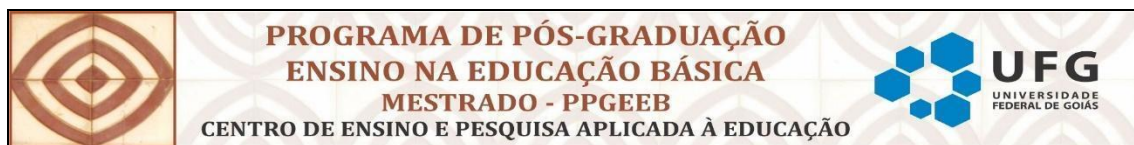
TEIXEIRA, Anísio S. **Educação não é privilégio**. 7. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

TIBURI, Márcia; CASARA, Rubens. Ódio à inteligência: sobre o anti-intelectualismo. **Revista Cult**, 12 de outubro de 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/50931-2/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

VEIGA, Célia Cristina Pereira da Silva; SOUZA, José dos Santos. Pedagogia Militar: do conceito a sua aplicação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 19, n. 1-22, e019045, 2019.

VELOSO, Ellen Ribeiro; OLIVEIRA, Nathália Pereira. Nós perdemos a consciência? Apontamentos sobre a militarização de escolas públicas estaduais de ensino médio no estado de Goiás. In: OLIVEIRA, Ian Caetano; SILVA, Victor Hugo Viegas de Freitas. **O estado de exceção escolar: uma avaliação crítica das escolas públicas militarizadas**. Aparecida de Goiânia: Escultura, 2016.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Apêndice A – Produto educacional

JOCELANE BATISTA RABELO

MATERIAL INFORMATIVO:

Projetos de militarização de escolas públicas em Goiás

GOIÂNIA

2023

JOCELANE BATISTA RABELO

MATERIAL INFORMATIVO:

Projetos de militarização de escolas públicas em Goiás

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica.

Linha de Pesquisa: Concepções teórico-metodológicas e práticas docentes.

Orientador (a): Prof. Dr. Glauco Roberto Gonçalves.

GOIÂNIA

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Rabelo, Jocelane Batista

Material Informativo [manuscrito] : Projetos de militarização de escolas públicas de Goiás / Jocelane Batista Rabelo. - 2023.

XXXII, 32 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Glauco Roberto Gonçalves.

Produto Educacional (Stricto Sensu) - Universidade Federal de Goiás, Centro de Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2023.

Bibliografia.

1. Militarização. 2. Escola pública. 3. Formação. I. Gonçalves, Glauco Roberto, orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

CENTRO DE ENSINO E PESQUISA APLICADA À EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO E DO PRODUTO EDUCACIONAL

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano 2023, às 14:00 horas, via teleconferência, foi realizada a **Defesa da Dissertação** intitulada **Projetos de Militarização de Escolas Públicas do Estado de Goiás: um olhar sobre a cidade de Goiânia**, e do Produto Educacional intitulado: **MATERIAL INFORMATIVO: PROJETOS DE MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS EM GOIÁS**, pela discente **Jocelane Batista Rabelo**, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em Ensino na Educação Básica. Ao término da defesa, a Banca Examinadora considerou a Dissertação e o Produto Educacional apresentados **APROVADOS**.

Área de Concentração: Ensino na Educação Básica.

Proclamado o resultado, o(a) Presidente encerrou os trabalhos e assinou a presente ata, juntamente com os membros da Banca Examinadora.

Prof. Dr. Glauco Roberto Gonçalves (CEPAE/UFG) –presidente,

Prof. Dr. Danilo Rabelo (CEPAE/UFG)(UEG) – membro externo,

Prof. Dr. Rafael Saddi (UFG) -membro externo,

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Rabelo, Professor do Magistério Superior**, em 24/02/2023, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Glauco Roberto Gonçalves, Professor do Magistério Superior**, em 24/02/2023, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Saddi Teixeira, Professor do Magistério Superior**, em 28/02/2023, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3548066** e o código CRC **139E4335**.

TIPO DE PRODUTO EDUCACIONAL

(De acordo com a Resolução PPGEEB/CEPAE N° 001/2019)

Desenvolvimento de material didático e instrucional (propostas de ensino tais como sugestões de experimentos e outras atividades práticas, sequências didáticas, propostas de intervenção, roteiros de oficinas; material textual tais como manuais, guias, textos de apoio, artigos em revistas técnicas ou de divulgação, livros didáticos e paradidáticos, histórias em quadrinhos e similares, dicionários, relatórios publicizados ou não, parciais ou finais de projetos encomendados sob demanda de órgãos públicos);

Especificação: Sequência Didática

DIVULGAÇÃO

- () Filme
 () Hipertexto
 (x) Impresso
 (x) Meio digital
 () Meio Magnético
 () Outros. Especificar: ____

FINALIDADE PRODUTO EDUCACIONAL

Material informativo sobre os projetos de militarização de escolas públicas de Goiás.

PÚBLICO-ALVO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Principalmente professores e estudantes da rede públicas de Goiás, podendo alcançar toda a comunidade escolar.

IMPACTO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional apresenta :

- (x) **Alto impacto** – Produto gerado no Programa, aplicado e transferido para um sistema, no qual seus resultados, consequências ou benefícios são percebidos pela sociedade.
 () **Médio impacto** – Produto gerado no Programa, aplicado no sistema, mas não foi transferido para algum segmento da sociedade.

Baixo impacto – Produto gerado apenas no âmbito do Programa e não foi aplicado nem transferido para algum segmento da sociedade.

Área impactada pelo Produto Educacional:

- Ensino
 Aprendizagem
 Econômico
 Saúde
 Social
 Ambiental
 Científico

O impacto do Produto Educacional é:

Real - efeito ou benefício que pode ser medido a partir de uma produção que se encontra em uso efetivo pela sociedade ou que foi aplicado no sistema (instituição, escola, rede, etc). Isso é, serão avaliadas as mudanças diretamente atribuíveis à aplicação do produto com o público-alvo.

Potencial - efeito ou benefício de uma produção previsto pelos pesquisadores antes de esta ser efetivamente utilizada pelo público-alvo. É o efeito planejado ou esperado.

O Produto Educacional foi vivenciado (aplicado, testado, desenvolvido, trabalhado) em situação real, seja em ambiente escolar formal ou informal, ou em formação de professores (inicial, continuada, cursos etc)?

Sim Não

Em caso afirmativo, descreva essa situação.

O produto foi aplicado em uma Escola Estadual na cidade de Goiânia.

REPLICABILIDADE ABRANGÊNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional pode ser repetido, mesmo com adaptações, em diferentes contextos daquele em que o mesmo foi produzido.

Sim Não

A abrangência territorial do Produto Educacional, que indica uma definição precisa de sua vocação, é

Local Regional Nacional Internacional

COMPLEXIDADE DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional possui :

Alta complexidade - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese, apresenta método claro. Explica de forma objetiva a aplicação e análise do produto, há uma reflexão sobre o produto com base nos referenciais teórico e teórico-metodológico, apresenta associação de diferentes tipos de conhecimento e interação de múltiplos atores - segmentos da sociedade, identificável nas etapas/passos e nas soluções geradas associadas ao produto, e existem apontamentos sobre os limites de utilização do produto.

Média complexidade - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese. Apresenta método claro e explica de forma objetiva a aplicação e análise do produto, resulta da combinação de conhecimentos pré-estabelecidos e estáveis nos diferentes atores - segmentos da sociedade.

Baixa complexidade - O produto é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação/tese. Resulta do desenvolvimento baseado em alteração/adaptação de conhecimento existente e estabelecido sem, necessariamente, a participação de diferentes atores - segmentos da sociedade.

Sem complexidade - Não existe diversidade de atores - segmentos da sociedade. Não apresenta relações e conhecimentos necessários à elaboração e ao desenvolvimento do produto.

INOVAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional possui:

Alto teor inovativo - desenvolvimento com base em conhecimento inédito.

Médio teor inovativo - combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos.

Baixo teor inovativo - adaptação de conhecimento existente.

FOMENTO

Houve fomento para elaboração ou desenvolvimento do Produto Educacional?

Sim Não

Em caso afirmativo, escolha o tipo de fomento:

Programa de Apoio a Produtos e Materiais Educacionais do PPGEEB

Cooperação com outra instituição

Outro. Especifique: _____

REGISTRO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Houve registro de depósito de propriedade intelectual

Sim Não

Em caso afirmativo, escolha o tipo:

Licença Creative Commons

Domínio Público

Patente

Outro. Especifique: _____

Informe o código de registro:

<http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/br/>

TRANSFERÊNCIA DO PRODUTO EDUCACIONAL

O Produto Educacional foi transferido e incorporado por outra instituição, organização ou sistema, passando a compor seus recursos didáticos/pedagógicos?

Sim Não

Em caso afirmativo, descreva essa transferência

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

<p>O Produto Educacional foi apresentado (relato de experiência, comunicação científica, palestra, mesa redonda, etc) ou ministrado em forma de oficina, mini-curso, cursos de extensão ou de qualificação etc. em eventos acadêmicos, científicos ou outros?</p> <p>() Sim (x) Não</p>
<p>Em caso afirmativo, descreva o evento e a forma de apresentação:</p>
<p>O Produto Educacional foi publicado em periódicos científicos, anais de evento, livros, capítulos de livros, jornais ou revistas?</p> <p>() Sim (x) Não</p>
<p>Em caso afirmativo, escreva a referência completa de cada publicação:</p>

REGISTRO(S) E DISPONIBILIZAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Produto Educacional Registrado na Plataforma EduCAPES com acesso disponível no link: http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/722640
Produto Educacional disponível, como apêndice da Dissertação de Mestrado do qual é fruto, na Biblioteca de Teses e Dissertações da Universidade Federal de Goiás (UFG) . Link para acesso:
Outras formas de Registro:
Outras formas de acesso:

RABELO, Jocelane Batista. **Material informativo:** projetos de militarização de escolas públicas em Goiás. 2023. 29 f. Produto Educacional (Mestrado em Ensino na Educação Básica) – Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

RESUMO

Este produto educacional trata-se de um material didático e informativo sobre os projetos de militarizações de escolas públicas da rede estadual, na cidade de Goiânia, desenvolvido durante o Mestrado Profissional em Ensino na Educação Básica do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu do CEPAE/UFG, cuja dissertação é “Projetos de militarização de escolas públicas no estado de Goiás: um olhar sobre a cidade de Goiânia”. Numa militarização de qualquer escola pública, os mais afetados são os estudantes, visto que terão a rotina completamente alterada por novas regras, fardamento, contribuições, materiais, entre outras mudanças. Junto a eles, somam-se os professores e funcionários da instituição, que nem sempre são informados ou participam da militarização, tornando-se alienados nesse processo. Por isso, se faz necessário um material específico que dê conta de mostrar o trâmite da militarização, os responsáveis, as mudanças, aquilo que não pode ser modificado, entre outros, tanto para os estudantes, professores e responsáveis como a quem mais possa interessar. O número de escolas militares em Goiás é considerável e a militarização é algo recorrente na rede estadual de educação. A escola militarizada não é uma nova escola que foi construída, e sim uma escola com estudantes e servidores já existentes. O material resultante em produto foi dividido em itens objetivos, com uma linguagem clara. São eles: apresentação; introdução; o que é um CPMG; surgimento do colégio militar em Goiás; os projetos de militarização dos colégios estaduais de Goiás; diferenças entre CPMGs e colégios militares do Exército; quem são os alunos dos Colégios da Polícia Militar de Goiás; o ingresso nos Colégios da Polícia Militar em Goiás; as principais diferenças entre os CPMGs e demais colégios estaduais de Goiás; o fardamento; a mensalidade; semelhanças entre os CPMGs e colégios estaduais comandados por professores; e, por fim, referências. Jovens e até crianças possuem opiniões que devem ser levadas em conta quando o assunto é a própria vida escolar deles. Desse modo, esse material propicia o acesso a informações e formação dos posicionamentos e das opiniões, a partir do diálogo, dos estudos e das trocas.

Palavras-chave: Militarização. Escola pública. Formação.

RABELO, Jocelane Batista. **Informative Material:** militarization projects of public school in Goiás. 2023. 29 f. Produto Educacional (Master Degree in Basic Education Teaching) – Postgraduate Program in Basic Education Teaching, Teaching and Research Applied in Education Center, Federal University of Goiás, Goiânia, GO, 2023.

ABSTRACT

This educational product is a didactic and informative material about the militarization projects of public schools of the state network, in the city of Goiânia, developed during the Professional Master's Degree in Teaching in Basic Education of the Stricto Sensu Graduate Program of CEPAE/UFG, whose dissertation is “Projects of militarization of public schools in the state of Goiás: a look at the city of Goiânia”. In a militarization of any public school, the most affected are the students, since their routine will be completely altered by new rules, uniforms, contributions, materials, among other changes. Together with them, there are the professors and employees of the institution, who are not always informed or participate in the militarization, becoming alienated in this process. Therefore, it is necessary to have specific material capable of showing the process of militarization, those responsible, the changes, what cannot be changed, among others, both for students, teachers and guardians, as well as for anyone else who may be interested. The number of military schools in Goiás is considerable and militarization is something recurrent in the state education network. The militarized school is not a new school that was built, but a school with existing students and servants. The material resulting in a product was divided into objective items, with a clear language. They are: presentation; introduction; what is a CPMG; emergence of the military college in Goiás; the militarization projects of the state schools of Goiás; differences between CPMGs and Army military colleges; who are the students of the Colleges of the Military Police of Goiás; admission to Military Police Colleges in Goiás; the main differences between CPMGs and other state schools in Goiás; the uniform; the monthly fee; similarities between CPMGs and teacher-led state colleges; and, finally, references. Young people and even children have opinions that must be taken into account when it comes to their own school life. In this way, this material provides access to information and formation of positions and opinions, based on dialogue, study and exchanges.

Keywords: Militarization. Public school. Formation.

SUMÁRIO

MATERIAL DIDÁTICO SOBRE MILITARIZAÇÃO DOS COLÉGIOS ESTADUAIS EM GOIÁS	132
1 APRESENTAÇÃO	135
1.1 Introdução	135
1.2 O que é um CPMG	137
1.3 Surgimento do colégio militar em Goiás	138
1.4 Os projetos de militarização dos colégios estaduais de Goiás	139
1.5 Diferenças entre CPMG e Colégios militares do Exército	140
1.6 Quem são os alunos dos colégios da Polícia Militar de Goiás	142
1.7 O ingresso nos Colégios da Polícia Militar em Goiás	143
1.8 As principais diferenças entre os CPMG e demais colégios estaduais de Goiás	144
1.9 O fardamento	145
1.10 A mensalidade	146
1.11 Semelhanças entre os CPMG e colégios estaduais comandados por professores	147
REFERÊNCIAS	150

MATERIAL DIDÁTICO SOBRE MILITARIZAÇÃO DOS COLÉGIOS ESTADUAIS EM GOIÁS

O maior objetivo desta pesquisa é proporcionar à sociedade ferramentas teóricas e históricas para refletir sobre os possíveis interessados nessa parceria e nesse crescente número de escolas públicas se tornando militares, principalmente no estado de Goiás. Com base nas fontes e na reflexão promovida mediante o estudo da bibliografia, descobrem-se os motivos que levaram e levam à propagação de mais colégios militares, com a premissa de melhorarem a qualidade da educação e diminuir a violência nos bairros e dentro das escolas. Mas essas premissas se efetivam na prática até que ponto? Notamos uma autoafirmação dessas instituições como detentoras de um ensino diferenciado por meio de uma disciplina rigorosa que não necessariamente é a responsável pela garantia de uma educação de qualidade, democrática e livre da violência. Por isso, propomos uma formação com alunos e até mesmo com professores a partir de material didático específico para a educação básica, com linguagem apropriada a ser apresentada, aqui, como forma de levar aos estudantes e aos profissionais da educação ferramentas que lhes propiciem condições para que possam se posicionar a respeito da militarização das escolas públicas de Goiás.

Entendemos que, numa militarização de escolas públicas, os mais afetados são os estudantes, que pouco participam do processo. Neste trabalho apresentamos isso. Mostramos que os projetos de militarização surgem de políticos, que os apresentam à Assembleia Legislativa para aprovação, ou não. Ou seja, não surge na escola, não passa pela escola, tampouco pelos mais interessados, os alunos dessas instituições.

Assim, o material que apresentamos aqui trata-se de um material didático a ser aplicado nas escolas públicas de Goiás, tanto nas que já possuem projetos de militarização como naquelas que nunca os tiveram, mas, caso tenham num futuro, que os alunos possuam informações e formação suficiente para reivindicarem esse formato de escola, ou o contrário, para negarem a aplicação de tais projetos de militarização em suas unidades escolares.

Algo que ficou claro com a pesquisa é que os alunos não participam do processo de militarização de uma escola e, ao final, são os que estão na escola diariamente e têm suas rotinas alteradas.

Os jovens e até as crianças possuem opiniões que devem ser levadas em conta quando o assunto é a própria vida escolar deles, contudo, percebemos, muitas vezes, falta de informações ou mesmo informações incorretas, mentirosas e exageradas.

A educação precisa lidar com a informação correta, com fatos concretos e, além disso, considerar as individualidades de cada educando, de cada unidade escolar e de cada comunidade que atende.

A escola militarizada é um modelo de escola, tem suas características próprias, apresenta resultados positivos, mas também possui fragilidades, especialmente quando o tema é a inclusão social, tendo em vista que se trata de uma escola com custo ao aluno.

A escola militarizada é comandada por profissionais da segurança pública e não somente por professores, o que acarreta mudança também do ponto de vista de concepção, pois a formação inicial de um professor é diferente da de um policial. A forma de lidar com crianças e jovens de um professor sempre será diferente da de um policial.

Com isso, podemos afirmar que outros caminhos para o ensino público podem ser traçados que não seja a entrega da gestão das escolas para a polícia e, conseqüentemente, a perda de espaço e atuação social do professor. É preciso pensar em um projeto político pedagógico para cada unidade escolar, em que se considere o perfil do alunado, os problemas locais existentes e uma forma democrática e coletiva de solucioná-los; algo imposto sem qualquer consulta à comunidade, sem diálogo com o alunado, que chega de modo opressor a todos os envolvidos.

Cabe ao professor, junto com toda a comunidade escolar, decidir e até mesmo reverter determinado projeto na escola, se for ou não benéfico para ela. Daí a importância de se ter um material informativo sobre os projetos de militarização.

Como professores e alunos poderão se posicionar se não sabem o que muda com a militarização de uma escola? Se não possuem nem mesmo a noção de como um projeto assim surge?

Nas palavras de Paulo Freire (2017), “[s]er professor e não lutar é uma contradição pedagógica”. Cabe a esse sujeito, o educador contemporâneo, lutar e defender a educação que acredita e deseja para a escola pública e, ainda, instigar que seu aluno também o faça. No entanto, precedente a essa luta é preciso formação.

O material informativo divide-se em partes. São elas:

1. Apresentação
2. Introdução
3. O que é um CPMG
4. Surgimento do colégio militar em Goiás
5. Os projetos de militarização dos colégios estaduais de Goiás

6. Diferenças entre CPMGs e colégios militares do Exército
7. Quem são os alunos dos Colégios da Polícia Militar de Goiás
8. O ingresso nos Colégios da Polícia Militar em Goiás
9. As principais diferenças entre os CPMGs e demais colégios estaduais de Goiás
10. O fardamento
11. A mensalidade
12. Semelhanças entre os CPMGs e colégios estaduais comandados por professores
13. Referências

A seguir, temos o conteúdo do material informativo voltado para alunos e professores da educação básica sobre a militarização de colégios estaduais em Goiás. Esse material dará origem a um e-book, a ser disponibilizado aos estudantes e profissionais da educação.

1 APRESENTAÇÃO

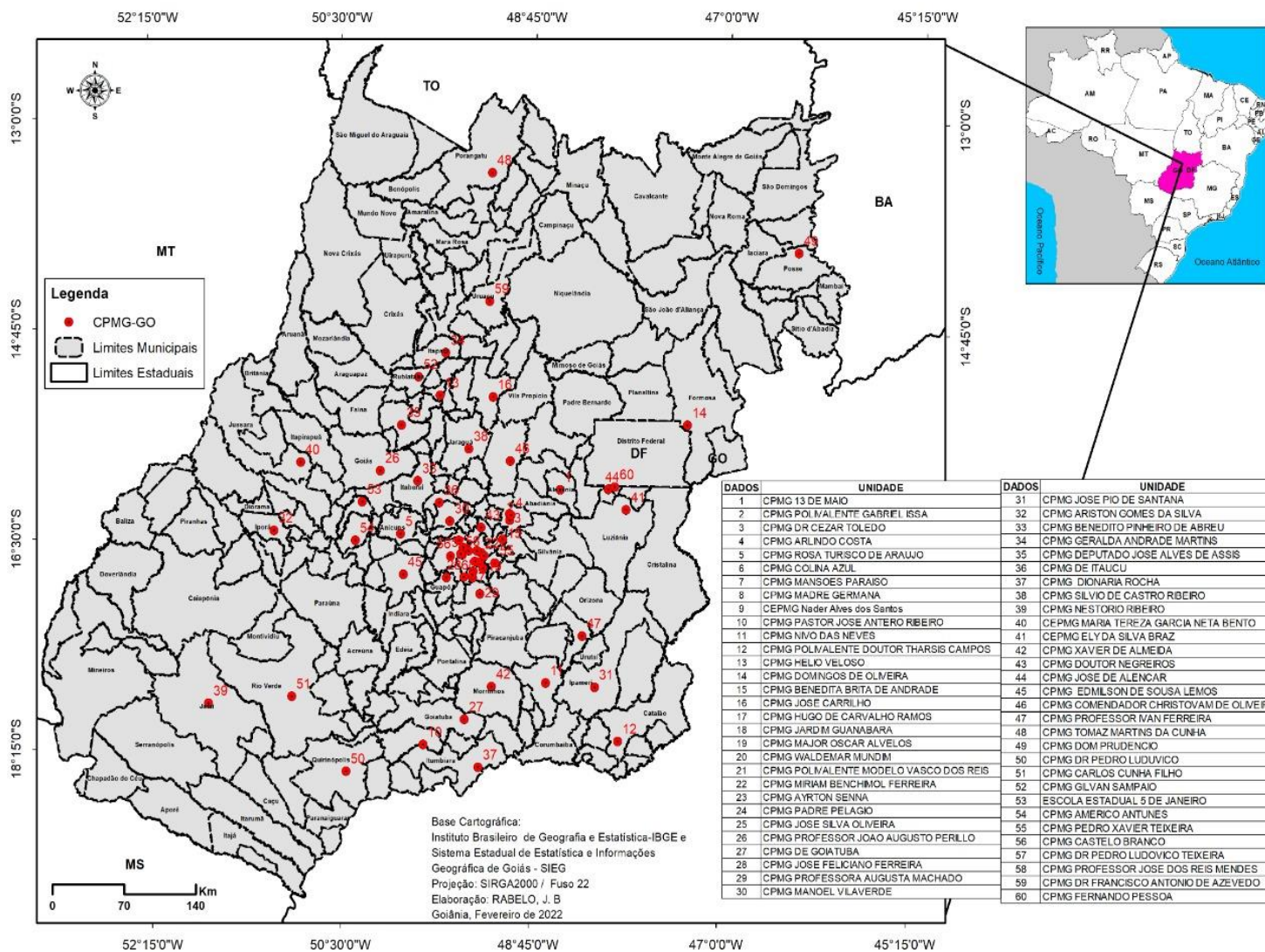
Este material surgiu como produto de uma pesquisa com projetos de militarização de colégios estaduais em Goiás. Como professora da rede pública há mais de dez anos e apaixonada pela educação básica, interessei-me em entender o processo de militarização das escolas públicas. Diversos questionamentos me instigavam cada vez mais a tentar entender como uma escola pública era militarizada e quais eram escolhidas para esse processo: por que as escolas são militarizadas? Há interesse da comunidade na implantação de uma escola militar? Como acontece? Como são escolhidas? Após algumas pesquisas, constatei haver projetos de militarização aprovados na Assembleia Legislativa de Goiás transformando a unidade escolar sob comando da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) para uma unidade escolar militar sob o comando da Polícia Militar de Goiás. Diante da prévia investigação, o foco voltou-se a entender esses projetos e percebi que existem escolas com projetos em andamento, porém, sem a implantação efetiva da militarização.

A pesquisa iniciou-se a fim de entender como surgem os projetos de militarização, quem os produz e como é a realidade de uma escola com projeto em andamento. Durante seu desenvolvimento, busquei criar um material didático voltado aos alunos para que pudessem entender a militarização de uma escola, no caso, da sua escola. O material didático é este aqui. A vida do estudante é a que mais se transforma quando há a militarização de sua escola, tendo se percebido que são os que menos têm informações sobre o assunto. Se a escola em que estudam será transformada, desde a gestão, o regimento e até mesmo a rotina, precisam saber de fato sobre essa transformação. Nesse material apresenta-se, de forma objetiva, as escolas militarizadas já existentes no estado de Goiás, a definição do que é a escola militar existente em nossa rede estadual, como foi o surgimento da militarização da educação, as diferenças entre as escolas militarizadas pela Polícia e as escolas militares do Exército brasileiro, quem são os alunos das unidades militarizadas, como é o ingresso de estudantes e as principais diferenças entre as escolas comandadas pela Polícia Militar de Goiás e as escolas comandadas exclusivamente pela Secretaria Estadual de Educação de Goiás.

1.1 Introdução

Em Goiânia e em todo o estado é comum nos depararmos com alunos vestindo fardas no caminho à escola. Dizemos comum porque temos um número significativo de escolas já militarizadas, um total de sessenta unidades em todo o estado.

Mapa 1 – Mapa das unidades militarizadas em Goiás



Fonte: Rabelo (2022).

É interessante observarmos o mapa de Goiás e a distribuição de colégios militarizados no estado. Temos um número grande de escolas que foram militarizadas, conforme já dito anteriormente, e temos curiosidades interessantes a saber: o município de Bom Jesus conta apenas com duas escolas estaduais, sendo uma delas uma unidade militarizada. Itauçu é um município de Goiás com uma população com menos de 9 mil habitantes e a cidade possui três colégios estaduais, sendo um deles um colégio militar. Hidrolândia, Alexânia, Pires do Rio, Goiatuba, Nerópolis, Palmeiras de Goiás, Goianira, Sanclerlândia e Itapaci também são municípios com quatro ou cinco escolas estaduais e todos possuem pelo menos uma unidade de colégio militar. Goianira, com cinco escolas da rede estadual, possui dois colégios militares. Temos um total de 1.050 colégios estaduais no estado e, desses, 60 escolas estaduais já foram militarizadas e outras 39 estão em fase de implantação.

As escolas militarizadas tiveram, nos últimos anos, projetos aprovados em Assembleia Legislativa, porém, nem sempre a comunidade escolar, composta por alunos, professores e responsáveis, consegue as principais informações sobre a militarização de escolas. Com o objetivo de atender a essa demanda por informações sobre a militarização das escolas públicas, especialmente aos alunos, os principais interessados quando falamos em mudanças na escola, surge este trabalho. É um material resumido com o que você precisa saber sobre a militarização de escolas estaduais em Goiás, o que muda e o que fica se sua escola passar pelo processo de militarização. As escolas militares em Goiás referem-se aos colégios transformados em Colégio da Polícia Militar de Goiás (CPMG). Não há, no estado, nenhum colégio construído exclusivamente para ser militar, todos são colégios criados a partir de verba pública destinada à educação pública e se transformaram em escolas militares sob o comando da Polícia Militar do estado.

1.2 O que é um CPMG

Os Colégios da Polícia Militar de Goiás (CPMG) foram criados pela Lei n.º 8.125, de 18 de julho de 1976. Apesar de existir a lei de criação, não são colégios criados, ou seja, construídos para serem militares desde seu início. São colégios que foram militarizados, isto é, pertenciam exclusivamente à Secretaria Estadual de Educação e, após aprovação em Assembleia Legislativa, tiveram sua gestão e comando passados para a Polícia Militar. São colégios que pertencem, então, à Secretaria Estadual de Educação, mas estão sob a gestão da Polícia Militar de Goiás.

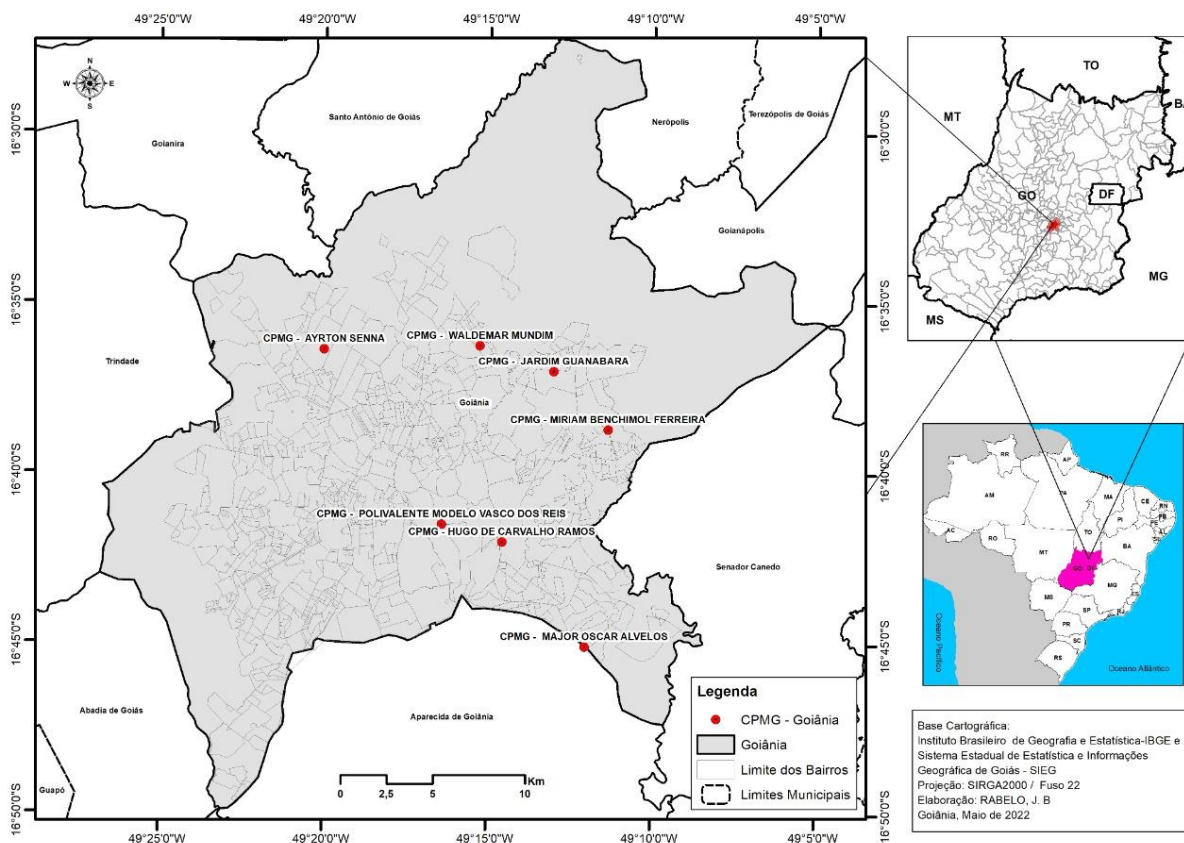
1.3 Surgimento do colégio militar em Goiás

Os Colégios da Polícia Militar de Goiás (CPMG) existem desde 1976, com a Lei n.º 8.125, de 18 de julho. Em 19 de novembro de 1998, a Portaria n.º 604 criou o primeiro Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás (CPMG), que começou a funcionar efetivamente no ano de 1999, no prédio da Academia da Polícia Militar, em Goiânia. Esse colégio foi o único criado exclusivamente para ser militar desde o início, com funcionamento em um prédio construído com recursos da Segurança Pública de Goiás, mas ele não existe mais.

Inicialmente, foi nomeado como Colégio Militar Coronel Cícero Bueno Brandão, para atender a mais de 400 alunos. Após seis meses, passou a funcionar junto às instalações do Colégio Estadual Vasco dos Reis, no setor Sul da cidade de Goiânia. Em 2000, se tornou CMPG Vasco dos Reis, incorporando os alunos da unidade do Colégio Estadual Vasco dos Reis. Passados sete anos, em 2007, outra unidade dos CEPMG foi criada, no Setor Oeste da capital goiana, o CPMG Polivalente Modelo Vasco dos Reis.

O CPMG Polivalente Modelo Vasco dos Reis foi resultado da junção dos colégios estaduais Vasco dos Reis e do Colégio Estadual Polivalente Modelo de Goiânia. A partir de então, vários colégios foram militarizados a partir de projetos de militarização apresentados e aprovados na Assembleia Legislativa de Goiás, até chegarmos aos números atuais. Percebemos, assim, um importante fato: o único colégio efetivamente criado para ser militar não existe mais. Hoje, todas as instituições escolares que estão sob o comando da Polícia Militar foram militarizadas, ou seja, existiam sob o comando da Secretaria Estadual de Educação e tiveram a gestão transferida à Polícia Militar do estado. O primeiro colégio militar do estado sob o comando da Polícia Militar surgiu em Goiânia e, em 2022, a capital possui 7 unidades já militarizadas, conforme mapa a seguir, e ainda possui outras duas unidades em fase de implantação, localizadas na região leste da capital, que já tem duas escolas estaduais militarizadas.

Mapa 2 – Colégios militarizados em Goiânia



1.4 Os projetos de militarização dos colégios estaduais de Goiás

Os colégios chamados de militares em Goiás são, na verdade, colégios militarizados comandados pela Polícia Militar e, portanto, poderíamos até chamá-los de colégios policializados. Surgem a partir de projetos de militarização sem qualquer relação direta com a escola, como projetos de lei de deputados apresentados em Assembleia Legislativa, com caráter eleitoral objetivando angariar votos da comunidade escolar que recebe a militarização. Nem todos os colégios com projetos de militarização avançam e efetivamente têm suas gestões transferidas à Polícia Militar. Esse é um ponto para se refletir pela expectativa gerada na comunidade. Existem colégios com projetos de militarização arquivados devido a parecer da Secretaria de Segurança Pública falando de sua falta de pessoal.

Segue transcrição de despacho da Assembleia Legislativa sobre o veto de militarização, disponível no portal da Assembleia do Estado de Goiás.

O veto parcial, protocolado com o **número 110/18**, recai sobre os artigos 2º e 3º que versam sobre a transformação de unidades (escolares), sendo elas:

- Colégio Estadual Guaciara Augusta da Silva, situado na Rua São Paulo, Jardim Novo Mundo, no município de Barro Alto;
- Colégio Estadual do Setor Palmito, situado na Av. Cristovão Colombo, Jardim Novo Mundo, município de Goiânia.

“Informamos que atualmente contamos com 42 unidades do CEPMG em funcionamento. Outrossim, a manifestação deste Comando acerca da viabilidade técnica e operacional para instalação de novas unidades do CEPMG demandaria a realização de estudos de situação que abrangessem não só as condições das instalações físicas e os recursos humanos e materiais disponíveis no Colégio, mas também as demais condições estruturais e as características e interesses da comunidade em relação à implantação do projeto. De igual forma, é impositivo verificar se a rede de ensino público na região onde se deseja instalar a unidade do CEPMG possui condições para atendimento com qualidade dos alunos que não manifestarem interesse em participar do projeto”, explica a Secretaria de Segurança Pública, por meio de despacho ao governador Marconi Perillo. De acordo com a justificativa, cabe ressaltar que grande parte das unidades em funcionamento ainda apresenta déficit de efetivo policial militar, vez que das 707 Funções Comissionadas de Administração Educacional Militar (FCEM), criadas exclusivamente para convocação de policiais militares da "Reserva Remunerada" para atendimento das demandas do projeto, apenas cerca de 40% (quarenta por cento), ou seja, 283 (duzentas e oitenta e três) foram preenchidas. (ALEGO, 2018).

1.5 Diferenças entre CPMG e Colégios militares do Exército

Quando falamos colégios militares há sempre uma confusão sobre a qual instituição militar esses colégios estão relacionados. Os colégios estaduais militarizados em Goiás são colégios da polícia, e não do Exército. Quando nos referimos ao termo colégio militar é recorrente pensarmos no exército e na carreira militar, por isso vamos entender essas distinções. A área militar é composta por Aeronáutica, Exército, Marinha e Polícia Militar. No Estado de Goiás, os colégios estaduais militarizados estão sob o comando da Polícia Militar, e não das forças armadas do Brasil, chamado de Sistema de Colégios Militares do Brasil (SCMB). O SCMB se refere aos colégios sob o comando do Exército brasileiro e a diferenciação entre o sistema de ensino do Exército e da Polícia Militar deve ser entendida, pois são comandos diferentes e, por mais que se aproximem do ponto de vista de serem comandados por pessoas de carreira militar, possuem organizações diferentes bem importantes.

Os colégios integrantes do SCMB destinam-se ao oferecimento da segunda fase do Ensino Fundamental e Ensino Médio para dependentes dos soldados do Exército e demais dependentes militares. Também são aceitos alunos dependentes de civis interessados em

seguir carreira militar, por meio de concurso público para o 6º ano do Ensino Fundamental e para a 3ª série do Ensino Médio. Os CEPMG não estão vinculados ao SCMB. Fazem parte da Rede Pública e são administrados pela Polícia Militar por meio de seu Comando de Ensino, em parceria com as Secretarias da Educação e de Segurança Pública do estado. Seu público é de alunos dependentes de militares, mas também civis e sem a obrigatoriedade de estes seguirem carreira militar. O que mais chama a atenção é que os colégios comandados pelo Exército visam formar profissionais que seguirão carreira militar. Os colégios da Polícia Militar não possuem esse objetivo. Para ilustrar melhor as diferenças entre esses dois modelos de colégios militares, um sob comando do exército e o outro sob o comando da Polícia Militar, trazemos o quadro a seguir:

Quadro 1 – Aproximações e distinções entre SCMB e CEPMG

Colégios Integrantes do Sistema de Colégios Militares do Brasil	Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG)
São administrados pelo Exército por meio do Departamento de Educação e Cultura – DECEX, órgão responsável pela condução do ensino no âmbito do Exército Brasileiro.	São administrados pela Polícia Militar do Estado de Goiás, por meio do seu Comando de Ensino.
Possuem 14 colégios espalhados em diversos estados brasileiros (que oferecem o Ensino Fundamental – II Fase – e Médio) e 10 escolas (preparação exclusiva para as Forças Armadas).	Possuem 46 unidades implementadas em Goiás, segundo atualização de dados em 6 de junho de 2018, junto ao Comando de Ensino da PM de Goiás.
O quadro de professores desses colégios é composto por oficiais do alto escalão do Exército, da Marinha e da Aeronáutica e por servidores civis do governo federal.	Os professores são, exclusivamente, civis concursados ou contratados pela Secretaria Estadual de Estado de Educação, Cultura e Esporte do Estado de Goiás (Seducce).
Possuem caráter assistencial para dependentes em primeiro grau de oficiais das Forças Armadas Militares do Brasil, mas também atendem alunos dependentes de civis.	Atendem tanto dependentes de civis quanto de militares. Até 2017, existia o estabelecimento de uma quota de 50% para cada uma das categorias de estudantes. A partir de 2018, esse percentual deixou de existir nos documentos oficiais emitidos por esses colégios.
O ingresso se dá por meio de seleção escrita (existe registro de curso preparatório com duração de seis meses para os alunos interessados em concorrer a uma vaga nesses colégios).	Até 2015, o ingresso nesses colégios se fazia por meio de seleção – prova – e/ou sorteio. A partir de 2016, o ingresso de novos alunos ocorre por meio de sorteio.
Além do oferecimento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, destinam-se à preparação para a carreira militar.	Não se destinam à preparação para a carreira militar, mas ao oferecimento do Ensino Fundamental (oficialmente da II Fase, embora algumas unidades transferidas para a gestão da PM possuam I Fase, oferta que vai sendo gradativamente excluída desses colégios) e do Ensino Médio.
Pertencem à Rede Federal de Ensino, mesmo sendo regidos por leis próprias e específicas do Exército.	Pertencem à Rede Pública Estadual de Ensino, cuja gestão é compartilhada entre as Secretarias de Segurança Pública e da Educação.

Fonte: Ferreira (2018).

1.6 Quem são os alunos dos colégios da Polícia Militar de Goiás

São estudantes que já estavam na instituição antes de os colégios serem militarizados e se adaptaram às mudanças, são os filhos de militares que possuem amparo normativo para ingresso e civis que ingressaram por meio de sorteios. Inicialmente, os CPMG foram criados para atender a filhos de militares, porém, o número de escolas hoje não é condizente com essa demanda e estudam nas instituições tanto dependentes de militares como civis que optaram pelo ingresso ou permaneceram na instituição após a militarização. Os estudantes atendidos nos CEPMG se diferenciam dos demais das escolas geridas por profissionais da Secretaria de Educação de Goiás devido à padronização a qual são submetidos. Essa padronização se refere à farda obrigatória e, mesmo existindo uniformes alternativos, o fato é que o fardamento é condição para estudar em um colégio militarizado, o corte de cabelo, o tênis que tem padrão desde a cor ao modelo, a disciplina rígida típica das instituições militares e o regimento interno padrão de todas as escolas militarizadas.

Como exemplo da padronização citada temos as normas sobre o corte de cabelo masculino:

Art. 271. O corte de cabelo padronizado para os alunos (masculino) é denominado “meia cabeleira”.

§ 1º Entende-se por meia cabeleira o corte em que se usa para a parte inferior (nuca) e lateral do crânio, à máquina n.º 02 (dois); e para a parte superior do crânio a máquina n.º 04 (quatro).

§ 2º O “pé do cabelo” deverá ser feito com o bico da tesoura contornando todo o friso (lateral e nuca) e os acertos deverão ser feitos com a navalha.

§ 3º É proibido o uso de costeletas. Consideram-se costeletas, quando a base do pé do cabelo está abaixo da parte média do trago auricular (saliência cartilaginosa na entrada do ouvido).

§ 4º O corte do cabelo deverá ser feito de quinze em quinze dias ou quando este apresentar tamanho superior ao padrão determinado.

§ 5º É vedado aos alunos do CPMG usar tinturas ou descolorir os cabelos de forma alegórica. (PMGO, 2018).

E, na mesma lógica, temos as normas em relação às meninas:

Art. 272. As alunas do CPMG quando usarem “coque”, este deverá estar coberto com rendinhas ou laços de cor preta ou marrom.

Parágrafo único. O coque do cabelo das alunas deverá ser bem feito, evitando pontas soltas ou mechas caídas. Se necessário usarão gel ou outro produto para sanar o problema em questão.

Art. 273. As alunas do CPMG deverão seguir os padrões de apresentação individual que segue abaixo:

§ 1º o cabelo será classificado dentro do padrão curto, médio ou longo, observando-se o seguinte:

I. curto: quando seu corte alcançar a linha superior da parte posterior da gola da camiseta (3º Uniforme);

II. médio: quando seu corte não ultrapassar mais que 10 cm após a linha superior da parte posterior da gola da camiseta;

III. longo: quando seu corte ultrapassar mais que 10 cm após a linha superior da parte posterior da gola da camiseta.

§ 2º Quanto à utilização devidamente uniformizadas:

I. curto: os cabelos deverão ser presos por presilhas na cor preta ou marrom, de modo que estes não fiquem soltos sobre o rosto;

II. médio e longo: os cabelos deverão ser presos por “coque”, “rabo-de-cavalo”, ou “rabo-de-cavalo trançado de forma simples”, quando a aluna estiver com o 3º uniforme (básico) e 6º uniforme (bata para gestantes), nos termos deste regulamento;

III. Com o 4º uniforme (educação física) e 5º uniforme (agasalho) as alunas usarão os cabelos presos nos padrões de “rabo-de-cavalo” ou “rabo-de-cavalo trançado de forma simples”.

§ 3º Quando a aluna estiver usando o 1º ou o 2º uniforme (túnica branca e marrom) será permitido apenas o “coque”;

§ 4º O Comandante e Diretor determinará o uso do “coque”, “rabo-de-cavalo”, ou “rabo-de-cavalo trançado de forma simples” quando as discentes estiverem usando o 3º uniforme nas atividades diárias do CPMG;

§ 5º As alunas deverão usar somente o “coque”, quando da utilização do 3º uniforme em dias de entrega de alamar e medalha, solenidades, visitas, formaturas, eventos oficiais, representações ou desfiles;

§ 6º O cabelo pode ter franja, desde que a mesma não sobreponha aos olhos, quando estiver sem cobertura e não apareça, quando com cobertura;

§ 7º A rede que deverá prender o “coque”, a liga ou elástico que prenderá o tipo “rabo-de-cavalo” ou “rabo-de-cavalo trançado de forma simples”, bem como grampos e “tic tac” serão na cor preta ou marrom;

§ 8º Em quaisquer ocasiões os cabelos deverão estar arrumados sempre mantidos baixos, de forma que não apresentem rebeldes, evitando pontas soltas ou mechas caídas, bem como armações exageradas e indiscretas (tanto para os cabelos lisos ou crespos). Se necessário usarão gel ou outro produto para sanar o problema em questão. (PMGO, 2018).

1.7 O ingresso nos Colégios da Polícia Militar em Goiás

Para pertencer ao corpo de discentes do Colégio Estadual da Polícia Militar Goiás (CEPMG) é necessário passar por um sorteio, aberto mediante Edital Público com portaria emitida pelo Comandante-Geral da PMGO, de acordo com o número de vagas existente em cada unidade do CEPMG. Esse concurso tem, basicamente, 3 (três) etapas: a primeira é a inscrição, a segunda, o sorteio, e a terceira é a matrícula dos aprovados dentro do número de vagas.

Inscrição

O ingresso a partir de sorteio está sendo feito desde o último ano, geralmente as inscrições ocorrem a partir do mês de agosto e vão até o mês de outubro. Os requisitos exigidos para a inscrição são: ser brasileiro ou se estrangeiro, estar com permanência regular no Brasil; fornecer cópia legível da certidão de nascimento ou carteira de identidade; fornecer cópia legível da carteira de identidade do responsável; declaração escolar de que está cursando a série anterior à pretendida; cópia do comprovante de endereço.

Sorteio

O sorteio é feito na própria escola, com a presença de todos os inscritos e de seus familiares e também de funcionários da instituição, conforme número de vagas oferecido para cada série.

Matrícula

Após a divulgação do resultado do sorteio, a comissão do concurso divulga a data para a matrícula dos candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas disponíveis. A matrícula dos alunos novatos acontece sempre após a matrícula dos alunos da casa e alguns documentos também são exigidos. Os principais documentos são: declaração de solicitação de transferência ou a própria transferência com o histórico; documento de identidade do responsável e do aluno; 4 fotos 3x4 atualizadas; comprovante de endereço com telefone atualizado.

1.8 As principais diferenças entre os CPMG e demais colégios estaduais de Goiás

Quadro 2 – Diferenças entre os CPMG e demais colégios estaduais de Goiás

CPMG	Colégios Estaduais sob comando apenas da Secretaria Estadual de Educação
A gestão é feita por militares da Secretaria Estadual de Segurança.	Gestão de professores pertencentes à Seduc, eleita pela comunidade escolar.
Possui funcionários no geral, tanto da Secretaria Estadual de Educação como da Secretaria Estadual de Segurança Pública.	Possui funcionários da Secretaria Estadual de Educação.
O ingresso é feito por sorteios, por dependência de militares ou estarem em colégios militarizados.	Todos os alunos podem se matricular.
Há custos com mensalidade, matrícula e material escolar, como a agenda.	Não há custos.
Possui regimento padrão escolar feito pelo comando de ensino da Polícia Militar.	O regimento é feito de acordo com a realidade de cada instituição

(Continua)

(Conclusão)

CPMG	Colégios Estaduais sob comando apenas da Secretaria Estadual de Educação
O uniforme (farda) é obrigatório, assim como corte de cabelo, tênis e sapato e acessórios. Os custos são por conta de cada aluno.	O uniforme é recomendado de acordo com o regimento interno de cada escola. Atualmente, na rede estadual, há o fornecimento de uniforme completo aos estudantes.
Há recebimento de verbas tanto da Secretaria Estadual de Educação como da Secretaria Estadual de Segurança Pública.	Há pessoal e verbas específicas destinadas à educação.

Fonte: Quadro elaborado pela autora

1.9 O fardamento

Para efeito de demonstração, segue orçamento feito sobre o fardamento necessário nos colégios militares de Goiás:

Tabela 1 – Orçamento de fardamento para os CPMG

Quant.	Produto	Marca	Valor
01	Placa Nome		28,00
01	Cinto		29,90
01	Luva Ombro Camisa		12,00
01	Luva Ombro da Blusa		12,00
01	Bibico		19,90
01	Meia branca		7,00
01	Meia Social		8,00
03	Bordados		30,00
01	Sapato Masc.	W.S Garrote	129,90
01	Blusa da Farda		99,90
01	Calça Social		74,90
01	Camisa Social CEPMG		74,90
01	Blusa do agasalho		74,90
01	Calça do agasalho		49,90
01	Camiseta CEPMG		34,90
01	Tênis	Puggy	109,90
		TOTAL	806,00
Quant.	Produto	Marca	Valor
01	Placa Nome		28,00
01	Cinto		29,90
01	Luva Ombro Camisa		12,00
01	Luva Ombro da blusa		12,00
01	Bibico		19,90
01	Laço		7,00
01	Meia branca		7,00
03	Bordados		30,00
01	Meia Sapatilha	Trifil IPAR	6,00
01	Sapato Fem.	Modare	119,90
01	Blusa da farda		99,90
01	Camisa Social CEPMG		74,90
01	Blusa do agasalho		74,90
01	Calça do agasalho		49,90
01	Camiseta CEPMG		34,90

01	Saia Social		74,90
01	Tênis	Puggy	109,90
		TOTAL	801,00
01	Tênis	Bouts	119,90
01	Tênis	Olympikus	139,90
01	Sapato Fem.	Piccadilly	139,90
01	Calça Social Fem.		74,90
Quant.	Produto	Marca	Valor
01	TÚNICA		119,90
01	CAMISA BRANCA		74,90
01	BOINA		94,90
01	GRAVATA	MASCULINA	37,90
01	GRAVATA	FEMININA	29,90
01	LUVAS	PAR	12,00
331,60 FEMININA	339,60 MASCULINA		

Fonte: Elaborada a partir de orçamento feito em loja de uniforme militar.

1.10 A mensalidade

Figura 1 – Comprovante de pagamento ao CPMG

0

Número: 29669

Data...: 27/05/2022

Aluno...

Resp...

F. Pagto.

Série...: 1ª SÉRIE EM / 1C V

COMPROVANTE

Num.Doc

Referente

Valor

222419

Contribuição 1ª Ano - 5ª Contribuição - Mai/2022 - 2022

75,00

Valor Total: 75,00

Forma de Pgto.: Cartão Crédito

Assinatura

Autenticação: 8917zfw4jpuw5j

Atendente: JACICLÉIA URSÍNIO

Caixa: 3043

Impresso em:

Fonte: Foto tirada de comprovante de pagamento de ex-aluno de colégio militar e estudante do colégio pesquisado.

1.11 Semelhanças entre os CPMG e colégios estaduais comandados por professores

Não existem apenas diferenças entre os dois modelos de escolas, há semelhanças também, ou seja, características que aproximam as escolas sob o comando da polícia, em parceria com a Seduc, e as que estão sob o comando exclusivo da Seduc. São elas: tempo de aula, que é o mesmo, assim como o número de aulas, completando uma carga horária obrigatória para cada modalidade de ensino. Os professores de ambas as instituições são profissionais da Seduc, seja por concurso, seja por contrato temporário. Ainda, os documentos curriculares norteadores são os mesmos: a Base Comum Curricular e os Documentos Curriculares de Goiás.

Para avaliação do produto educacional, o material informativo sobre a militarização de colégios públicos em Goiás, foi apresentada uma ficha aos alunos. O produto foi avaliado por 31 alunos. que aceitaram e se dispuseram a fazer a avaliação. Os resultados foram:

Quadro 3 – Avaliação do produto educacional

Perguntas para avaliação	Número de estudantes
1. O material “Militarização de colégios públicos em Goiás” serviu ao seu propósito de informar sobre como ocorrem as militarizações nos colégios estaduais em Goiás?	Sim - 28 Parcialmente - 03 Não - 00
2. Você recomendaria esse material para algum colega ou alguém que quisesse saber mais sobre a militarização dos colégios públicos em nosso estado?	Sim - 30 Talvez - 01 Não - 00
3. O material esclareceu alguma dúvida sobre a militarização de escolas estaduais em Goiás?	Sim - 19 Parcialmente - 12 Não - 00
4. O material esclareceu alguma dúvida sobre a militarização de escolas estaduais em Goiás?	Sim - 30 Parcialmente - 01 Não - 00
5. O que você acha que pode ser melhorado nesse material?	A linguagem - 00 A redação - 00 O conteúdo - 11 Outro -07 (descrito abaixo) Não responderam - 13
6. A pesquisadora explicou de forma clara o conteúdo do livro?	Sim - 31 Parcialmente - 00 Não - 00
7. Você considera importante esse material para estudantes e professores da rede pública de educação de Goiás?	Sim - 31 Parcialmente - 00 Não - 00
8. Já tinha visto algum material informativo como esse, tratando das militarizações de colégios públicos?	Sim - 27 Não - 04

Fonte: Dados da pesquisa.

No item 5 do instrumento avaliativo, foi perguntado o que os estudantes achavam que poderia ser melhorado. Sete estudantes marcaram outro aspecto melhorado, além dos citados no item. Foram citados redação, linguagem e conteúdo.

Dos sete alunos que marcaram, 4 escreveram que poderiam ter apresentado se a escola que eles estavam seria ou não militarizada; três alunos, além de relatarem que poderiam falar especificamente do colégio que estudavam, escreveram que poderia ter informações de como não permitir a militarização. A seguir, a transcrição de uma resposta: “Deveria ver se nossa escola será mesmo militar e quando será isso. E ter informações de como mudar para não ser. Tem alunos que não podem pagar e tals. Tinha que ter como mudar se a maioria não pode pagar.”³⁶

A seguir, os registros das aulas dadas com o material informativo que foi impresso e entregue a cada estudante. Coube a nós esclarecer do que se tratava o material, um impresso informativo sobre a militarização de colégios públicos, e, ainda, ler todo material de uma forma dialogada, trazendo informações que obtivemos com a pesquisa e debatendo cada item.

Figura 2 – Registro das aulas com o material informativo



³⁶ Estudante 34, em questionário aplicado em 17 de fevereiro de 2022, no Colégio Goiânia.



Fonte: Arquivo pessoal.

REFERÊNCIAS

ALEGO – Assembleia Legislativa de Goiás. **Lei n.º 19.880, de 1º novembro de 2017.**

Aprova a criação de dez Colégios Militares. Goiânia: Assembleia Legislativa, 2017.

Disponível em: <https://portal.al.go.leg.br/noticias/89042/aprovada-criacao-de-dez-colegios-militares>. Acesso em: 22 jun. 2019.

FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. **“Gestão militar” da escola pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia.** 2018. 196 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 67 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GOIÁS. **Lei n.º 8.125, de 18 de junho de 1976.** Dispõe sobre a organização básica da Polícia Militar do Estado de Goiás e dá outras providências. Goiânia: Assembleia Legislativa, 1976.

Disponível em: <https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/86680/pdf>. Acesso em: 7 dez. 2022.

GOIÁS. Portaria PM – GAB n.º 0604, de 19 de novembro de 1998. Ativa o Colégio da Polícia Militar de Goiás e dá outras providências. *In*: GOIÁS. Polícia Militar de Goiás. Diretoria de Ensino, Instrução e Pesquisa. **O Anhanguera – história da Polícia Militar de Goiás**, ano I, n. I, jan. 1999. Goiânia: Grafopel Gráfica e Editora, 1999.

PMGO – Polícia Militar do Estado de Goiás. Comando de Ensino Policial Militar. Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás. **Regimento Interno.** Disponível em: https://www.portalcepmg.com.br/wp-content/uploads/2018/03/regimento_interno.pdf. Acesso em: 7 set. 2021.

Apêndice B – Instrumento de coleta de dados – questionário aberto/estudantes

Objetivo: Investigar o que os alunos sabem do projeto de militarização da escola, sobre as escolas já militarizadas, como receberam a militarização e se participaram de alguma maneira do processo de elaboração do projeto.

Público a ser contemplado: alunos estudantes do colégio que está com projeto de militarização em andamento.

1. Você estuda neste colégio há quanto tempo?
2. Sabe que existe um projeto de militarização no colégio para que se torne uma unidade CPMG (Colégio da Polícia Militar de Goiás)?
3. O projeto de militarização do colégio foi algo discutido com os alunos de alguma maneira quando foi criado?
4. Qual sua visão geral de escola militar?
5. Quais mudanças você acredita que terá se a militarização for efetivada e este colégio se tornar uma unidade escolar da Polícia Militar?
6. Caso o projeto se concretize, continuará estudando no colégio? Por quê?
7. Você sabe dos custos extras, como uniforme (farda) e a contribuição voluntária existentes nos colégios da polícia militar em Goiás? O que acha desses custos?
8. Qual posicionamento da sua família sobre colégios militares e, particularmente, sobre a mudança do seu colégio para uma unidade escolar da Polícia Militar?

Apêndice C – Questionário

Instrumento de coleta de dados – Questionário
Aspectos socioeconômicos e culturais dos jovens estudantes participantes

1. Idade: _____
2. Sexo: _____
3. Qual setor você mora? _____
4. Você se autodeclara:
 - () Negro (a)
 - () Pardo (a)
 - () Branco (a)
 - () Indígena
 - () Amarelo (a)
5. Quantas pessoas vivem na mesma casa que você, incluindo você? _____
6. Renda familiar:
 - () Até R\$ 1.000,00
 - () de R\$ 1.000,00 até R\$ 4.000,00
 - () de R\$ 4.000,00 até R\$ 6.000,00
 - () Mais de R\$ 6.000,00
7. Nível de instrução de seus pais e/ou responsáveis:
 - () Ensino fundamental completo (até 9º Ano)
 - () Ensino Médio completo
 - () Ensino Médio incompleto (não finalizado)
 - () Ensino Superior completo
 - () Ensino Superior incompleto
 - () Pós-graduação (especialização, mestrado ou doutorado)
8. Como é seu deslocamento de casa/trabalho à escola:
 - () à pé
 - () de ônibus
 - () automóvel próprio da família
 - () transporte escolar particular
 - () Outro: _____
9. Qual sua participação na vida econômica da sua família:
 - () Não trabalha e seus gastos são custeados por seus responsáveis.
 - () Trabalha e é independente.
 - () Trabalha, porém não é independente financeiramente. Apenas contribui com os gastos
 - () Trabalha e é o responsável pelo sustento de toda sua família.
10. Sobre sua trajetória escolar:
 - () Sempre estudou em escola pública.
 - () Parte na escola pública e parte na escola privada.
 - () Maior parte na escola privada.

Apêndice D – Questionário aberto/professores

Instrumento de coleta de dados – questionário aberto/professores

Objetivo: Investigar o que os (as) professores(as) sabem do projeto de militarização da escola, sobre as escolas já militarizadas, como receberam a militarização e se participaram de alguma maneira do processo de elaboração do projeto.

Público a ser contemplado: professores do colégio que está com projeto de militarização em andamento.



1. Há quanto tempo trabalha na instituição?
2. Sabe que existe um projeto de militarização no colégio para que se torne uma unidade CPMG (Colégio da Polícia Militar de Goiás)? Se sim, como ficou sabendo?
3. O projeto de militarização do colégio foi algo discutido com os funcionários de alguma maneira quando foi criado?
4. Qual sua visão geral de escola militar?
5. Quais mudanças você acredita que terá se a militarização for efetivada e este colégio se tornar uma unidade escolar da Polícia Militar?
6. Se caso o projeto se concretizar, continuará trabalhando no colégio? Por quê?
7. Por que você acredita que criaram um projeto de militarização para essa unidade escolar?
8. Qual posicionamento sobre os projetos de militarização das escolas públicas em nosso estado? Vê como algo benéfico para a escola e para a comunidade?

Apêndice E – Ficha avaliadora do produto educacional**Ficha avaliadora do produto educacional – Material informativo sobre militarização de colégios públicos em Goiás**

1. O material “ Militarização de colégios públicos em Goiás” serviu ao seu propósito de informar sobre como ocorrem as militarizações nos colégios estaduais em Goiás?
 Sim Parcialmente Não
2. Você recomendaria esse material para algum colega ou alguém que quisesse saber mais sobre a militarização dos colégios públicos em nosso estado?
 Sim Talvez Não
3. O material esclareceu alguma dúvida sobre a militarização de escolas estaduais em Goiás?
 Sim Parcialmente Não
4. A linguagem estava de fácil entendimento e os textos foram esclarecedores?
 Sim Parcialmente Não
5. O que você acha que pode ser melhorado nesse material?
 A linguagem a redação o conteúdo
Outro: _____
6. A pesquisadora explicou de forma clara o conteúdo do livro?
 Sim Parcialmente Não
7. Você considera importante esse material para estudantes e professores da rede pública de educação de Goiás?
 Sim Parcialmente Não
8. Já tinha visto algum material informativo como esse, tratando das militarizações de colégios públicos?
 Sim Não

ANEXOS

Anexo A – Projeto de Lei para militarização de escola estadual




**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
ESTADO DE GOIÁS
O PODER DA CIDADANIA

PROCESSO LEGISLATIVO
Nº 2017003407
Data Atoação: 05/09/2017

Projeto : 379-AL
Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO
Autor: DEP. LINCOLN TEJOTA
Tipo: PROJETO
Subtipo: LEI ORDINÁRIA
Assunto:

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE COLÉGIO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS - CPMG - EM GOIÂNIA POR TRANSFORMAÇÃO DO COLÉGIO ESTADUAL DO SETOR PALMITO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.



2017003407



ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



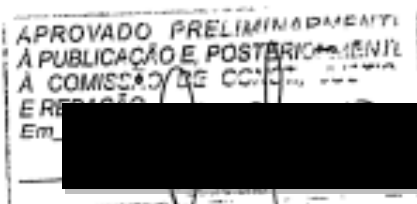
Lincoln Tejeta
DEPUTADO ESTADUAL
PSD

PROJETO DE LEI Nº 379 , DE 05 DE Setembro DE 2017.

A.L. PROTOCOLO GERAL

RECEBI

Em: 05 de 10/9, 2017



Dispõe sobre a criação de Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – CPMG– em Goiânia, por transformação do Colégio Estadual do Setor Palmito, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei n. 19.651, de 12 de maio de 2017, passa a vigorar acrescida do art. 11-A, com a seguinte redação:

Art. 11-A. O Colégio Estadual do Setor Palmito, situado na Av. Cristóvão Colombo, Setor Jardim Novo Mundo, no Município de Goiânia, fica transformado em Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – CPMG.

§ 1º A Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte –SEDUCE– e o Comando de Ensino Policial Militar do Comando-Geral da Polícia Militar adotarão todas as medidas administrativas necessárias ao pleno



funcionamento do Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás criado por este artigo, a partir do 1º (primeiro) semestre do ano letivo de 2018.

§ 2º O Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás –CPMG– criado por este artigo disporá do quadro de funções comissionadas previsto no art. 2º desta Lei. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



LINCOLN TEJOTA
Deputado Estadual – PSD



JUSTIFICATIVA

A presente propositura tem a finalidade de alterar a Lei n. 19.651, de 12 de maio de 2017. A pretendida alteração busca, especificamente, criar o art. 11-A no aludido diploma legal com o objetivo de transformar o Colégio Estadual do Setor Palmito, situado na Av. Cristóvão Colombo, Setor Jardim Novo Mundo, no Município de Goiânia, em Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – CPMG

A referida transformação se fundamenta em diversos motivos, a exemplo dos seguintes: 1) o bairro onde se situa o colégio conta com 5 unidades de escolas estaduais, sendo que nenhuma delas é um colégio militar; 2) o setor Jardim Novo Mundo é o segundo maior bairro da cidade e possui a terceira maior população entre os bairros de Goiânia; 3) o setor Jardim Novo Mundo possui um alto índice de violência entre crianças e adolescentes; e 4) tratar-se de antigo anseio da população do bairro.

É cediço que Colégios da Polícia Militar do Estado de Goiás - CPMGs - são, verdadeiramente, um sucesso, caindo no gosto da população em geral, como demonstra a grande demanda por essas unidades de ensino qualificado.

Pode-se afirmar, então, que, ministrando ensino de qualidade e primando-se pela observância de disciplina, da ordem e do uso de uniformes padronizados, os Colégios da Polícia Militar de Goiás granjearam o respeito, a admiração e o apreço da população como um todo, circunstância essa que constitui motivo de orgulho e satisfação para todos que almejam uma educação pública de qualidade.

Essas são as razões que justificam a apresentação do presente projeto de lei, para o qual solicito o apoio dos ilustres Pares.

10

**Anexo B – Pedido para militarização de escola estadual pelo Conselho Tutelar com
abaixo-assinado**



CONSELHO TUTELAR – REGIÃO LESTE
Pelos Direitos da Criança e Adolescente

Av. do Ouro , Chacara nº 329 Jardim Novo Mundo - Fone: 3524-1742/1753

Ofício nº 448

Goiânia, 29 de agosto de e 2017.

Do: Conselheiro Tutelar da Região Leste **James da Silva**
Para: **Deputado estadual LINCON TEJOTA**
Assunto: solicitação de implantação de uma unidade de escola militar.

Prezado deputado estadual Lincon Tejota,

A par de cumprimentar vossa senhoria , vimos por meio deste SOLICITAR a criação de um projeto de lei que autorize a mudança do COLÉGIO ESTADUAL DO SETOR PALMITO para COLÉGIO MILITAR SETOR PALMITO

Tal solicitação se faz diante do anseio da comunidade que sonha com este modelo de unidade escolar no nosso bairro, o jardim novo mundo é o segundo maior bairro de Goiânia, ESTÁ UNIDADE DE COLÉGIO MILITAR PODERA CONTEMPLAR NÃO SÓ O JARDIM NOVO MUNDO MAS TAMBÉM VARIOS OUTRO BAIROS TAIS COMO:

- 1- JARDIM NOVO MUNDO
- 2- VILA ROMANA
- 3- CONJUNTO ARUANA
- 4- CONJUNTO ARUANA II
- 5- CONJUNTO ARUANA III
- 6- JARDIM BRASIL
- 7- BAIRRO ÁGUA BRANCA
- 8- JARDIM MARIA HELENA
- 9- RESIDENCIAL OLINDA
- 10- VILA MARIA LUÍZA
- 11- JARDIM CALIFÓRNIA
- 12- CONJUNTO RIVIERA

Limitado ao exposto reitero meus votos de estima e elevada consideração, nos disponibilizamos para eventuais esclarecimentos

Atenciosamente,



Conselheiro Tutelar Leste
Credencial nº 011/2016

CONSELHO LESTE
Av. Do Ouro Chac. Nº 329
Jardim Novo Mundo
(62) 3524 - 1743
(62) 3524 - 1752
clfastegyn@gmail.com



CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE REGIÃO LESTE

Avenida do Ouro Chácara: 329 – Jardim Novo Mundo
Telefones: 3524-1743/1752 E-mail: ctiestegyn@gmail.com



Ofício: 315/06/2017

Goiânia 26 de Junho de 2017

De: Conselheiro Tutelar James da Silva

Para: Deputado Estadual Lincoln Tejota

Assunto: Requerimento de Escola Militar

O **Conselheiro Tutelar da Região Leste** senhor **James da Silva** vem através deste solicitar junto a vossa senhoria a implantação de um colégio militar no Jardim Novo Mundo, na região Leste de Goiânia, tendo em vista que este bairro é o segundo maior bairro de Goiânia, e não conta com nenhuma unidade de **colégio militar**, sendo que este é um anseio da comunidade que através de vários moradores vem a muito tempo sonhando com um colégio militar na região.

Diante do exposto resolvemos proceder este ofício com o intuito de provocar a autoridade senhor **Deputado Estadual Lincoln Tejota** para que interceda junto ao **Governador Marconi Perillo** para que a Secretaria Estadual de Educação transforme uma das escolas estaduais já existentes no bairro em um **colégio militar**, ou a criação de uma nova escola, tal solicitação se dá por diversos motivos, tais como:

- * O bairro conta com 5 unidades de escolas estaduais, sendo que nenhuma delas é um **colégio militar**.
- * É a terceira maior população entre os bairros da capital.
- * Sendo que 40% da população do bairro é constituída por jovens e adolescentes.
- * É o segundo maior bairro de Goiânia.
- * Tem um alto índice de violência entre crianças e adolescentes.
- * É um anseio antigo da população deste bairro.

Certo da sua compreensão, contamos com a sua colaboração para a vinda desta unidade escolar para o nosso bairro.

Segue em anexo abaixo assinado de moradores do bairro

Limitado ao exposto reitero meus votos de estima e elevada consideração e nos disponibilizamos para eventuais esclarecimentos.



Conselheiro Tutelar (Credencial 11/16)

Abaixo assinado pedindo colégio militar para o Jardim Novo Mundo



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50

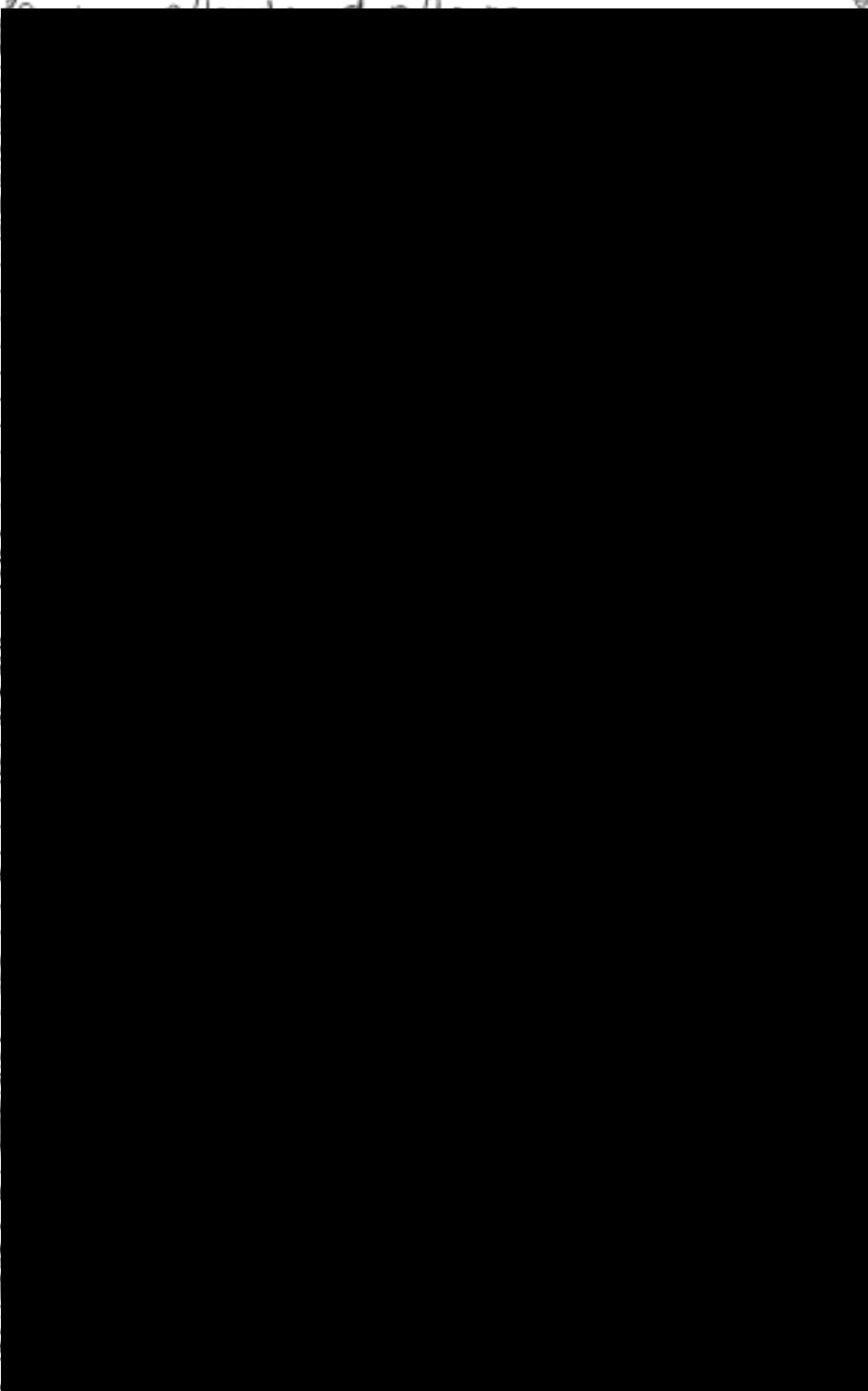
38
3
26
6



1. [REDACTED]
2. [REDACTED]
3. [REDACTED]
4. [REDACTED]
5. [REDACTED]
6. [REDACTED]
7. [REDACTED]
8. [REDACTED]
9. [REDACTED]
10. [REDACTED]
11. [REDACTED]
12. [REDACTED]
13. [REDACTED]
14. [REDACTED]
15. [REDACTED]
16. [REDACTED]
17. [REDACTED]
18. [REDACTED]
19. [REDACTED]
20. [REDACTED]
21. [REDACTED]
22. [REDACTED]
23. [REDACTED]
24. [REDACTED]
25. [REDACTED]
26. [REDACTED]
27. [REDACTED]
28. [REDACTED]
29. [REDACTED]
30. [REDACTED]
31. [REDACTED]
32. [REDACTED]
33. [REDACTED]
34. [REDACTED]
35. [REDACTED]
36. [REDACTED]
37. [REDACTED]
38. [REDACTED]
39. [REDACTED]
40. [REDACTED]
41. [REDACTED]
42. [REDACTED]
43. [REDACTED]
44. [REDACTED]
45. [REDACTED]
46. [REDACTED]
47. [REDACTED]
48. [REDACTED]
49. [REDACTED]
50. [REDACTED]
51. [REDACTED]
52. [REDACTED]



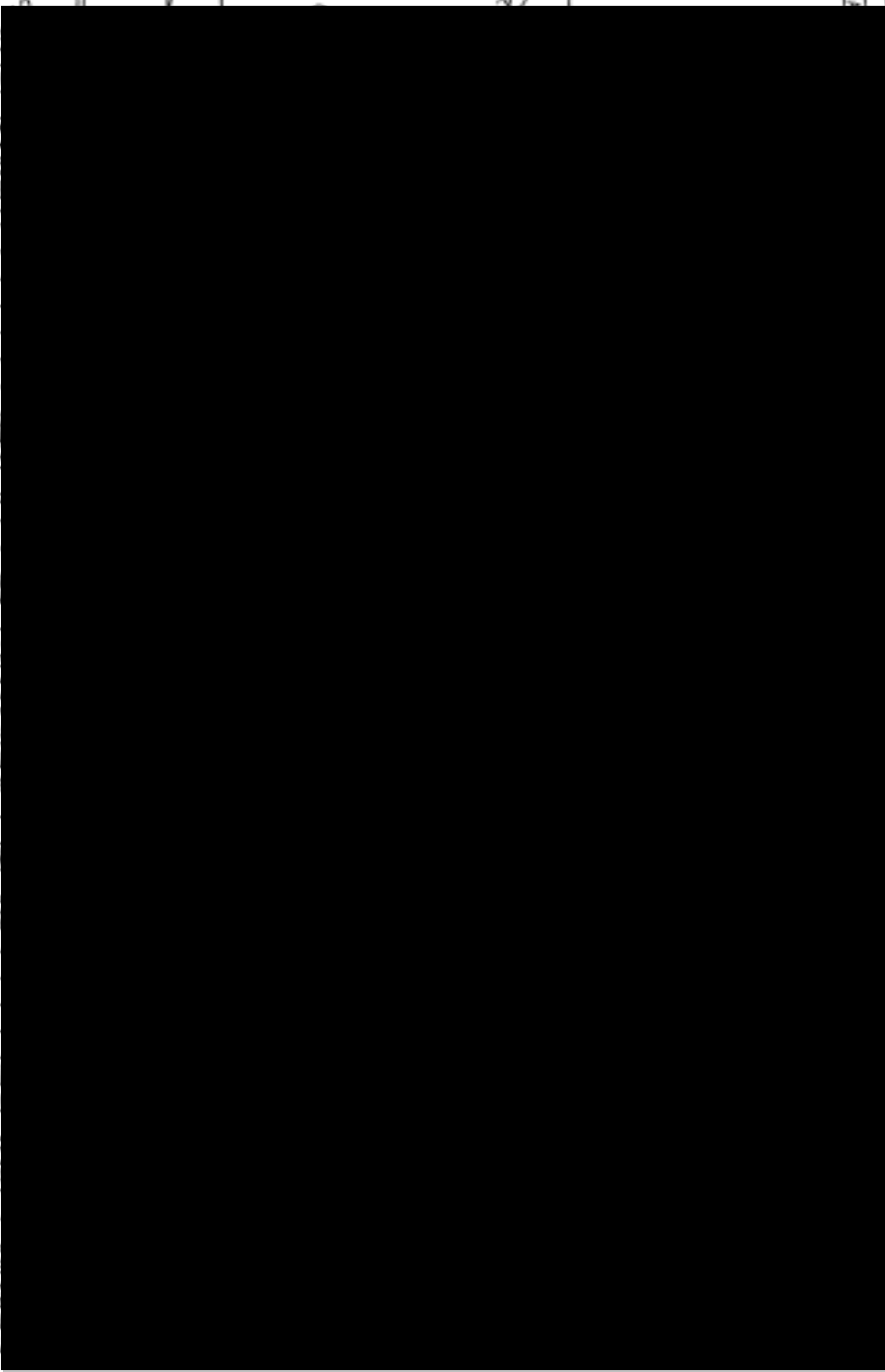
- 1.
- 2.
- 3.
- 4.
- 5.
- 6.
- 7.
- 8.
- 9.
- 10.
- 11.
- 12.
- 13.
- 14.
- 15.
- 16.
- 17.
- 18.
- 19.
- 20.
- 21.
- 22.
- 23.
- 24.
- 25.
- 26.
- 27.
- 28.
- 29.
- 30.
- 31.
- 32.
- 33.
- 34.
- 35.
- 36.
- 37.
- 38.
- 39.
- 40.
- 41.
- 42.
- 43.
- 44.
- 45.
- 46.
- 47.
- 48.
- 49.
- 50.
- 51.
- 52.



Abaixo assinado pedindo colégio militar para o Jardim Novo Mundo



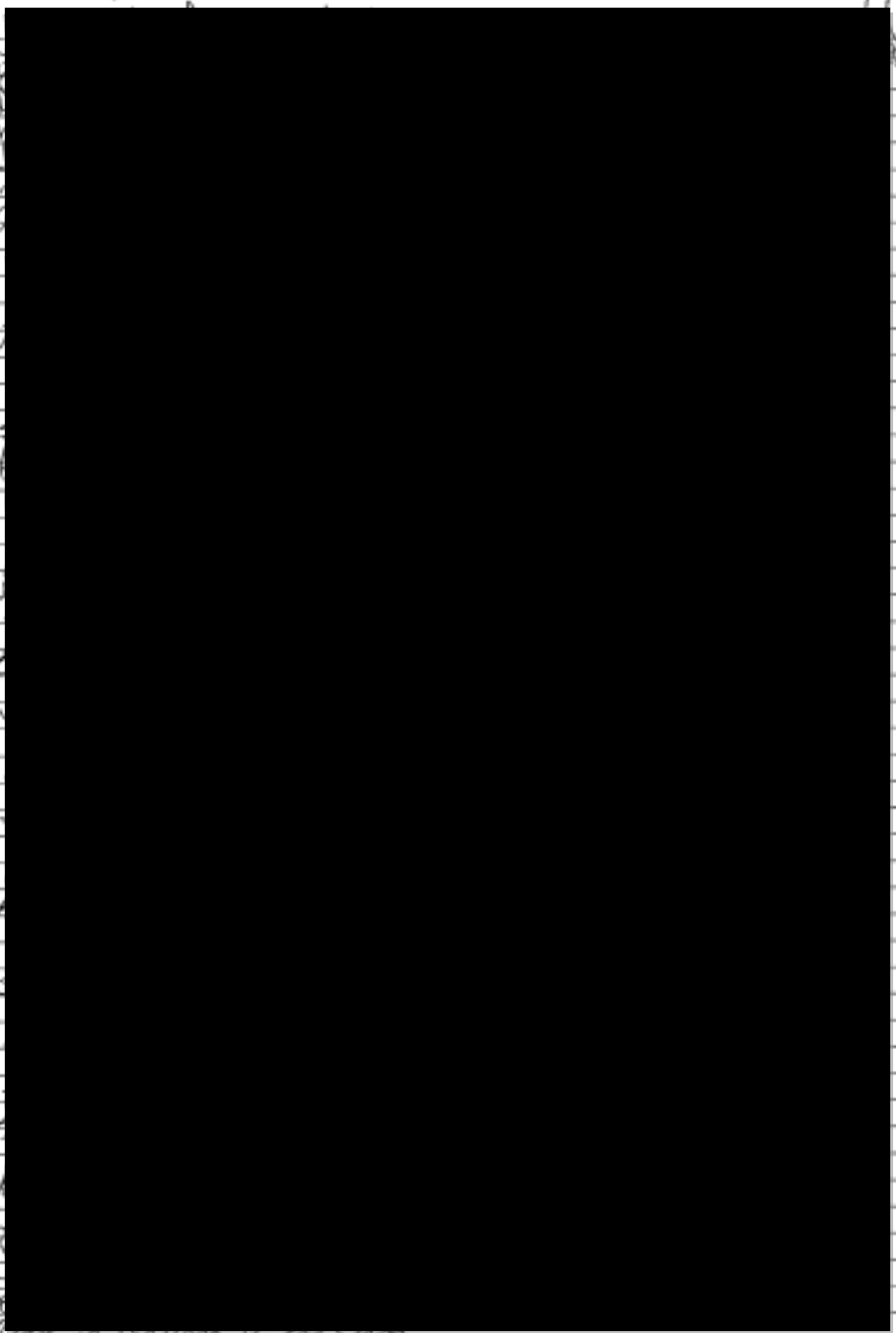
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35
- 36
- 37
- 38
- 39
- 40
- 41
- 42
- 43
- 44
- 45
- 46
- 47
- 48
- 49
- 50



Abaixo assinado pedindo colégio militar para o Jardim Novo Mundo



- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35
- 36
- 37
- 38
- 39
- 40
- 41
- 42
- 43
- 44
- 45
- 46
- 47
- 48
- 49
- 50



Assinado em 12/04/2010 às 15:07:00

Abaixo assinado pedindo colégio militar para o Jardim Novo Mundo



- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10
- 11
- 12
- 13
- 14
- 15
- 16
- 17
- 18
- 19
- 20
- 21
- 22
- 23
- 24
- 25
- 26
- 27
- 28
- 29
- 30
- 31
- 32
- 33
- 34
- 35
- 36
- 37
- 38
- 39
- 40
- 41
- 42
- 43
- 44
- 45
- 46
- 47
- 48
- 49
- 50



Abaixo assinado pedindo colégio militar para o Jardim Novo Mundo



1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50

[Redacted content]

22314

9+

62

Anexo C – Trâmite na Assembleia Legislativa sobre projeto de lei para militarização de escola estadual



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

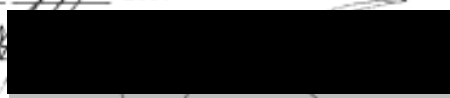
Ao Sr. Dep.(s) _____

PARA RELATAR

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 12/09/2017

Presidente _____



Anexo D – Relatório preliminar da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) sobre o projeto de militarização de escola estadual



PROCESSO N.: 2017003407

INTERESSADO: Dep. Lincoln Tejeta

ASSUNTO: Dispõe sobre a criação de Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – CPMG – em Goiânia, por transformação do Colégio Estadual do Setor Palmito, e dá outras providências.

RELATÓRIO PRELIMINAR


Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Lincoln Tejeta que dispõe sobre a criação de Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – CPMG – em Goiânia, por transformação do Colégio Estadual do Setor Palmito, e dá outras providências.

A referida matéria pretende alterar a Lei n. 19.651, de 12 de maio de 2017, criando o art. 11-A no aludido diploma legal, com o objetivo de transformar o Colégio Estadual do Setor Palmito em Colégio da Polícia Militar do Estado de Goiás – CPMG.

A justificativa da proposição menciona que, o bairro onde se situa o colégio é o segundo maior da cidade, com numerosa população, que o mesmo possui um alto índice de violência entre crianças e adolescentes e trata-se de antigo anseio da população do bairro.

Isto posto, somos pela **conversão desse processo em diligência** para colher o parecer da **Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária - SSP**, acerca da supracitada matéria. É o relatório preliminar.

SALA DAS COMISSÕES, aos 12 dias do mês de setembro de 2017.

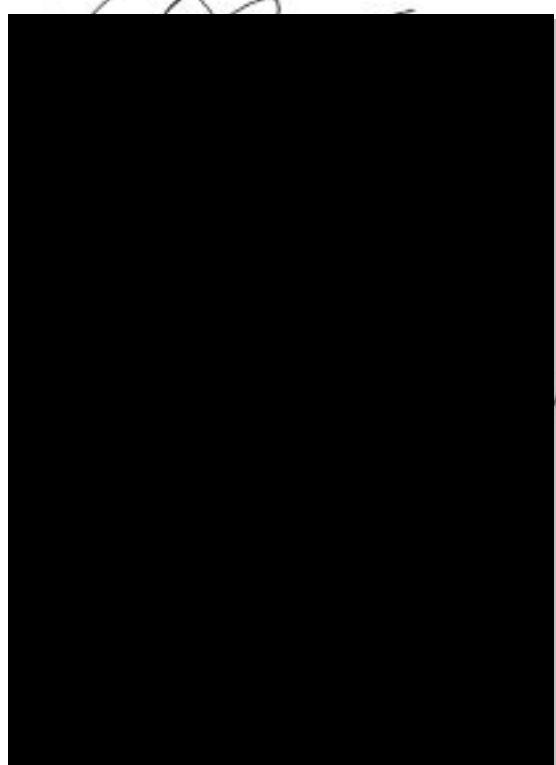
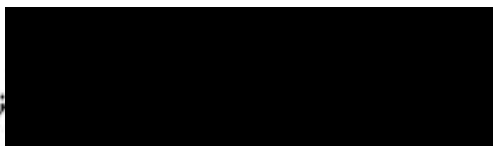

 DEPUTADO ESTADUAL PTB-GO
 2º VICE PRESIDENTE

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova o parecer do
Relator **CONVERTENDO EM DILIGÊNCIA.**



Processo Nº 3407/H
Sala das Comissões Deputado Solon Amaral
Em 17-11 / 2017.

Presidente:



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova
o parecer do Relator **CONTRÁRIO A MATERIA.**

Processo Nº 3407/17

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 14 / 06 / 2018.

Presidente:






ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Goiânia, 31 de janeiro de 2019.

De acordo com o artigo 124 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, encaminhe-se para arquivamento, depois de gravada a sua tramitação no sistema de protocolo.


Rubens Bueno/Savinha da Costa
Diretor Parlamentar

Anexo E – Projeto de Lei para militarização de escolas municipais



ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
A CASA É SUA



Deputado Bruno Beixoto
Líder de Governo

PROJETO DE LEI Nº. 530 , DE 28 DE maio DE 2019.

APROVADO PRELIMINARMENTE
À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE,
À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
E REDAÇÃO
Em 28/05/2019

Fica autorizado a implantação da militarização em Escolas Municipais do Estado de Goiás.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte lei:


Art. 1º Fica autorizado a implantação da militarização em Escolas Municipais do Estado de Goiás.

Art. 2º Na ausência de militares, poderá haver a substituição por civis devidamente capacitados pela Polícia Militar, com certificação.


Art. 3º Os casos omissos da Lei serão regulamentados no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, em de de 2019.



BRUNO BEIXOTO
Deputado Estadual



Página 1 de 2
esc/req 634/2019/GDBP



JUSTIFICATIVA

A elaboração do Projeto de lei, que apresento para apreciação e aprovação dos nobres Deputados Estaduais, trata-se de permitir a Militarização nas Escolas Municipais do Estado de Goiás.

Escola militarizada é a escola que adota a doutrina militar sem, no entanto, pertencer a qualquer força militar.

Em Goiás temos o exemplo das atuais Escolas Militares e esse modelo, com mais disciplina e organização trouxe diversas vantagens, como a redução da violência escolar e melhor desempenho do aluno em sala de aula; os alunos melhoraram suas notas atingindo bons números na avaliação do IDEB (Índice de desenvolvimento da educação básica). Algumas escolas existentes mostraram índices maiores que a média das escolas particulares.

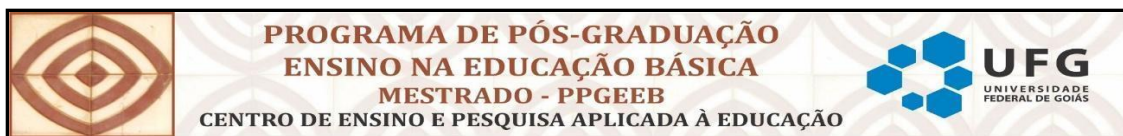
Sabendo da triste realidade enfrentada hoje na grande maioria das escolas municipais; esse modelo que propomos tem como principais pilares: disciplina, gestão e valorização do professor. O professor é colocado na figura de maior importância, em um ambiente seguro.

A educação é um direito fundamental, por meio da educação, garantimos nosso desenvolvimento social, econômico e cultural.

Contamos com o apoio dos nossos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

BRUNO PEIXOTO
Deputado Estadual

Anexo F – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – Pais/Responsáveis



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE - Pais/Responsáveis

Você na qualidade de responsável pelo (a), está sendo convidado (a) a consentir que o (a) menor participe, como voluntário/a, da pesquisa intitulada “Projetos de militarização de escolas públicas no Estado de Goiás: análise dessa realidade na cidade de Goiânia”. Meu nome é Jocelane Batista Rabelo, sou professora na educação básica e sou a pesquisadora responsável pelo projeto de pesquisa citado acima, da Universidade Federal de Goiás, no Programa de Pós-Graduação no Ensino Básico-Mestrado, na Universidade Federal de Goiás. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você consentir na participação de seu(ua) filho(a) neste estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, não haverá penalização para nenhuma das partes. Mas se houver o aceite, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail jocelanerabelo@gmail.com ou através de contato telefônico para o número (62) 98118 2101, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os direitos do seu(ua) filho(a) como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, de segunda a sexta-feira, no período matutino. **O CEP-UFG é uma entidade independente, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, no âmbito de suas atribuições, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.**

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender como surgem os projetos de militarização para as escolas estaduais a partir do projeto criado para a escola que seu filho(a) estuda. A participação do menor sob a sua responsabilidade é importante para a realização desta pesquisa que tem o título “Projetos de militarização de escolas públicas no Estado de Goiás: análise dessa realidade na cidade de Goiânia”. Caso o menor se sinta constrangido(a), é garantida a total liberdade de recusar a participar ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem penalidade alguma.

A participação na pesquisa será voluntária, portanto, não haverá despesas pessoais ou gratificação financeira decorrente da participação, caso haja despesas, elas serão ressarcidas.

Caso ocorra algum dano o direito a pleitear indenização para reparação imediato ou futuro, decorrentes da cooperação com a pesquisa está garantido em Lei.

O sigilo e anonimato da sua autorização e da participação da criança (ou adolescente) na pesquisa será preservada.

A divulgação do nome dele(a) somente acontecerá se for permitida por você, solicito que rubrique no parêntese abaixo a opção de sua preferência:

() Permito a identificação do (a) meu (minha) filho (a) sob minha responsabilidade nos resultados publicados da pesquisa.

() Não permito a identificação do (a) meu (minha) filho (a) sob minha responsabilidade nos resultados publicados da pesquisa.

Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu, abaixo assinado, autorizo meu (minha), filho (a), a participar do projeto intitulado “Projetos de militarização de escolas públicas no Estado de Goiás: análise dessa realidade na cidade de Goiânia” Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que a participação dele(a) nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Jocelane Batista Rabelo sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do (a) participante

Assinatura por extenso do (a) pesquisador(a) responsável

Testemunha 1

Testemunha 2

Anexo G – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido**TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TALE**

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “ Projetos de militarização de escolas públicas no Estado de Goiás: análise dessa realidade na cidade de Goiânia. ”

Meu nome é Jocelane Batista Rabelo, sou o pesquisador (a) responsável e sou professora da rede básica de ensino. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao (à) pesquisador (a) responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas por mim, via e-mail jocelanerabelo@gmail.com e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do(s) seguinte(s) contato(s) telefônico(s): (62) 98118 2101. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que é a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O *Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG)* é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

A presente pesquisa tem como objetivo geral compreender como são criados os projetos de militarização para as escolas estaduais em Goiânia, a partir da realidade da escola que você trabalha, já que ela possui um projeto aprovado de militarização. Você será convidado para responder questionário e participar de uma entrevista comigo, a pesquisadora do projeto, e para isso deverá reservar um período de, no máximo vinte minutos. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso.

Em caso de danos, você tem o direito de pleitear indenização, como previsto em Lei.

Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas. Cita-se aqui os mínimos riscos causados com essa pesquisa, como cansaço para responder o questionário ou mesmo um constrangimento em expor suas opiniões. Porém os benefícios são maiores como o entendimento dos tipos de escolas que temos em nosso município, como acontece o avanço das militarizações das escolas em nosso Estado e ainda refletirmos sobre o tipo de escola que desejamos como estudantes e sociedade em geral.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Para condução da coleta é necessário o seu consentimento faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão.

Pode haver a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
() Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Projetos de militarização de escolas públicas no Estado de Goiás: análise dessa realidade na cidade de Goiânia”. Destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido(a) pela pesquisadora responsável Jocelane Batista Rabelo sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do (a) participante

Jocelane Batista Rabelo
(Pesquisadora responsável pela pesquisa)

Anexo H – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – Professores (as)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE – Professores(as)**

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “Projetos de militarização de escolas públicas no Estado de Goiás: análise dessa realidade na cidade de Goiânia.”. Meu nome é Jocelane Batista Rabelo, sou a pesquisadora responsável e sou professora da rede básica de ensino. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra ficará comigo. Esclareço que em caso de recusa na participação, em qualquer etapa da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisa poderão ser esclarecidas pelo (a) pesquisador (a) responsável, via e-mail jocelanerabelo@gmail.com e, através do seguinte contato telefônico: (62) 98118 2101, inclusive com possibilidade de ligação a cobrar. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitos como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás, pelo telefone (62)3521-1215, que a instância responsável por dirimir as dúvidas relacionadas ao caráter ético da pesquisa. O *Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG)* é independente, com função pública, de caráter consultivo, educativo e deliberativo, criado para proteger o bem-estar dos/das participantes da pesquisa, em sua integridade e dignidade, visando contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos vigentes.

O objetivo geral da pesquisa será compreender os projetos de militarização das escolas públicas no estado de Goiás a partir da realidade das escolas da cidade Goiânia que estão com projetos de militarização em andamento. Você responderá à um questionário e um entrevista e para isso deverá reservar um período curto tempo de vinte minutos para preenchimento do questionário e vinte minutos para entrevista. Você tem direito ao ressarcimento das despesas decorrentes da cooperação com a pesquisa, inclusive transporte e alimentação, se for o caso, e a pleitear indenização em caso de danos, conforme previsto em Lei. Se você não quiser que seu nome seja divulgado, está garantido o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato. As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas.

Danos mínimos podem ocorrer como cansaço ou constrangimento em responder alguma pergunta, ficando o participante com liberdade em não responder, ou mesmo desistir da pesquisa a qualquer momento.

Os benefícios são maiores do que qualquer risco mínimo previsto e descrito acima, pois trará informações importantes sobre os projetos de militarização e como as comunidades percebem esses projetos. Se almejam ou não escolas militares em seus espaços.

Durante todo o período da pesquisa e na divulgação dos resultados, sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de alguma forma, identificar-lhe, será mantido em sigilo. Todo material ficará sob minha guarda por um período mínimo de cinco anos. Para condução da entrevista é necessário o seu consentimento para utilização de um gravador (se for o caso de utilizar), faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

() Permito a utilização de gravador durante a entrevista.

() Não permito a utilização de gravador durante a entrevista.

As gravações serão utilizadas na transcrição e análise dos dados, sendo resguardado o seu direito de ler e aprovar as transcrições.

Pode haver também a necessidade de utilizarmos sua opinião em publicações, faça uma rubrica entre os parênteses da opção que valida sua decisão:

- () Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.
 () Não Permito a divulgação da minha opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Solicito autorização para utilização dos dados em pesquisas futuras. Para validar sua decisão, faça uma rubrica entre os parênteses abaixo:

- () Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.
 () Não Permito a utilizar esses dados para pesquisas futuras.

Declaro que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, sejam eles favoráveis ou não.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Projetos de militarização de escolas públicas no Estado de Goiás: análise dessa realidade na cidade de Goiânia.”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora responsável Jocelane Batista Rabelo sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Goiânia, de de

Assinatura por extenso do(a) participante

Assinatura por extenso do (a) pesquisador(a) responsável

Anexo I – Termo de Compromisso**TERMO DE COMPROMISSO**

Declaro que cumprirei os requisitos da *Resolução CNS n.º 466/12* e/ou da *Resolução CNS n.º 510/16*, bem com suas complementares, como pesquisador(a) responsável do projeto intitulado “Projetos de militarização de escolas públicas no Estado de Goiás: análise dessa realidade na cidade de Goiânia.”, sob orientação do pesquisador Glauco Roberto Gonçalves. Comprometo-me a utilizar os materiais e os dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo da pesquisa acima referida e, ainda, a publicar os resultados, sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto, considerando a relevância social da pesquisa, o que garante a igual consideração de todos os interesses envolvidos.

Data: ____/____/____

Jocelane Batista Rabelo
Pesquisadora responsável

Orientador Professor Dr. Glauco Roberto Gonçalves.
(Professor do CEPAE– Centro de ensino e pesquisa aplicada à educação/ UFG)

Anexo J – Termo de Anuência da Instituição**TERMO DE ANUÊNCIA DA INSTITUIÇÃO**

O Colégio Estadual do Setor Palmito está de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado “Projetos de militarização de escolas públicas no Estado de Goiás: análise dessa realidade na cidade de Goiânia”, a ser desenvolvido pela pesquisadora Jocelane Batista Rabelo da Universidade Federal de Goiás.

O Colégio Estadual do Setor Palmito assume o compromisso de apoiar o desenvolvimento da referida pesquisa pela autorização da coleta de dados durante os meses de outubro até dezembro de 2021.

Declaramos ciência de que nossa instituição é coparticipante do presente projeto de pesquisa, e requeremos o compromisso do (a) pesquisador (a) responsável com o resguardo da segurança e bem-estar dos participantes de pesquisa nela recrutados.

Goiânia, de de 2021

Assinatura/Carimbo do responsável pela instituição pesquisada